



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Leaúdes Patrick Francisco de Campos

O Escola sem Partido como um dos projetos do capital: desdobramentos
em Duque de Caxias

Duque de Caxias

2023

Leaúdes Patrick Francisco de Campos

O Escola sem Partido como um dos projetos do capital: desdobramentos em Duque de Caxias

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão

Duque de Caxias

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

C198 Campos, Leáúdes Patrick Francisco de.
O Escola sem Partido como um dos projetos do capital:
desdobramentos em Duque de Caxias. / Leáúdes Patrick Francisco de
Campos. – 2023.
166 f.

Orientador: Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada
Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Conservadorismo - Teses. 2. Aparência e Essência - Teses. 3.
Antidemocracia na Educação – Teses. I. Barão, Gilcilene de Oliveira
Damaceno. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade
de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 37(81)

Bibliotecária: Ana Paola Araujo – CRB7/6387

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Leáúdes Patrick Francisco de Campos

O Escola sem Partido como um dos projetos do capital: desdobramentos em Duque de Caxias

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação

Aprovado em 29 de março de 2023

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão (orientadora)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof. Dr. Nielson Rosa Bezerra
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof. Dr. André Santos da Rocha
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Prof.^a Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho
Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR

Duque de Caxias

2023

DEDICATÓRIA

À Leáúdes Gonzaga de Campos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer aos envolvidos nesse processo é indispensável, mas receio me esquecer de alguns que foram importantes nesse percurso. Por isso, começo agradecendo àqueles que me indicaram um texto, que enviaram um link, que fizeram sugestões de cursos, que vibraram com meus resultados e àqueles que me disponibilizaram tempo e ouvidos para que eu pudesse falar sobre a pesquisa.

Sou grato a minha orientadora, Prof.^a Dra. Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão, por acreditar em mim, por ter me escolhido para ser seu orientando, um verdadeiro exemplo de professora. Seus conselhos e conversas sempre úteis e precisos com que, sabiamente, orientou esta pesquisa foram fundamentais para a conclusão dela.

Não posso deixar de celebrar a existência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e pelo seu campus no município de Duque de Caxias, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), cuja presença é fundamental para o desenvolvimento da Baixada e de sua população, a qual pode contar com uma instituição que, mesmo sofrendo desmonte pelos últimos governos, continua oferecendo uma educação de qualidade a seus discentes. Sinto-me agraciado por fazer parte dessa universidade. Entendo que esse ensino de excelência é fruto do esforço e empenho de cada professor que passou pelas salas virtuais, visto que a pandemia nos impediu o contato presencial. Muito obrigado a todos.

Agradeço também aos professores, pois através deles tive a oportunidade receber instrução no ensino básico e na graduação. Todos contribuíram para esta pesquisa. Aos professores que participaram das bancas de qualificação e defesa, também sou muito grato. Cada contribuição foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à minha incansável companheira e querida esposa, Raquel de Lima Silva, por toda paciência, companheirismo e ajuda, sobretudo nos momentos mais críticos ao longo de todo esse processo, além da força para seguir em frente. Mais uma vez, muito obrigado.

Apreendi com minha família que gratidão é um ato de integridade e os guardo um lugar muito especial por isso. Começo agradecendo ao meu amado pai, Leaúdes Gonzaga de Campos, uma das vítimas da Covid-19 no Brasil. Tenho certeza de que está orgulhoso com essa conclusão onde quer que esteja. Agradeço a minha mãe, Carmen Lúcia

Francisco, que sempre me incentivou a leitura e minha irmã, Indyara Francisco de Campos, sempre vibrante com minhas conquistas.

Muitos foram os que me incentivam a iniciar esse curso e me deram apoio nesse período e não posso deixar de agradecê-los, meus amigos professores e professoras Maria Helena Fialho, Jonas Pedroza, Eunice Lins, Alessandro Moutinho, João Gabriel Chiaratti, Suellen Bezerra, Márcio Alves, Lisa Souza, Júlio Boia, Daniel Lourenço, Jéssica de Oliveira, Marcela Aurea, Leandro Sartori e Ulysses Andrade (*in memoriam*).

À Biblioteca Pública de Xerém Ferreira Gullar e suas bibliotecárias Marcia da Silva Peres e Ana Claudia Verdan, a possibilidade de acesso ao seu acervo foi importante para o desenvolvimento desse trabalho, muito obrigado.

E claro, agradeço também aos amigos de turma e de grupo de estudo. Foram tardes e noites à frente da tela acompanhando apresentações, reflexões, dúvidas e leituras coordenados pela professora Gil.

Por fim, agradeço a todos que tornaram esta pesquisa possível!

Quer dizer, a Educação [...] acaba sendo aquela cadeia que falta para os excluídos e oprimidos adquiram uma consciência de que a sua liberdade depende da sua consciência crítica, e que essa consciência crítica pode passar por um tipo de educação que não seja conformista, mas sim ativista e militante.

Florestan Fernandes

RESUMO

CAMPOS, Leaúdes Patrick Francisco de. **O Escola sem Partido como um dos projetos do capital:** desdobramentos em Duque de Caxias. 2023. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

A presente dissertação foi desenvolvida na linha de pesquisa Educação, Escola e seus Sujeitos Sociais, em seu âmago está o Programa Escola sem Partido. Essa pesquisa tem como problema central identificar e analisar que pressupostos o Escola sem Partido apresenta como um dos agentes dos interesses do capital na educação pública em geral e especificamente em Duque de Caxias. Para isso, parte dos seguintes objetivos: analisar as permanências e rupturas dos princípios educacionais da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) com o Escola sem Partido; entender o contexto de seu surgimento, ascensão e como vem sendo um representante dos interesses do capital na educação; suas influências no campo da educação através de projetos de leis, políticas públicas e cerceamento do professor; e como ele se materializou em Duque de Caxias (RJ). Para tal, as fontes de pesquisa incluíram levantamentos bibliográficos em livros e artigos, publicações de jornais e revistas, o *site* do Programa Escola sem Partido e redes sociais próprias ou de seus apoiadores, como: *Facebook* e *Twitter* e projetos de lei nas três esferas de poder do país. Nesse sentido, utiliza-se o método de abordagem marxista, analisando o objeto através de sua aparência, discurso em defesa da família e de uma educação apartidária, por exemplo, e de sua essência, uma contraofensiva do capital, por exemplo, o desmonte do plano de carreira dos profissionais da educação de Duque de Caxias.

Palavras-chave: Antidemocracia na Educação. Conservadorismo. Aparência e Essência

ABSTRACT

CAMPOS, Leáúdes Patrick Francisco de. **O Escola sem Partido como um dos projetos do capital:** desdobramentos em Duque de Caxias. 2023. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

The present dissertation was developed inside of the line of research Educação, Escola e seus Sujeitos sociais, in their core there is the Programa Escola sem Partido. This research has as the main problem to identify and analyze which presupposition the Escola sem Partido presents as one of the agents of interest of the capital in public education overall and specifically in Duque de Caxias. Therefore, the goals are: analyze the permanencies and the ruptures of the educational principles of the military dictatorship (1964-1985) regarding Escola sem Partido; recognize the context of its arising, increase and how it has been being a representative of the interest in the capital of education; its influences in the educational field through bill, public policy and restriction of the teacher; how it has materialized in Duque de Caxias (RJ). For that, the research sources included books and articles' bibliographic data, newspapers and magazines' publications, Escola sem Partido's website and its own or its supporters social medial, such as Facebook and Twitter and bill in the three authority fields of the country. For that matter, a marxist approach is used, analyzing the object through its appearance, a speech about family protection and a nonpartisan education, for instance, and its essence, a capital's counteroffensive, for example, the annihilation of the education professionals' career's plan in Duque de Caxias.

Keywords: Undemocratic Education. Conservatism. Appearance and Essence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AfD	Alternativa para Alemanha
AM	Amazonas
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CMHNTM	Con Mis Hijos No Te Metas (Não mexa com meus filhos)
DEM	Democratas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EaD	Educação a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESP	Escola sem Partido
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FTP	Formação Técnica e Profissional
IDEB	índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MESP	Movimento Escola sem Partido
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NEM	Novo Ensino Médio
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido Frente Liberal
PHC	Pedagogia Histórico-Crítica
PL	Projeto/Proposta de Lei
PL's	Projetos/Propostas de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PME	Plano Municipal de Educação
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
REDUC	Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias
SAM-HC	Sistema Ave Maria Home Schol
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação
STF	Superior Tribunal Federal
TPE	Todos pela Educação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNB	Universidade de Brasília
UPC	União Popular Caxiense
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Número de Projetos de Lei envolvendo o Escola sem Partido por Região até 2018	75
Gráfico 2	Número de Projetos relativo ao Escola sem Partido nos Estados de maior popularidade até 2018	76
Gráfico 3	Número de Projetos relativo ao Escola sem Partido na região Sudeste....	79
Gráfico 4	Números dos Projetos de lei sobre o Escola sem Partido.....	80
Gráfico 5	Deputados Federais Eleitos pelo PSL	84
Gráfico 6	Deputados do PSL nas Assembleias Estaduais.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estados com mais número de projetos e o resultado das eleições de 2018, incluindo a capital	83
Quadro 2	Projetos de Lei relacionados ao Homeschooling	97
Quadro 3	Conquistas dos profissionais de educação de Duque de Caxias relacionadas às lutas políticas, econômicas e teóricas.....	120
Quadro 4	Alterações realizadas pela Lei nº 2.856, de 14 de agosto de 2017, no plano de carreira dos professores da rede de Duque de Caxias.....	124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro que tramitaram ou tramitam propostas de lei pautada no Escola sem Partido.....	77
Figura 2	Print de um retweet do Escola sem Partido.....	81
Figura 3	Print do site Escola Sem Partido, Compromisso Político Público, eleições 2018.....	85
Figura 4	Print do Twitter do Escola sem Partido: cobrança de atuação de políticos a favor do programa	86
Figura 5	Print de uma postagem da conta do Twitter de Eduardo Bolsonaro	87
Figura 6	Organograma: Escola Sem Partido e Operadores	88
Figura 7	Matriz Curricular – Novo Ensino Médio (2022) Estado do Rio de Janeiro	103
Figura 8	Matriz Curricular – Novo Ensino Médio (2022) Estado do Rio de Janeiro (Carga Horária BNCC)	103
Figura 9	Print de uma postagem no Twitter do Escola sem Partido.....	109
Figura 10	Print de uma postagem do Twitter oficial do Escola sem Partido.....	110
Figura 11	Print de uma postagem do Facebook oficial do Escola sem Partido.....	111
Figura 12	Print de uma postagem da página do Facebook do Escola sem Partido	113
Figura 13	Print de uma postagem no Twitter do Escola sem Partido.....	114
Figura 14	Organograma: Projeto Burguês de Educação: os desdobramentos em políticas públicas no Brasil atual.....	116
Figura 15	Organograma: Ações de desmonte da educação em Duque de Caxias .	121
Figura 16	Atores operacionais e intelectuais do Escola sem Partido em Duque de Caxias.....	129
Figura 17	Atores operacionais e intelectuais do Escola sem Partido em Duque de Caxias.....	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ESCOLA SEM PARTIDO: A REEDIÇÃO DOS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS DA DITADURA	29
1.1 Capitalismo Dependente, autocracia burguesa e projeto educacional	29
1.2 Aspectos históricos da Ditadura Militar	40
1.2.1 Ditadura Militar em Duque de Caxias: reflexos e consequências	43
1.3 Ditadura Militar: a educação a serviço da “segurança e do desenvolvimento”	46
1.4 A educação após os anos de chumbo: permanências e rupturas com a Constituinte	51
1.5 A virada conservadora dos anos 2000: relação do Escola sem Partido com o capital	55
2 APRESENTAÇÃO DO ESCOLA SEM PARTIDO: UM PROGRAMA QUE IMPÕE LIMITES À EDUCAÇÃO	64
2.1 Anteprojeto de lei: das redes sociais, aparência, para as casas legislativas, essência	70
2.1.1 A Relação do Escola sem Partido com os partidos: Interferência nas eleições de 2018 e 2020 e ascensão da família Bolsonaro	80
2.2 Políticas Públicas Governamentais: quando o projeto encontra o governo	86
2.3 A concepção de professor do Escola sem Partido	106
3 O PROJETO BURGUESES DE EDUCAÇÃO E O DESMONTE DA EDUCAÇÃO EM DUQUE DE CAXIAS	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	135
ANEXO A - Quadro Projetos de Lei/Lei – Escola sem Partido no Rio de Janeiro	164

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento dessa pesquisa está intimamente relacionado a minha vivência pessoal e profissional. Sou professor de História e inicio este texto destacando quatro pontos que foram muito importantes para a escolha desse curso: 1) as visitas aos museus históricos tanto com a família quanto com as escolas, em passeios; 2) os excelentes professores; 3) a obsessão por videogame na adolescência, sendo os jogos com conteúdo histórico os preferidos e, depois de desligar o console, ia para os livros e filmes, alguns indicados por aqueles excelentes professores, para entender o contexto do jogo; 4) questões sociais. Aqui destaco o dia em que o Movimento Sem Terra (MST) passou em frente à minha casa, no final da década de 1990, entre 1997 e 1998. O imenso grupo subia a Serra de Petrópolis no Rio de Janeiro (RJ), em direção a Brasília, capital do país. Toda aquela movimentação fez surgir vários questionamentos.

Em 2011, passei a integrar o quadro de professores do Estado do Rio de Janeiro e lecionava também na rede privada. Em poucos meses de sala de aula, percebi que os assuntos da realidade política, social e econômica do país e conseqüentemente dos alunos continuavam a ser temas frequentes. Em alguns momentos, os temas estavam ligados diretamente ao conteúdo; em outros, pediam explicação sobre algo específico que viam nos jornais e até mesmo o que eu pensava sobre determinada situação.

Essa relação era empolgante e me fazia lembrar dos ótimos debates promovidos pelos professores enquanto aluno. Momentos como esses são importantes para o desenvolvimento do discente, não só para o entendimento do conteúdo, mas também para se inteirar sobre as questões que envolvem a sociedade.

Entretanto, a partir de 2016, passei a ter cautela quando essas abordagens e/ou questionamentos apareciam nas aulas, pois tornou-se comum alguns alunos evocarem o Escola sem Partido (ESP); alguns mais ríspidos, outros em tom de brincadeira, em uma ameaça velada.

Até aquele momento sabia muito pouco sobre o Escola sem Partido, mas se entendia que sua expansão estava relacionada ao contexto político do país, que tinha bases conservadoras e que seus apoiadores foram agentes importantes no Golpe contra presidenta Dilma Rousseff¹ do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2016.

¹ Processo que foi nomeado de impeachment pela imprensa que retirou a presidenta eleita do poder no dia 31 de agosto de 2016. O tema será analisado de maneira mais apurada no capítulo 1.

O Escola sem Partido se apresentava, em sua página oficial², como um “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Na mesma seção afirmavam ainda que o movimento tem como objetivo expor à sociedade a utilização da educação para instrumentalização ideológica, político e partidária (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018).

Desde então, passei a pensar e pesquisar sobre o Escola sem Partido, não por impulso próprio, mas por situações postas em meu cotidiano de trabalho. Por exemplo, ao explicar sobre Islamismo e Expansão Árabe, em uma escola da rede privada, fui questionado por um aluno por não coadunar com seus valores cristãos.

Posteriormente, em uma rede social, fui exposto de forma inadequada, debochada e irônica. Através de uma publicação em mídias digitais, o aluno escreveu que teve que engolir o professor falar sobre muçulmanos. De fato, esse era o conteúdo da aula, mas o que me chamou a atenção foi o imenso repúdio apresentado ao ser colocado em evidência a uma visão de mundo distinta da dele.

Algo parecido ocorreu quando fui surpreendido com a postagem de um aluno em uma plataforma de vídeos, dizendo que o seu professor de História doutrinava os alunos com viés de esquerda e que os induzia a não votarem em candidatos de direita e que, por isso, deveria ser instituído o Escola sem Partido. Esses episódios ocorreram em 2017 e 2018, respectivamente, ambos em Xerém, distrito do município de Duque de Caxias, em que vivo, trabalho e estudo.

A conduta dos adolescentes estava adequada aos padrões que o Escola sem Partido promove em seus canais de comunicação: contestação do saber docente pautada em princípios pessoais, religiosos ou/e não comprovados pela ciência e a exposição dele da tal prática de doutrinação na internet, atitude repleta de ódio e covardia, pois o direito de defesa não é garantido ao professor.

Considero esses acontecimentos o estopim para me debruçar sobre o Escola sem Partido, pois, nessas condições, trabalhar alguns temas naturais à disciplina como desigualdade social, direitos civis, humanos, trabalhistas, greves, luta por terra, política, culturas não ocidentais, religião etc. tornaram-se tabus.

² ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Escola sem Partido**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 30 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Apresenta o Movimento Escola sem Partido**. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 30 de out. 2020.

Entender a essência daquela organização que se dizia apartidária, mas estava intimamente ligada a partidos políticos era necessário. Visto isso, em 2017, escolhi-o como tema para o trabalho de final de curso da especialização, de título “Os desafios da Gestão Democrática com o avanço do projeto Escola sem Partido: uma análise a partir da sistematização de artigos contrários ao projeto”. Foram 56 artigos analisados e categorizados, que contribuíram para evidenciar a organização e formas de atuação do Escola sem Partido e dos projetos de lei que o envolvem e como esse avanço afeta o desenvolvimento de uma gestão de caráter democrático.

Nesse período dedicado ao tema, os legisladores de Duque de Caxias atuaram como operadores das ideias do Escola sem Partido: intervieram no Plano Municipal de Educação, organizaram Audiência Pública sobre o tema e, em 2022, um projeto de lei chegou a ser elaborado e apresentado.

Deve-se salientar também que, nesse ínterim, ocorreram dois pleitos, 2018 e 2020, e o Escola sem Partido foi uma excelente peça publicitária para candidatos que se intitulavam como conservadores.

Assim, esta pesquisa teve como problemática questionar as práticas aparentes e a essência conservadora do Escola sem Partido e sua materialidade na Câmara de Vereadores de Duque de Caxias.

Com isso, a pesquisa define o seguinte problema: que pressupostos o Escola sem Partido apresenta como um dos agentes dos interesses do capital na educação pública em geral e especificamente em Duque de Caxias?

Dessa forma, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar o projeto de educação do Escola sem Partido, suas raízes e implicações no legislativo de Duque de Caxias, tendo como objetivos específicos:

- 1) Compreender o contexto político e estrutural que possibilita o Escola sem Partido;
- 2) Entender o Escola sem Partido como uma contraofensiva à crise do capital;
- 3) Apresentar as facetas do Escola sem Partido como um projeto burguês de educação conservadora e seus desdobramentos em Duque de Caxias;

É relevante frisar que as práticas do Escola sem Partido vão ao encontro dos interesses da classe burguesa e suas frações de classe em boicotar o acesso a uma educação minimamente emancipadora às classes populares e baseada em conhecimentos científicos, por isso, as disciplinas de humanas estão sofrendo mutilações no currículo.

Por consequência, o currículo é restrito e não tem o pensamento científico como base e, com isso, favorece uma política baseada em mentiras e superficialidades para

atender aos interesses da classe burguesa e seus fragmentos, que anseiam a formação para o conformismo e não admitem ter seus privilégios se quer questionados, uma vez que

O conservadorismo no Brasil e no mundo está a serviço da classe dominante, à medida que constrói discursos e práticas que buscam distanciar e enfraquecer os princípios democráticos, individualizando e atomizando as lutas sociais, apelando para o sentimentalismo, a apolitização do sujeito, e, fortalecendo preconceitos, mistifica as relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista, procurando substituir a realidade objetiva por abstrações moralizantes. (SOUZA, 2016, p. 376)

Até o momento, o termo “Escola sem Partido” está sendo aplicado em sua totalidade e refere-se ao Programa Escola sem Partido. No decorrer do trabalho, também serão utilizados termos como “grupo”, “organização”, “projeto” e “movimento”. O termo “projeto” vai se referir às propostas de lei (PL) que tramitam ou tramitaram nas casas legislativas do país e têm como pilar as propostas do ESP. Já o último, “movimento”, é utilizado por grande parte daqueles que se dedicam ao tema, mas não é unanimidade. Eveline Algebaile (2017, p. 66-70) afirma que o ESP, por conter uma estrutura organizacional personalizada, autônoma, centralizada e partidária, impossibilita seu entendimento como um “movimento” e reforça a percepção de um organismo especializado e vinculado a uma vertente política.

Luíza Rabelo Colombo (2018, p. 1-2) também contribui para esse debate ao afirmar que o

Escola Sem Partido (ESP), que se difundiu através do véu de uma marca propagandística em forma de “movimento”, mas que vem representar, muito além, a ponta da lança da nova roupagem da corrente ultraconservadora do liberalismo. [...] Emergiu como a mais importante ideologia da Frente Liberal-Ultraconservadora, no âmbito educacional e para além dele. (COLOMBO, 2018, p. 1-2)

Mas entende-se, nesta pesquisa, que a apropriação da noção de “movimento”, que historicamente é de esquerda, vai além da corrente ultraconservadora do liberalismo³, pois a noção de movimento foi ressignificada por componentes burgueses e utilizada também como expressão organizativa por grupos vinculados a corporações financeiras. Logo, sua função estratégica é esconder a essência do ESP, assim

³ Este pensamento estava diretamente associado ao avanço da produção capitalista e à ascensão burguesa. O Liberalismo no plano econômico estava voltado para defender a livre-empresa e o livre-câmbio. No plano político buscava garantir as liberdades dos homens, bem como os direitos dos cidadãos, fundamentado no surgimento de uma constituição e na divisão dos poderes.

[...] a aparência é entendida como a manifestação imediata de algo. Logo, desta afirmação, surgem algumas considerações: em primeiro lugar, como a existência é algo que independe da manifestação da essência, a relação entre ambas independe da origem natural ou social do objeto ou fenômeno. [...] E, por último, se a aparência se manifestar de forma ilusória, essa confusão tem como base o próprio objeto ou fenômeno. Ou seja, a aparência não se trata do modo como as pessoas apreendem o objeto, mas sim, decorre da própria forma como este se apresenta. (GAIOLI, 2017, p. 142)

Visto que o propósito basilar do ESP é alinhar a educação ao aparato produtivo, é necessário promover uma educação limitada, alienada e anticientífica, função do ESP, impedindo a separação entre essência e aparência, para camuflar as contradições do sistema capitalista.

Sinteticamente, concebemos a essência como a lógica interna do objeto e sua articulação com outras categorias. A aparência é sempre uma visão parcial dos processos porque ela é a forma invertida pela qual o fenômeno “se mostra” aos agentes econômicos na realidade reificada, normalmente de um ponto de vista específico. (THEODOSIO, 2017, p. 3)

Com base nessas colocações e pautando-se em Florestan Fernandes (1979, p. 20–23), que reconhece as transformações do capitalismo em questões como tecnologia, sistema de produção, consumo, padrões, divisão social do trabalho, novas estruturas de poder e de socialização etc., mas que mantém seu caráter essencial, o regime de classes, percebe-se também o Escola sem Partido como autodefesa do capitalismo que, através do campo da educação, encontra uma das formas para aprofundar, atualizar e ao mesmo tempo contribuir para manter o conformismo e a estrutura socioeconômica inabalável.

Logo, essa autodefesa funciona para manutenção dos privilégios e interesses da classe dominante e funciona como uma resposta de setores conservadores ligados ao capital, que pelo seu

[...] caráter global e [...] com a fase atual do capitalismo que entrou em profunda crise de caráter estrutural, situação em que a classe dominante, não podendo se impor racionalmente precisa recorrer a mecanismos de coerção combinados com iniciativas de persuasão que envolvem o uso maciço dos meios de comunicação e a investida no campo da educação escolar tratada como mercadoria e transformada em instrumento de doutrinação. (SAVIANI, 2017)

O professor Dermeval Saviani (2017, n. p.) do mesmo modo sinaliza, como outro componente dessa ofensiva, “[...] a especificidade da formação social brasileira marcada pela persistência de sua classe dominante sempre resistente em incorporar a população

temendo a participação das massas nas decisões políticas”. Dessa forma, o Escola sem Partido, de base liberal conservadora, surge como desdobramento da crise do capital e age como um regente desse processo de distanciamento das massas.

Entendendo o capitalismo como um sistema ou modo de produção mais volúvel e “[...] adaptável que já surgiu na história humana; ele já superou crises cíclicas deste tipo antes. E conseguiu recorrendo a duas estratégias básicas: a expansão do sistema e a produção de tipos radicalmente novos de bens” (JAMENSON, 1999, p. 187).

O conjunto de ideias do ESP pode ser articulado com esses requisitos na superação das crises sistêmicas a partir de políticas neoliberais⁴ que ele representa. Em relação à expansão do sistema, atende à necessidade neoliberal da desregulamentação, havendo espaço para maior penetração do capital e do mercado, além de reduzir a força de trabalho à condição de mercadoria, ao mesmo tempo que a precariza em dimensões absurdas; já no segundo requisito, o da produção de tipos de novos bens, tendo como recursos inovações e “revoluções” na tecnologia (JAMESON, 1999, p. 188).

Fernando Penna (2017, p. 35) avalia que o ESP, fundado em 2004, não teve

O discurso [...] devidamente enfrentado, [...] desde o momento em que ele surgiu, [...] justamente por parecer absurdo e sem fundamentos legais para aqueles que conhecem o debate educacional, e também porque ele se espalha com muita força, não em debates acadêmicos, mas nas redes sociais. Esse discurso utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional. (PENNA, 2017, p.35)

Afirmar que uma escola está a serviço de um partido específico, que o maior problema da educação brasileira é a doutrinação político-partidária realizada no espaço escolar por professores de “esquerda”, como também que docentes promovem a homossexualidade entre os alunos a partir da denominada ideologia de gênero, buscando deturpar os valores morais da família cristã parecia ser tão grotesco que aquelas ideias não vingariam.

Essas afirmações têm como objetivo esconder os reais problemas da educação, como a valorização do profissional de educação, formação continuada e investimentos, por exemplo, e funcionam como

⁴ Política baseada na limitação da atuação do Estado, para isso, defende a livre concorrência entre as empresas e países, menos intervenção possível do Estado na economia, privatizações, abertura do mercado nacional às mercadorias e capitais estrangeiros, diminuição de gastos públicos para manter equilíbrio financeiro, por exemplo, aposentadoria e educação.

[...] slogans da educação, simplificações criadas por comunicadores sociais com base nos substratos teóricos do projeto político-educativo dominante e das formulações dos organismos multilaterais, difundidos por diferentes intelectuais orgânicos singulares e coletivos (escola, mídia, associações profissionais e sindicais e meios de comunicação de massa), são decisivos para disseminar nas mais diversas formações sociais concretas o pensar, o sentir e o agir do bloco no poder. (NEVES, 2014, p. 8)

Nos anos iniciais, o projeto era muito pueril, talvez, por essa razão, não tenha recebido a atenção devida dos professores, inclusive a minha. Em sua origem, a contradição ingente no projeto o pôs no esquecimento. Acreditava que era apenas mais uma jogada eleitoreira de políticos querendo conquistar a mídia e alguns eleitores mais conservadores.

De fato, essa não foi a trajetória do ESP, que, a partir de 2011, alcançou popularidade nacional e suas ideias passaram a rondar como espectro de ameaça à prática docente. Quando me dei conta, estava me autocensurando, como no contexto da Ditadura Civil-Militar, no espaço em que a liberdade de ensinar e aprender é garantida em lei, sendo aprovada na Constituição de 1988, em um contexto de fim da Ditadura Civil-Militar e avanço de reorganização de movimentos sociais.

Aparentemente, a forte e agressiva propaganda do ESP ganhou adesão entre os jovens e o clima policialesco se tornou uma realidade nas instituições de ensino. A agressividade é uma estratégia burguesa para alcançar todas as camadas sociais e para aumentar seu controle sobre a educação, disfarçando suas verdadeiras pretensões, assegurar o capitalismo, “o sistema dinâmico, mas assolado por crises que passa por mil mortes” (WOOD, 1999, p. 10).

Com esses objetivos, a classe dominante e suas frações reagem e têm como ferramenta, quando necessário, o fascismo, definido pelo professor Leandro Konder (2009, p. 53) como

[...] um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro. (KONDER, 2009, p. 53)

Analisando o fascismo como uma contrarrevolução, baseada em Jorge Dimítrov, como ressaltou Anita Prestes (2018, n. p.), o fenômeno tem como tarefa

[...] assegurar no sentido político o êxito da ofensiva do capital, da exploração e do saque das massas populares pela minoria capitalista e garantir a unidade da dominação dessa minoria sobre a maioria popular”. Para o dirigente comunista, o recurso ao fascismo se explica pela necessidade do capitalismo assegurar sua sobrevivência e sua continuidade em momentos de crise. (PRESTES, 2018, n. p.)

Para Penna (2017, p. 42), os adeptos do ESP “usam estratégias discursivas fascistas [...] pelas analogias voltadas à docência, que desumanizam o professor. Normalmente, analogias que tratam o professor como um monstro, um parasita, um vampiro”. Com essa desumanização, pretende-se que o professor se torne correia de transmissão do poder e, ao mesmo tempo, um negacionista da formação política e da formação com base na ciência.

Ciavatta (2017, p. 9) também aponta características fascistas no discurso do ESP, como a “linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas”, como teorias conspiratórias comunistas e o descrédito de qualquer um que esteja comprometido com pautas sociais: professores, ambientalistas, cientistas. Isto posto, o discurso do ESP vai além da promoção à ignorância, uma vez que ataca a ciência, o lugar político e de classe do professor.

Outra prática dos defensores do Escola sem Partido, que tornam seu discurso bem confortável, é a defesa de um apartidarismo – inarmônico com suas ações, pois têm alvos bem definidos, o Partido dos Trabalhadores, toda esquerda, o comunismo e a despolitização de seus compromissos e objetivos, pois

[...] desde sua fundação, o movimento vem prosperando [...] afirmando que suas motivações são absolutamente despolitizadas e descompromissadas com qualquer tipo de ideário ou filosofia. Tal argumentação tem a finalidade de colocar o movimento e seus adeptos como intocáveis por todo tipo de crítica. (PENNA e SALLES, 2017, p. 35)

Com esse clima de patrulhamento ideológico, o ensino de História e das disciplinas de Humanas, de maneira geral, tornou-se dificultoso, pois a perspectiva de verdade histórica e científica foi retirada. Como um professor de História pode não discutir temas sensíveis à realidade política, social e/ou econômica? Ou um professor de

Geografia discutir as desigualdades do espaço? Este é o fito do ESP: impedir a reflexão, o debate sobre a sociedade concreta.

A neutralidade defendida pelo ESP vai ao encontro do sistema filosófico criado por Augusto Comte, o Positivismo⁵, que, segundo Ciro Flamarion (1981, p. 31),

[...] pretende que qualquer proposição que não possa ser reduzida a simples enunciação de um fato particular ou geral carece de um sentido real e inteligível. Importa salientar que, para Comte, o “fato” nos é acessível somente ao nível fenomênico. [...] Por conseguinte, numa certa versão do empirismo, considerava como atividades das ciências: 1) o estabelecimento dos fatos; 2) sua explicação mediante leis (no sentido de relações constantes de sucessão e similitude existentes entre os fenômenos observados”). (FLAMARION, 1981, p. 31)

O positivismo defende uma autoridade disciplinadora, fundamenta-se na objetividade e neutralidade, que explica a realidade social pela ciência, comparando a sociedade a uma máquina.

Sua tarefa é a solução dos problemas sociais na sociedade, que se forma com a Revolução Industrial, tendo em vista a necessária consolidação da ordem social liberal-burguesa, em ascensão no século XVIII, uma ordem fortemente marcada pela luta de classes e pelas contradições sociais criadas pelo capitalismo.

Sobre essa relação Marcos Francisco Martins (2019, p. 110) afirma que

Para os positivistas, só é verdadeiro o conhecimento produzido se ele for neutro, isto é, objetivo. Assim, é condição sine qua non aos positivistas que no processo de produção do conhecimento as subjetividades (concepções de mundo, valores, desejos, crenças, idiosincrasias etc.) sejam afastadas, para que o conhecimento possa ser considerado verdadeiro. (MARTINS, 2019, p. 110)

Contra essa visão isenta da História, Edward Hallet Carr (1982, p. 75) afirma que

[...] não se pode compreender ou apreciar completamente o trabalho do historiador a menos que se aprenda antes o ponto de vista que determinou a sua abordagem; segundo, que aquele ponto de vista está ele mesmo enraizado num *background* social e histórico. Não esqueçamos que, como disse Marx, o próprio educador tem de ser educado; no jargão moderno, o cérebro do lavador de cérebros foi ele próprio lavado. O historiador, antes de começar a escrever história, é o produto da história. (CARR, 1982, p. 75)

⁵ Em seu nascedouro, século XIX, o Positivismo cumpriu um papel histórico importante, uma vez que, para Comte, o conhecimento científico deveria pautar-se em experimentos e não no senso comum. Buscou reproduzir na Sociologia os mesmos padrões de objetividades que regiam os estudos de outras ciências. Dessa forma, o método científico aplicado às ciências naturais poderia atender e orientar o mundo social.

Também na linha de impossibilidade de isenção, Anita Leocádia Prestes (2010, p. 92) explica que

[...] o historiador, aquele que se propõe a compreender e explicar os fenômenos que têm lugar nas sociedades humanas, precisa ser um questionador, uma vez que ele, sendo um personagem do seu tempo, inserido em determinada sociedade de uma determinada época, não é nem pode ser neutro. No máximo, conseguirá manter uma neutralidade aparente. (PRESTES, 2010, p. 92)

Sobre a perspectiva do materialismo-histórico, Dermeval Saviani (2013, p. 8) também rebate a fictícia neutralidade conclamada pelo ESP, pois para ele

O ponto de vista histórico-crítico permitiu aí desmontar o raciocínio positivista, afastando a armadilha em que frequentemente caem os próprios críticos do positivismo ao deixarem intacta a premissa maior que vincula objetividade à neutralidade. Tal desmontagem tornou possível negar a neutralidade e, ao mesmo tempo, afirmar a objetividade. A neutralidade é impossível porque não existe conhecimento desinteressado. Não obstante todo conhecimento ser interessado, a objetividade é possível porque não é todo interesse que impede o conhecimento objetivo. (SAVIANI, 2019, p. 8)

Diante do exposto, várias questões sobre o tema deste trabalho surgem como: qual aparência e essência do projeto educacional do ESP? Está a serviço de quem operacionalizar o ESP? Pode ser considerado o ESP como uma reedição dos princípios educacionais da ditadura? Qual o papel da escola em sua perspectiva?

Para esse fim, as práticas metodológicas abordadas foram a qualitativa e quantitativa. Segundo Minayo (2001, p. 21-22), a primeira trabalha com a realidade social, ou seja, com o universo dos significados, motivos, das aspirações, crenças, dos valores e das atitudes, logo dificilmente o objeto de pesquisa qualitativa pode se traduzir em quantitativo.

O qualitativo se aprofunda no mundo dos significados. Utiliza uma realidade que não é visível e que precisa ser interpretada pelos pesquisadores; em suma, a pesquisa qualitativa trabalha com a individualidade do ser humano.

Sua aspiração é, portanto, a de classificar, tipologizar, reunir os dados em função de sua qualidade, de suas características – o que necessariamente exige primeiro do pesquisador uma tarefa de conceitualização -, classificando fenômenos de acordo com informações verbais ou verbalizando as informações numéricas. As técnicas qualitativas acabam sempre em informações verbais. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 515)

Já a pesquisa quantitativa, segundo Julio Aróstegui (2006, p. 538),

[...] tem os mesmos objetivos que a qualitativa: explicar o homem, coletivo e individual. A quantificação permite encontrar relações, explicações de comportamentos, que muitas vezes permanecem ocultas a uma pesquisa qualitativa. O poder da quantificação reside essencialmente na possibilidade que oferece de estabelecer relações exatas. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 538)

Portanto, para o desenvolvimento desse trabalho, entende-se que,

[...] do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não há continuidade, entre investigação quantitativa e qualitativa. [...] se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa. (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247)

Na pesquisa, essa confluência pode ser observada no levantamento dos projetos de lei, suas origens e interesses que foram abordados e sua quantificação realizada, ficando cristalino um excessivo aumento de projetos associados à base conservadora, em que boa parte dela saiu vitoriosa nas eleições de 2018.

Além dos projetos de lei, documentos governamentais, outras fontes foram utilizadas para o desenvolvimento do trabalho como jornais, revistas, discursos, documentos políticos e virtuais. Em relação às fontes virtuais, José D’Assunção Barros (2020, p. 6) afirma

[...] que serão cada vez mais analisados pelos futuros historiadores como objeto de estudo e abordados como fontes históricas para a investigação sobre temáticas diversas, devem ser vistos como possuidores da mesma qualidade de fontes históricas que os tradicionais documentos registrados no suporte papel. (BARROS, 2020, p. 6)

Em vista disso, destaca-se que as fontes virtuais podem servir de bases textuais e que é possível a internet ser utilizada para suporte de arcabouço teórico. Boa parte deste trabalho se desenvolveu pela consulta à internet, que se constituiu como uma importante ferramenta de acesso às fontes, que foram selecionadas no site oficial e no Twitter do Escola sem Partido, em perfis de grupos e políticos apoiadores do programa, em redes sociais e nos sites das Câmaras Legislativas de todo país.

Para Fábio Chang de Almeida (2011, p. 9; 12), a internet é uma nova categoria de fontes documentais para pesquisa histórica e negligenciá-las seria negar as práticas,

atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolveram com a popularidade da rede.

O trabalho terá seu arcabouço teórico político compreendido por autores como Karl Marx e Friedrich Engels⁶, deles categorias como classe social e modo de produção foram utilizados, além de recuperar a visão histórica do Estado de Marx, entendendo que o Estado surge para garantir os anseios de uma classe e, portanto, não é neutro, e sim um garantidor da sociedade de classe; Vladimir Lênin⁷, que pensa o Estado, entre os séculos XIX e XX, como um produto da manifestação do antagonismo inconciliável de classes.

De Florestan Fernandes⁸, sociólogo e político, foram utilizados os conceitos de dominação burguesa, autodefesa, cerco capitalista e contrarrevolução para pensar os desdobramentos do movimento na educação como uma reação do capital; do professor Dermeval Saviani⁹, recorre-se à Pedagogia Histórico-Crítica, concepção marxista da educação, que visa às transformações das estruturas sociais a partir de um ensino crítico aos filhos das classes populares.

Em Luiz Carlos de Freitas¹⁰, foram apreciados seus apontamentos sobre a invasão da educação pela política neoliberal e como isso afeta uma gestão com princípios democráticos na educação.

Entre os autores que se debruçam diretamente sobre o Escola sem Partido, destacam-se Fernando Penna¹¹, em seu vigoroso trabalho contra os dogmas do programa e dos projetos de lei, que são perceptíveis não só nas várias publicações de artigos, mas também em vídeos e palestras, assim como Gaudêncio Frigotto¹², que é referência sobre

⁶ Teóricos alemães que se destacaram na Filosofia, Sociologia, Economia e História responsáveis no século XIX de formular críticas ao sistema filosófico, político, econômico e social, seus conceitos são debatidos e influentes até a atualidade e têm como base o estudo das sociedades através do seu modo de produção.

⁷ Político, intelectual e comunista russo, Vladimir Ilyich Ulyanovf foi líder do processo revolucionário russo de outubro de 1917.

⁸ Paulista, formado em 1941 pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) em Ciências Sociais, doutorou-se pela mesma instituição em 1951. Após ser aposentado compulsoriamente pela Ditadura, lecionou em universidades estrangeiras como a de Columbia, Toronto e de Yale e, a partir de 1978, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

⁹ Professor pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), fundador da pedagogia dialética Histórico-Crítica.

¹⁰ Professor titular (aposentado) da Faculdade de Educação da Unicamp, com pós-doutorado em Educação pela USP. Atualmente é professor colaborador da Faculdade de Educação da Unicamp.

¹¹ Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UFF e parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da FFP UERJ. Doutor e Mestre em Educação pelo PPGE da UFRJ e bacharel e licenciado em história pela mesma universidade. Atualmente é coordenador do Movimento Educação Democrática.

¹² Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC/SP (1983). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Representante do Brasil no Comitê Diretivo do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

esse debate, organizando uma das principais obras de leitura crítica do ESP, o livro “Escola “Sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira”¹³, e é responsável pelo prefácio de outra, “Escola sem Partido ou a Escola da Mordança e do Partido único a Serviço do Capital”¹⁴. Nesse sentido, outra obra muito importante para o desenvolvimento desse trabalho é “A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso”¹⁵.

Buscando apresentar os resultados dessa pesquisa, essa dissertação será dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo abordará as permanências e rupturas dos princípios educacionais da ditadura no ESP. Inicia-se com uma análise da estrutura e conjuntura que o ESP emerge; a próxima etapa contará com um apanhado histórico da Ditadura e suas particularidades em Duque de Caxias e como a educação era pensada nesse momento. Em seguida, será examinada a Constituição de 1988 e seu contexto político até a virada conservadora dos anos 2010.

O segundo capítulo esquadrinhará o Programa Escola sem Partido, focando no que possibilitou sua ascensão, entendendo-o como um censor para o desenvolvimento de uma educação emancipadora. Nele será apresentado alguns componentes que fazem o ESP acontecer. A análise será feita através de três aspectos, eleitos a partir de suas influências na projeção do ESP e na interferência na sala de aula.

Portanto, dividido em três seções: 1) Anteprojetos de Lei – busca compreender como os atores do ESP transformaram sua ideologia em instrumentos de leis, sua íntima relação com alguns grupos políticos e sua influência nas eleições de 2018; 2) Políticas Públicas Governamentais: quando o projeto encontra o governo – que avalia como a essência do ESP se faz presente nas políticas públicas, projetos e instrumentos, como na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), na Reforma do Ensino Médio, na proposta de Homeschooling e das escolas militarizadas, enxugando currículo para apagar fatos destoantes da sua concepção de mundo, como greves operárias, resistência de escravizados e de nativos, luta por terra, pensamento marxista; 3) Professor – que trata dos ataques de toda natureza do ESP contra os docentes.

¹³ FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “Sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

¹⁴ BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Org.) **Escola sem Partido ou a Escola da Mordança e do Partido único a Serviço do Capital**. 1. ed. Uberlândia: Navegando, 2019.

¹⁵ AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, P. E. I. **A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, v. I, 2016.

O último capítulo terá como o foco as políticas burguesas da educação em Duque de Caxias a partir de 2016, a essência do ESP, ano em que teve início o desmonte do plano de carreira dos docentes e as ações diretas do ESP na Câmara Municipal do município, identificando atores e a essência dos instrumentos aplicados por eles.

Na conclusão, o objeto central do trabalho, Escola sem Partido, será retomado apontando limitações, avanços e possibilidades da pesquisa, assim como seus reflexos em Duque de Caxias.

1 ESCOLA SEM PARTIDO: A REEDIÇÃO DOS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS DA DITADURA

Intenciona-se neste capítulo compreender o Escola sem Partido como um elemento que visa reeditar e atualizar as concepções da educação do período da Ditadura Civil- Militar (1964-1985), entendendo-o como uma investida conservadora no campo da educação. Para este fim, será exposto um apanhado da estrutura e da conjuntura da ascensão do ESP.

Após um histórico dos anos de chumbo em Duque de Caxias, analisar-se-á como a educação foi moldada para atender as conformações necessárias do capital, em seguida, será analisada a face do Escola sem Partido que se assemelha com essas ideias.

1.1 Capitalismo Dependente, autocracia burguesa e projeto educacional

Em 2013, um dos principais assuntos nos meios de comunicação do país era a Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol (FIFA). O evento serviria como teste para o evento maior, que aconteceu, no ano seguinte, a Copa do Mundo. A possibilidade de a seleção brasileira alcançar um hexacampeonato em gramados brasileiros causava uma grande expectativa e até mesmo frenesi em alguns.

É nesse contexto que, em junho, dias antes de começar a competição, o Brasil passou por uma série de manifestações com pautas bem abstratas como democracia, liberdade, educação, transporte e segurança¹⁶.

Sem lideranças, milhares de pessoas vão às ruas durante um mês. A mídia e a oposição, oportunistas, redirecionam o foco das reivindicações para o governo federal, que se torna o principal alvo. Nascidas na esquerda e incorporadas pela direita, as manifestações rejeitaram o apoio de partidos políticos, questionaram a legitimidade das instituições democráticas e encerraram a lua de mel com o governo Dilma, que perdeu drasticamente o apoio popular. (GUERRA et al., 2017, p. 11)

É importante ressaltar que as bandeiras levantadas pelos manifestantes não só foram apropriadas pela direita, mas também foram paridas por ela, buscando ascensão

¹⁶ Importante ressaltar que, em paralelo a essa situação, os governos do PT se pautaram em uma agenda, mesmo que consumista, de inclusão social, como, por exemplo, o pré-sal, reserva de petróleo localizada na costa brasileira, pois sua receita era vinculada à educação e à saúde.

política nas eleições ao executivo nacional do ano seguinte. Sobre esse assunto, Roberto Amaral (2016, p. 41) advoga que

[...] surpreendente seria, igualmente, entre nós, a ascensão brasileira da direita, como movimento, ação e pensamento, alcançando seu clímax, até aqui, em 2016¹⁷. Esses fatos e movimentos, alguns de caráter revolucionário, não são frutos do acaso, do improvisado. Não nasceram quando vieram à tona. Sua arquitetura vinha sendo montada peça por peça, longe das lentes e dos sismógrafos dos sociólogos. Mas deixavam sinais para os que desejassem ver. (AMARAL, 2016, p. 41)

Armando Boito Junior (2018, p. 218) também analisa esse período dessa maneira, caracterizando-o como uma

[...] ofensiva neoliberal restauradora iniciou-se antes das manifestações de junho de 2013 e, ao contrário destas últimas, sempre teve clareza política e força suficiente para eleger como alvo a conquista do poder governamental. De tal modo que, após breve hesitação inicial, a ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo passou a estimular as manifestações de rua a fim de canalizá-las para o objetivo de derrotar eleitoralmente o governo Dilma. (BOITO JR, 2018, p. 218)

Vale a pena ressaltar, nesse ponto, que Dilma Rousseff foi alertada pelo então primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdoğan, sobre a participação estadunidense nas manifestações de junho de 2013, elencando similitudes com as manifestações que também estavam ocorrendo no país euroasiático, além de fazer avaliação sobre uma possível Guerra Híbrida (DCMTV, 2021)

Entretanto os anseios da direita foram interrompidos, pois Dilma foi reeleita em 2014. Assim, seus opositores partiram para uma nova empreitada, um golpe, concretizado em 2016, caracterizado por Luís Carlos Freitas (2018, p. 47) e Dermeval Saviani (2020, p. 1) como um golpe jurídico-midiático-parlamentar.

Ao derrotar o representante da direita, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o governo petista já era assolado por denúncias da Operação Lava Jato, investigação da Polícia Federal que supostamente atuou contra crimes de lavagem de dinheiro e caixa dois, que envolveu políticos, empreiteiras e a Petrobrás.

¹⁷ Ano do Golpe contra a presidenta Dilma Rousseff.

As consequências da operação foram drásticas. No campo econômico destruiu a Petrobrás e abriu caminhos para a privatização do pré-sal¹⁸; já no campo político ocorreu a criminalização da política e de políticos, sobretudo do PT, e o avanço de candidatos autodenominados de antissistema.

A judicialização das denúncias ficou nas mãos do Juiz Sérgio Moro, que se mostrou seletivo e com interesses partidários, dado que, em 2018, ano de eleição, o juiz decretou a prisão do candidato petista que tentava seu terceiro mandato como presidente.

Luiz Inácio Lula da Silva¹⁹ estava em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de votos. Detido, o ex-presidente foi impedido pela justiça de registrar sua candidatura, o que facilitou a vitória de Jair Messias Bolsonaro²⁰, que nomeou Moro para a pasta da justiça.

Analisando o processo da Lava Jato sobre a ótica de Armando Boito Junior (2016), de que a corrupção é um elemento da ideologia burguesa de Estado, entende-se que seus responsáveis atuaram

[...] como integrantes e como representantes políticos da fração superior da classe média e, também, como burocratas do Estado inseridos num ramo específico desse aparelho cuja função particular é a de zelar pela manutenção da ordem capitalista. (BOITO JR, 2016)

Além disso, as ações da operação contaram com a espetacularização da imprensa, que foi,

[...] praticamente, parte integrante dessa operação: cuidou do convencimento público que legitimou os atropelos dos direitos dos investigados e apoiou o caráter seletivo da investigação. Ou seja, o imperialismo²¹ e a burguesia estimularam a operação e viram nela uma empreitada que servia aos seus interesses. (BOITO JR, 2016)

¹⁸ Reserva de petróleo encontrada em 2007, localizada no litoral do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

¹⁹ Eleito presidente do Brasil em 2002 e 2006 pelo PT. Em 2018, tentava voltar ao executivo nacional, mas foi preso e proibido de participar das eleições, por desdobramentos da Lava-Jato. Ulteriormente, a prisão de Lula foi considerada ilegal pelos tribunais internacionais; no Brasil, foi solto depois de 580 dias, de abril de 2018 a novembro de 2019. Suas condenações foram derrubadas e o ex-juiz Sérgio Moro foi considerado parcial nas punições ao ex-presidente.

²⁰ Eleito presidente do Brasil em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL). Não conseguiu se reeleger em 2022, candidato pelo Partido Liberal (PL), foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT).

²¹ O autor se refere à participação de agências de espionagem estadunidenses no processo da Lava Jato e em seus desdobramentos.

A imprensa apontava os agentes e governos petistas como principais autores das denúncias de corrupção, mesmo quando as investigações escancaravam personagens de outros partidos envolvidos. Esse discurso penetrou

[...] em todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum. Quem pode ser a favor da corrupção? As camadas médias tradicionais nutrem o preconceito de que a falta de instrução das camadas populares as levaria a aceitar a corrupção (o que é duvidoso) em troca de benefícios. (SINGER, 2013, p. 35)

Esse ato expressa a habilidade da burguesia em ressignificar conflitos em seu favor, pois

[...] os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47)

A crise econômica contribuiu para o cenário de instabilidade política. Paulatinamente, a base de apoio do PT no parlamento foi minando e, nesse ínterim, grupos conservadores se articulavam nas redes sociais marcando manifestações contrárias ao governo, entre eles, o Escola sem Partido.

Dessa maneira, no último dia de agosto de 2016, um congresso comprometido em atender aos interesses do capital e submeter o Brasil aos interesses imperialistas aprovou o impeachment²² da presidenta. Importante salientar, aqui, que muitos opositores de Dilma foram sendo acusados e alguns presos por corrupção logo após o processo de impedimento, entre eles, Aécio Neves, Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados e Michel Temer, vice-presidente - um dos articuladores do golpe -, sendo presos os dois últimos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A base econômica do golpe se deu através do projeto “Uma Ponte para o Futuro”²³, que, segundo Kátia Lima (2017, p. 8-9), foi

²² Reafirma-se, através dessa nota, que esse processo foi um Golpe contra uma presidenta eleita por voto direto.

²³ O documento na íntegra não está mais disponível na internet. Em todos os artigos em que é citado, o link expirou ou não direciona para a página correta. No site do PMDB e da Fundação Ulysses Guimarães, também não foi encontrado; portanto, as referências ao documento feitas nessa pesquisa são referentes a notícias e artigos anteriores, devidamente referenciados.

[...] elaborado pela Fundação Ulysses [sic] Guimarães, do PMDB e divulgado em outubro de 2015. O documento é apresentado como um programa que se destina ao desenvolvimento da economia brasileira pelo enfrentamento da crise fiscal gerada pelas despesas públicas e pela paralisação dos investimentos produtivos. Considera que o papel do Estado é “... distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade”. (FUNDAÇÃO ULYSSES [sic] GUIMARÃES/PMDB, 2015, p. 4)

As propostas que são apresentadas no documento são de apoio irrestrito à implementação de políticas neoliberais no Brasil, passando por privatizações, desvinculação de verbas da saúde e da educação, abertura comercial, redução da taxa básica de juros, desindexação do salário-mínimo e reformas trabalhista e da Previdência Social (CAVALCANTI; VENERIO, 2017, p. 156). Para alcançar esses objetivos, o documento aponta algumas medidas, entre elas a

[...] a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles. Apoio real para que o nosso setor produtivo integre-se às cadeias globais de valor, auxiliando no aumento da produtividade e alinhando nossas normas aos novos padrões normativos que estão se formando no comércio internacional” (PMDB, 2015, p. 18). (CAVALCANTI; VENERIO, 2017, p. 156)

A recusa da Presidenta Dilma Rousseff em implementar essas propostas foi um importante fator que culminou no golpe contra seu governo. Em setembro de 2016, já como presidente, Michel Temer fez a seguinte declaração em Nova York:

E há muitíssimos meses atrás, eu, ainda vice-presidente, lançamos um documento chamado ‘Uma Ponte Para o Futuro’, porque nós verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo. E até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento chamado ‘Ponte para o futuro’. E, como isso não deu certo, não houve adoção, instaurou-se um processo que culminou agora com a minha efetivação como presidência da república. (THE INTERCEPT BRASIL, 2016)

Em pouco mais de dois anos à frente do governo, Temer implementou várias políticas neoliberais, tanto no campo da economia quanto no campo da educação, previstas no “Uma Ponte para o Futuro”. No trecho citado a seguir, Temer elenca algumas dessas políticas:

[...] pus em prática a Ponte Para o Futuro, plano de políticas públicas que havia sugerido ao governo de então, mas foi tomado como gesto de oposição. A primeira providência saneadora foi a emenda à Constituição referente ao teto de gastos. [...] Sabia que o Brasil carecia de reformas. Algumas, causadoras de impopularidade. Com o teto para os gastos aprovado, chamei os governadores e permiti que deixassem de pagar seu débito com a União por seis meses. [...] Realizamos a reforma do ensino médio, pleito que se fazia havia mais de 20 anos. Fizemo-la por medida provisória, que, convertida em lei, ganhou aplauso dos brasileiros. Outra reforma corajosa foi a trabalhista. Esta diminuiu a litigiosidade reinante entre empregado e empregador, além de flexibilizar as relações de emprego com a introdução de vários avanços, sem retirar nenhum direito do trabalhador. E patrocinamos durante mais de um ano a reforma da Previdência, que só não foi votada no meu governo em razão de tentativas institucionais irresponsáveis com vista a apear-me da Presidência. (TEMER, 2021)

Assim sendo, compreende-se que o discurso de combate ao governo Dilma teve como aparência a questão da corrupção, enquanto a sua verdadeira essência era o avanço das pautas neoliberais no país.

Pode-se relacionar esse processo com a ideia de guerra híbrida utilizada por Andrew Korybko (2018), que é a combinação de revoluções coloridas e guerras não convencionais.

Neste novo modelo de guerra, as revoluções coloridas – largamente planejadas anteriormente e utilizando ferramentas de propaganda e estudos psicológicos combinados com o uso de redes sociais – consistem em desestabilizar governos por meio de manifestações de massas em nome de reivindicações abstratas como democracia, liberdade etc.; elas são a fagulha que incendeia uma situação de conflito interno. A revolução colorida é o golpe brando. Se ela não for suficiente para derrubar e substituir o governo, avança-se para o estágio da guerra não convencional, aquelas combatidas por forças não regulares, sejam guerrilhas, milícias ou insurgências. Este é o momento do golpe rígido. (STÉDILE, 2015 *apud* KORYBKO, 2015, p. 10)

Percebe-se que essa combinação ocorreu no Brasil, podendo relacionar as manifestações de 2013-2016 a uma revolução colorida, com a participação de vários grupos digitais como o próprio ESP, Revoltados On-line e Movimento Brasil Livre.

Já para associar o golpe à guerra não convencional, deve-se antes entender esse processo, que Andrew Korybko (2015, p. 86-87) divide em três fases: a primeira é sobre a fabricação de um ambiente propício para a troca de regime, tendo como objetivo conquistar o apoio da população; a etapa seguinte é a guerra de guerrilha, quando um acontecimento catalisador desperta apoio popular contra o governo e prepara o terreno para a última etapa, a guerra de movimento, que

[...] é chamada de “guerra de movimento” porque os insurgentes contra o governo estão se mobilizando contra o governo para “libertar” o povo e o território que deve ser então administrado. Os combatentes estão “a caminho”, por assim dizer, estão trabalhando ativamente para derrubar o governo. (KORYBKO, 2015, p. 88)

Visto isso, entende-se que, com suas especificidades, essas etapas foram cumpridas no Brasil, pois aqueles grupos digitais, que cresceram nas manifestações, a partir de 2013 (revolução colorida), foram importantes no convencimento da população de que todas as mazelas e atos de corrupção do país eram provocadas pela administração petista.

Justamente esses atos de corrupção cumpriram o papel de acontecimentos catalisadores para levar a opinião pública contra o governo, como a Lava Jato e os casos de desvio de verba da construção dos estádios para a Copa do Mundo de Futebol.

O desfecho se dá com a ação do impeachment, pois foi conduzido por políticos que por muito tempo foram aliados e se beneficiaram da administração de Lula e Dilma, mas que assumiram uma postura de oposição antiesquerda, de que deveriam libertar o país da corrupção, do comunismo e do risco de o Brasil se tornar uma Venezuela.

Destaca-se, aqui, que o golpe contou com a articulação e apoio de setores militares. Essa posição ficou cristalina quando, em 2020, Michel Temer, golpista que assumiu a presidência com a destituição de Dilma, revelou em entrevista que conspirou com generais do exército a queda da presidenta antes mesmo da abertura do processo de impedimento²⁴.

Assim, sem pegar em armas, como nas guerras tradicionais, esse desfecho vai consolidar a ascensão da onda conservadora no país em 2018.

Sobre a participação dos militares no golpe contra Dilma e sua respectiva consequência, Jorge Rodrigues e Mariana Janot (2020, p. 96-97) afirmam que

[...] o governo Temer teve nas forças armadas um de seus pilares de sustentação. Matéria da *Folha de S. Paulo* aponta que, durante o controverso processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, Temer, então seu vice, se reuniu com Eduardo Villas Bôas, ainda comandante do Exército, e Sérgio Etchegoyen, então chefe do Estado Maior (PAINEL, 2020) – Etchegoyen, vale lembrar, viria a ser chefe do GSI, estrutura recriada por Michel Temer nos primeiros momentos após sua posse, cuja administração, dali em diante, viveria um processo de aberta militarização. Segundo o relato, a visita teria se motivado por “preocupação” dos militares com a situação do

²⁴ TEODORO, Plínio. Villas-Bôas e Etchegoyen tiveram encontro secreto com Temer um ano antes do golpe. Fórum. [S.l.] 13 de outubro de 2020. Política. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2020/10/13/villas-bas-etchegoyen-tiveram-encontro-secreto-com-temer-um-ano-antes-do-golpe-84062.html>. Acesso em: 19 mai. 2022.

país à época, o que, em si, explicita o já mencionado salvacionismo castrense. Assim, “[...] há de se acreditar que houve sim um grupo de militares que conspirou sorrateiramente pelo golpe, ainda que as três Forças institucionalmente tenham passado quase ao largo disso” (PENIDO; RODRIGUES; MATHIAS, 2020, s/p). Negando a leitura de que o impedimento imposto sem crime de responsabilidade à Rousseff teria sido obra estritamente de uma “conspiração militar”, todavia expressam o entendimento de que “com ressentimentos que datam da criação da Nova República” e que foram ampliados com a Comissão da Verdade, esse grupo foi elemento fundamental para a ruptura então observada e, acrescentamos, para sustentação do governo que ascendia. Esse protagonismo sorrateiro – para utilizar o conceito dos autores – se perpetuou durante todo o governo Temer, pavimentou o caminho para que, nas eleições de 2018, observássemos um número expressivo de candidaturas de militares, notadamente no Legislativo federal. (RODRIGUES; JANOT, 220, p. 96-97)

Essa onda conservadora tem em essência o avanço das políticas neoliberais, e a educação é um campo dessa atuação. David Harvey (2008, p. 12) afirma que

[...] o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (HARVEY, 2008, p. 12)

Essas ideias políticas do capitalismo ganham espaço no cenário econômico a partir da década de 1970, como uma reação conservadora às crises do capital, defendendo que o Estado deve exercer o mínimo possível de influência na economia, a não ser na utilização do monopólio da violência para garantir tais liberdades. Por sua vez, áreas como saúde e educação deveriam ser entregues à iniciativa privada.

Segundo Barão (1999, p. 76), na América Latina e no Caribe, a implementação das ideias neoliberais se deu através de pressão dos organismos internacionais e pelas diretrizes “recomendadas” pelo Consenso de Washington. A reunião que ocorreu em 1989, na capital estadunidense,

[...] deveria criar procedimentos a serem adotados pelos países da América Latina e Caribe e pelos países do ex-mundo socialista, para que obtivessem apoio político e econômico das grandes potências através de seus representantes internacionais, ou seja, organismos internacionais. [...] a ideia de um consenso global passou a ser vinculada a toda política de reformas a ser implementada, pois estas eram consideradas como necessárias, para as classes

dominantes e o capital internacional como se fossem interesse de todos, e assim possibilitariam a efetivação da política neoliberal. (BARÃO, 1999, p. 77)

Nesse sentido, entende-se essa onda como garantidora dos interesses burgueses, que busca mercantilizar tudo; classe que, ao chegar à posição dominante, não mais advoga por ideias progressistas, tornando-se classe conservadora, em luta pela legitimação e manutenção de seus privilégios. Sobre a essência do conservadorismo, Mauro Luís Iasi (2015, n. p.) afirma que

[...] o conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo, ele é expressão de algo mais profundo que o determina. Estamos convencidos que ele é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa. (IASI, 2015, n. p.)

No campo da educação, as expressões neoliberais avançaram nos anos 1990, com a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia.

Essa Conferência é referência dos princípios dos “homens de negócios” no campo educacional que agora, mais do que nunca, “propõem” diretrizes “globais” nas diferentes áreas, e nessa oportunidade, especificamente para a educação. Consolida-se a lógica gerencialista no trato dos recursos financeiros e humanos e, em termos de “produto da escola pública”, temos visto a formação empobrecida por parte dos alunos no que tange o domínio de saberes culturais clássicos. (JACOMELI; BARÃO; SARTORI, 2018, p. 35-36)

No Brasil,

[...] a escola passa a ser tema de calorosas discussões, tendo em vista que agora ela deixa de ser a salvação da nação, passando a ser o problema, na medida em que, o Estado brasileiro precisa diminuir os gastos com o seu funcionamento. De fato, o tema da educação ganha centralidade no contexto da reestruturação produtiva e do avanço da crise mundial do capital. Estes aspectos têm sido largamente utilizados para justificar as reformas educacionais no Brasil como, por exemplo, aquelas iniciadas desde os anos de 1990 aos dias atuais. Essas reformas têm por finalidades: aumentar a competitividade para colocar o país no mercado globalizado, aliviar a pobreza, alcançar o desenvolvimento sustentável, realizar uma transformação produtiva sem perder de vista a equidade. À educação caberia a promoção da empregabilidade, assegurando os melhores salários aos mais capazes. (LOPES; COUTINHO, 2020, p. 707-708)

Essas medidas, a serviço do capital, agudizam a dependência do país em relação às potências hegemônicas. Florestan Fernandes (2006, p. 338-340, grifo nosso) afirma que essa relação pode ser explicada a partir do conceito de capitalismo dependente, em que o desenvolvimento capitalista das antigas colônias, periferia do capitalismo, está condenado a atender as necessidades das economias centrais sobre um viés dependente,

subdesenvolvido e imperializado. Isso significa que não houve uma ruptura da dominação externa, e o desenvolvimento capitalista da periferia é moldado pelo padrão das economias capitalistas centrais. Desse modo,

[...] desde que esta se mantenha, o que tem lugar é um desenvolvimento capitalista dependente e, qualquer que seja o padrão para o qual ele tenda, incapaz de saturar todas as funções econômicas, socioculturais e políticas que ele deveria preencher no estágio correspondente ao capitalismo. (FERNANDES, 2006, p. 339)

Por conseguinte, a dupla articulação - o desenvolvimento econômico interno desigual e a ação imperialista - faz-se presente em várias esferas, como nos padrões sociais, na educação e nas transformações capitalistas, alvos de um desenvolvimento induzido pelas nações centrais, impedindo qualquer transformação capitalista mais complexa, que possa gerar um desenvolvimento autônomo, semelhante às potências centrais.

Tal realidade é fruto da ação de uma burguesia dócil e covarde, que rompeu com os laços coloniais políticos com Portugal, mas manteve-se nas amarras econômicas dos ingleses, e sua permanência nessa condição é resultado de um temor de alteração social. Para isso, “[...] atrelaram o Estado nacional não à clássica democracia burguesa, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa” (FERNANDES, 2006, p. 313).

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional. (FERNANDES, 2019, p. 315)

Pautado nessa realidade histórica, entende-se que o controle da educação pela burguesia é uma forma de contribuir para a manutenção de seus privilégios.

Em razão disso, pode-se entender o ESP como uma ideologia, produzida no seio das necessidades capitalistas num contexto de conservadorismo e ampliação da ofensiva capitalista sobre os direitos dos trabalhadores, pois é determinada pelas relações de dominação entre as classes sociais, prestando-se a estabilizar a ordem social vigente.

[...] a ideologia, não só se refere à incapacidade dos ideólogos de entender o mundo ou a realidade, mas também aludem a sua representação como um instrumento de classes, na qual a classe dominante faz uso da ideologia para

subjugar os setores subalternos da sociedade, o Estado, até mesmo, se transforma num instrumento da classe mais fortemente constituída. (REZENDE, 2017, p. 9-10)

Produto ideológico de frações da classe dominante, o ESP deforma a realidade para mascarar sistemas políticos injustos e opressivos; com isso, fortalece seu discurso homogêneo, encobre as contradições sociais e silencia ideias não-hegemônicas expressas na educação, como a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC).

A PHC, desenvolvida por Demerval Saviani, nasceu em um momento que a pedagogia é concebida de forma crítica, com uma visão de mundo partindo do coletivo, para possibilitar aos filhos dos trabalhadores um domínio crítico do saber do mundo, para alavancar o processo de transformação social. Para tal ato, é fundamental “articular o trabalho pedagógico com as relações sociais” (SAVIANI, 2013, p. 118)

Concebida no contexto de distensão da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil, no final da década de 1970, a PHC se baseia na concepção do materialismo histórico, prioriza o saber sistematizado, compreende ser humano como sujeito histórico; nela, a educação é entendida

[...] como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto de homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. (SAVIANI, 2012, p. 160)

Esse é um ponto de colisão entre o ESP e a PHC, afirmando Saviani (2013, p. 8) que a neutralidade, cobijada pelo ESP, “[...] é impossível porque não existe conhecimento desinteressado. Não obstante todo conhecimento ser interessado, a objetividade é possível porque não é todo interesse que impede o conhecimento objetivo”.

Dessa forma, a educação proposta pela PHC visa, contribuir para a superação da ordem capitalista, reprodutora das desigualdades. Para isso, é fundamental levar historicidade ao objeto que se trabalha, não apartar a historicidade da classe e o posicionamento do docente como um intelectual e não como um instrumento das elites, um mero e simples agente transmissor de cultura (FERNANDES, 1989, p. 159 - 165).

Através de uma determinada normatização do trabalho docente, impedindo uma educação que almeja entender a sociedade em que se vive e faça a crítica necessária a partir de bases científicas, o ESP se revela como uma sofisticada organização para atender os anseios do capitalismo num contexto de ofensiva do conservadorismo que utiliza as

pautas morais como cortina de fumaça a fim de ocultar a retirada de direitos dos trabalhadores e seus filhos.

Esse papel é necessário porque, em um sistema como o capitalismo, em que as crises são inerentes, estruturais e de caráter global, a burguesia se vale de todas as armas para manutenção do status quo e aprofundar a sua ofensiva na luta de classes (SAVIANI, 2015, p. 163). Além do ESP, pode-se citar como parte dessa ofensiva a defesa do homeschooling²⁵, pois é um ataque direto à histórica tentativa de constituição de uma escola pública e, ao mesmo tempo, de alcançar o fundo público da educação.

Analisadas a estrutura e conjuntura do ESP, intrínsecas às questões políticas dos últimos anos do país e atendendo a uma concepção burguesa de educação cujas bases são as temáticas morais e anticientíficas, percebe-se o projeto como uma reedição e atualização dos princípios educacionais tornados políticas públicas na Ditadura Civil-Miliar (1964-1985).

1.2 Aspectos históricos da Ditadura Civil- Militar²⁶

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), União Soviética (URSS) e Estados Unidos da América (EUA) têm seus antagonismos intensificados. Firmam-se como superpotências no campo ideológico, político, econômico, na geopolítica e no desenvolvimento tecnológico, sobretudo no setor bélico, sendo esse período chamado de Guerra Fria (1947-1991).

Para fazer frente ao avanço socialista dos soviéticos e garantir a manutenção e expansão do capitalismo, os estadunidenses financiaram a reconstrução de vários países da Europa, através do Plano Marshall, participando ativamente de golpes de Estado na América. A interferência dos EUA nos rumos políticos e econômicos da América Latina, para garantir os interesses imperialistas, é notória desde o século XIX e se intensificou no século seguinte com as rivalidades da Guerra Fria.

²⁵ Será abordado no capítulo 2.

²⁶ Existe um debate em torno do termo “Civil-Militar” ao ser aplicado para o Golpe de 1964 e para o governo que se seguiu até 1985, visto que o golpe ocorreu com apoio de vários setores da sociedade civil. Já o governo que se instalou após esse momento teve as decisões centralizadas nas mãos dos militares, em um campo de muito debate na historiografia, em que se destacam Demiam Bezerra Melo, Carlos Fico, Marcos Napolitano e Daniel Aarão Reis. No caso da pesquisa, trata-se apenas de traçar aspectos do contexto para articular os princípios da Ditadura que foram reeditados e atualizados com o programa Escola sem Partido.

O caso de Cuba exemplifica bem essa prática. Sua emancipação da Espanha se deu com assistência dos EUA, que travaram uma guerra contra a metrópole europeia em 1898. Desse conflito, os estadunidenses saíram vitoriosos e Cuba se livrou do domínio espanhol, mas a independência estava longe, pois os estadunidenses agiram fortemente para garantir seus interesses econômicos na ilha caribenha. Segundo Emir Sader (1992, p. 8), “os EUA passaram a controlar 90% das minas, 50% das terras, 67% das exportações e 75% das importações” de Cuba.

Os investimentos nos portos, nas comunicações, nas ferrovias, nos hotéis e nos bancos eram todos controlados por empresas estadunidenses. Essa relação de subordinação e extrema dependência dos Estados Unidos gerava uma grave crise social, já que o desenvolvimento da ilha favorecia apenas sua elite, que estava em estreita associação com a burguesia estadunidense. (MISKULIN, 2016, p. 169)

Na política, a intervenção se deu em apoio aos golpes e ditaduras que se submetiam aos seus interesses. No trecho abaixo, Emir Sader (1992, p. 26-27), demonstra essa atuação no processo eleitoral de 1952.

O Partido do Povo Cubano (Ortodoxo) foi criado em 1947, a partir da ruptura de setores do Partido Revolucionário Cubano (PRC, Autêntico), governista, que denunciaram o caráter corrupto da administração de Grau San Martín e passaram a pautar sua ação pela busca de uma renovação ética na política nacional, sob a bandeira “Prometemos não roubar”, angariando crescente apoio do movimento estudantil. Seu favoritismo para vencer as eleições foi a principal motivação do golpe de Estado de 1952, que recebeu o apoio do governo dos Estados Unidos. (SADER, 1992, p. 26-27)

Em 1959, um movimento de resistência ao governo opressor de Fulgência Batista²⁷, liderado por Fidel Castro²⁸, celebrou uma revolução de cunho nacionalista e dois anos mais tarde assinou acordos com a URSS assumindo um caráter socialista²⁹. Medidas como a nacionalização das indústrias e a reforma agrária se chocaram frontalmente com os interesses dos EUA, que viam a influência soviética se expandindo para a América Latina, a qual, desde o século XIX, era vital para seus anseios imperialistas.

Em suma, a Revolução Cubana transcendeu

²⁷ Presidente de Cuba entre 1940-1944. Em 1952, volta ao poder graças a um golpe de Estado, permanecendo até 1959.

²⁸ Protagonista da Revolução Cubana em 1959. Primeiro-ministro de 1959 – 1976 e presidente de 1976 – 2008.

²⁹ AYERBE. Luís Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. p. 62 -63.

[...] a Cuba e ao Caribe: ela coloca as América no próprio circuito de formação, difusão e expansão de um novo tipo de civilização. Representa, para todas as Américas, a conquista de um patamar histórico-cultural que parecia nebuloso ou improvável e, para a América Latina em particular, a evidência de que existiam alternativas socialista para a construção de uma sociedade nova no Novo Mundo. (FERNANDES, 1979, p. 56)

Essa nova realidade política e histórica fez com que os Estados Unidos iniciassem uma severa política de retaliação ao país. Assim sendo, para combater a influência cubana sobre outras regiões do continente, a Casa Branca promoveu uma série de boicotes à ilha, como o bloqueio econômico e a expulsão da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1962. Simultaneamente, o presidente Kennedy³⁰ lançou a “Aliança para o Progresso”, um programa de ajuda econômica, com o propósito de implementar reformas estruturais e integração econômica³¹. Além disso, apoiou e financiou golpes de Estado em países que ousaram a não se alinhar com o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América, incluindo o Brasil.

Tendo essa disputa ideológica como pano de fundo, a política brasileira mergulhou em uma crise decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros, seu vice. João Goulart, o Jango, era visto pelos conservadores como um político de esquerda. Com poderes restabelecidos, em janeiro de 1963³², sofreu acirrada oposição das forças conservadoras - principalmente da União Democrática Nacional (UDN), que tinha seus interesses coadunados com o sistema capitalista internacional, e se aproximou de grupos reformistas mais radicais, como Leonel Brizola, Julião e Miguel Arraes, governador de Pernambuco.

Ao idealizar as reformas de base administrativa, bancária, tributária, agrária, educacional, eleitoral, o presidente provocou “medos profundos nos setores e classes sociais estabelecidos³³”, que consideraram as reformas pretendidas como uma clara demonstração das ideias comunistas do presidente.

³⁰ Presidente dos Estados Unidos da América entre 1961-1963, seu mandato foi interrompido ao ser assassinado.

³¹ AYERBE, op cit., p. 47.

³² Após a renúncia de Jânio Quadros, setores conservadores tentaram impedir a posse de João Goulart. Quando retornou da China, seu avião não pousou em Brasília, pois uma operação estava em curso para abater a aeronave – era a Operação Mosquito. No Rio Grande do Sul, onde João Goulart desembarcou, foi formada a Cadeia da Legalidade, grupo que apoiava o cumprimento da Constituição. Em oposição estavam alguns militares e a UDN. Com esse impasse, a solução encontrada, capitaneada pelos EUA, foi uma emenda constitucional do deputado Plínio Salgado, que estabeleceu o sistema parlamentarista. Assim, em 07 de setembro de 1961, Goulart assume a presidência. Essa condição perdurou até janeiro de 1963, quando, através de um plebiscito, o povo derruba o parlamentarismo e devolve poderes a João Goulart.

³³ SKIDMORE. Thomas E. **Brasil:** de Getúlio a Castello. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 281.

Nesse cenário, forças civis e militares que se intitulavam nacionalistas, conservadoras e que precisavam defender o Brasil do “comunismo”, com medo de uma “cubanização”, receberam apoio do EUA, que deslocaram sua frota naval em direção ao Brasil para garantir a vitória desses setores, missão que nomearam de Operação Brother Sam e impuseram um golpe a já fragilizada democracia brasileira.

No dia 1º de abril de 1964, o presidente João Goulart não teve mais forças para resistir, deixando o país no dia seguinte. Inaugurava-se uma Ditadura Civil-Militar (1964-1985), de

[...] caráter contrarrevolucionário [sic] [...] tanto em termos do seu significado interno, quanto a luz da situação mundial. No plano interno, ele surgiu como uma contra-revolução [sic], no sentido específico, porque não se tratava realmente de uma “auto-defesa [sic] da democracia contra o comunismo internacional”. Esta representação constitui em um puro mascaramento ideológico e não passava de uma manifestação da propaganda política mais grotesca. O que se procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada, que prometia não uma “democracia populista” ou uma “democracia de massas” (como muitos apregoavam), mas que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores da classe trabalhadora (e mesmo de massas populares mãos ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político próprio. (FERNANDES, 1980, p. 113)

À vista disso, a chegada dos militares ao poder representou o desrespeito às normas estabelecidas pela Constituição, uma vez que foi pautada no falso argumento de que estavam defendendo o Brasil da instalação de uma “república sindicalista” e do “comunismo”. Era, na verdade, uma oposição ao projeto político nacionalista de João Goulart, que ameaçava a integridade da elite capitalista interna e externa e um contexto de Guerra Fria.

1.2.1 Ditadura Civil-Militar em Duque de Caxias: reflexos e consequências

Em 1964, ano do golpe, Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense (RJ), era uma cidade relativamente nova. Sua emancipação aconteceu em 1943, desmembrando-se de Nova Iguaçu.

O processo de emancipação se deu basicamente por dois motivos: a insatisfação de profissionais liberais e políticos locais com a administração iguaçuana, pois a elite local queria tomar o controle do distrito mais lucrativo do município e se inserir no jogo político clientelista da época (CANTALEJO, 2008, p. 25-27).

Sobre o segundo motivo, entende-se a importância que a região alcançou com a construção da Fábrica Nacional de Motores (FNM)³⁴, em Xerém³⁵, que, segundo Marlúcia Santos de Souza (2014, p. 138), deu-se pela política varguista³⁶ de reorganizar o quadro territorial para melhor controlá-lo e administrá-lo, cooptar simpatia e apoio popular.

É justamente esse destaque no campo econômico e industrial que levou o município a ser enquadrado pelo governo militar na Área de Segurança Nacional em 1968. A causa oficial apontada era a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), instalada no município em 1961, todavia, segundo Manoel Henrique de Souza Catalejo (2008, p. 99-100),

[...] na localidade, prevaleceu a elaboração de que Duque de Caxias foi enquadrado como Área de segurança Nacional, para barrar o crescimento do MDB local. Não se deve descartar que o controle do executivo municipal, por parte da Ditadura Militar, significava ter em mãos o controle de uma máquina pública ascendente financeiramente e controlar a própria movimentação eleitoral do município ao restringi-la, conseguindo um controle político duradouro e incontestado e o favorecimento da Arena local. (CANTALEJO, 2008. P. 99-100)

Dessa forma, o governo militar reestruturou o poder não só de Duque de Caxias, mas de toda Baixada Fluminense, tendo

[...] como principal objetivo suprimir, enfraquecer ou cooptar as formas de oposição política que existiam ou viessem a surgir. Cassações de prefeitos e vereadores, fechamento e ocupação de câmaras e prefeituras, imposição de interventores e pressão para o ingresso no partido governista foram estratégias empregadas ao longo desse período. (ALVES, 2003, p. 101)

O desmonte promovido no município pela Ditadura também é objeto de análise de Marlúcia Santos de Souza (2014, p. 244- 246), que enfatiza a ação do governo contra as organizações de trabalhadores. Os dois principais polos industriais do município, FNM e REDUC, foram invadidos pelos militares. Operários foram presos e transferidos para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e o sindicato sofreu intervenção.

Em Xerém, as ações dos golpistas não ficaram restritas à área industrial. No campo, palco de intensas disputas de terra, o exército promoveu uma caçada contra

³⁴ A construção foi fruto da aliança entre Brasil e Estados Unidos da América contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Com o fim da guerra a fábrica deixou de produzir motores aeronáuticos e se volta para a produção automobilística pela iniciativa privada.

³⁵ Atualmente 4º Distrito de Duque de Caxias.

³⁶ Refere-se à primeira passagem de Getúlio Vargas pela presidência do Brasil, 1930-1945.

lideranças camponesas, sendo presos aqueles que não conseguiram fugir. Outra ação na região foi promover isolamento para impedir a rearticulação dos lavradores e de organizações de trabalhadores. Os militares retiraram os trilhos da Estrada de Ferro Rio D'Ouro. A repressão militar atingiu toda cidade.

Os primeiros sinais de abrandamento do governo em direção à democracia foram a partir de 1973, por conta da Crise do Petróleo, que levou o país a um quadro progressivo de colapso econômico, tendo como consequência a intensificação das pressões contrárias ao governo. A crise, que impactou o mundo ocidental, aumentou o leque de justificativas para a adoção de políticas neoliberais.

Discursos de intelectuais liberais, políticos e organismos financeiros responsabilizavam a ação intervencionista do Estado pela nova crise econômica: a diminuição da produtividade e o esgotamento das finanças públicas teriam sido causados pelas restrições impostas à livre iniciativa e pela crise do fordismo, a ser suplantado por um novo regime de acumulação. [...] Contra o intervencionismo estatal e em defesa do liberalismo econômico, políticos e ideólogos liberais solicitavam (ao Estado) políticas de desregulamentação econômica. (MOTTA, 2009, p. 12-13)

No Brasil os impactos da crise, um importante fator para o fim da Ditadura em 1985, levaram a década seguinte, 1980, a ser chamada de “década perdida” e justificar a adoção de políticas neoliberais no país.

No entanto, como afirma David Maciel (2009, p. 202-205), as reformas institucionais de natureza democrática, implantadas após a Ditadura, preservaram a autocracia burguesa, a partir da atualização de mecanismos oligárquicos e fascistas à nova ordem democrática. Entre esses mecanismos, o professor destaca o da medida provisória, oriunda da institucionalidade autoritária da Ditadura, tornando-se o dispositivo elemento basilar, a porta de entrada para políticas neoliberais.

Os rumos das práticas políticas neoliberais alcançaram todas as esferas de poder do país. Sobre seus desdobramentos na Baixada Fluminense (Duque de Caxias), José Cláudio Souza Alves (2003, p. 119) afirma que

[...] o modelo neoliberal que se anuncia, resgatando a velha forma de relação com o poder local, aponta para a persistência e eficácia de um projeto calcado no clientelismo e no terror, transmutados, via processos eleitorais, em identidade popular e reconhecimento democrático. (ALVES, 2003, p. 119)

Dessa maneira, o fim da Ditadura não representou uma ruptura total das práticas políticas desse período. Em Duque de Caxias, as lideranças políticas se mantiveram, a

exemplo de Hydekkel de Freitas, que havia sido interventor entre 1982-1985, quando o município ainda era Área de Segurança Nacional e foi eleito por sufrágio universal em 1989.

Posteriormente, os próximos representantes do executivo municipal também sempre estiveram alinhados aos fundamentos neoliberais, com parcerias público-privadas e inserção de avaliações externas no campo da educação. No campo econômico e da segurança, pode-se asseverar que

[...] assiste-se, nos anos 90, a sua inclusão no processo de mundialização da economia. O fundamento neoliberal dessa inclusão passa a ser explicitado nas propostas políticas e nas políticas públicas relacionadas à segurança e ao combate à violência daqueles que detêm o poder político estadual e federal. (ALVES, 2003, p. 27)

1.3 Ditadura Militar: a educação a serviço da “segurança e do desenvolvimento”

O Regime Militar perdurou até 1985 e, nesse período, a educação foi utilizada para contribuir com a garantia dos objetivos econômicos e políticos em favor da classe dominante, que se alicerçavam sob o binômio segurança-desenvolvimento. Em suma, era um ajustamento moral e prático do sistema educacional para atender as expectativas do modelo de desenvolvimento econômico, o capitalismo internacional, que já estava consolidado no país. Para esse fim, o Ensino Universitário a partir da Lei 5.540/68³⁷ e o Ensino Básico através da Lei 5.692/1971³⁸ foram reformulados.

Segundo Alexandre Lira (2012, p. 1-3), a deliberação de 1968, a Reforma Universitária, ocorreu sobre forte influência norte-americana, não havendo a participação efetiva de estudantes e docentes e seguiu o modelo universitário dos EUA, sendo dividido por ciclos. A atuação dos líderes do bloco capitalista na política educacional brasileira foi firmada por vários contratos de cooperação, assinados a partir de março de 1965, entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

³⁷ BRASIL. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Brasília, nov. 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 nov. 2018.

³⁸ BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Brasília, ago. 1971 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 nov. 2018.

Internacional (USAID), que ficaram conhecidos como “Acordos MEC-USAID”, que segundo Saviani (2008, p. 297)

[...] configurou-se [...] a orientação [...] produtivista de educação. Essa concepção adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos. (SAVIANI, 2008, p. 297)

Com o objetivo de neutralizar tensões políticas internas, como a defesa dos interesses conservadores e a repressão ao avanço das reivindicações do movimento estudantil, a reforma implementada no governo de Castelo Branco³⁹ não agradou ninguém: estudantes, professores, técnicos, cientistas, educadores e leigos radicais veem a permanência da dependência cultural externa e a ideia de uma universidade crítica, socialmente atuante e independente se distanciar, uma vez que a reestruturação completa da administração resultou na perda de sua autonomia (FERNANDES, 1975, p. 58-67).

Sobre essas características, entende-se que a reforma de 1968 se deu sobre a ótica dependente de desenvolvimento, que, a partir da II Guerra Mundial, estava sendo capitaneada pelos EUA, configurando

[...] o novo padrão de imperialismo é, em si mesmo, destrutivo para o desenvolvimento dos países latino-americanos. A razão é facilmente compreensível. Não possuindo condições para um crescimento autossustentado [sic], para a integração nacional da economia e para uma rápida industrialização, os países capitalistas da América Latina estavam tentando explorar uma espécie de miniatura do modelo europeu de revolução burguesa, através de expedientes improvisados e oportunistas. (FERNANDES, 1975, p. 21)

A reforma de 1971, voltada para o ensino do 1º e 2º graus, atualmente ensino fundamental e médio, foi concebida sobre a euforia do “Milagre Econômico”, política econômica implantada pelo Ministro Delfim Neto, que visava promover o desenvolvimento da indústria nacional. Houve investimentos em obras públicas e o setor de bens de consumo entrou em expansão, assim como as exportações, mas esse modelo foi sustentado com o endividamento externo e arrocho salarial; portanto, um “milagre” que beneficiou somente as classes alta e média e contribuiu para aumentar a concentração de renda (NAPOLITANO, 2009, p. 40-44).

³⁹ Humberto de Alencar Castelo Branco, um dos articuladores do golpe militar de 1964 e presidente do Brasil de 15 de abril de 1964 – 15 de março de 1967.

Totalmente dependente do mercado internacional, o modelo adotado se esgotou com a Crise do Petróleo em 1973, dando início a uma longa crise econômica em que o desemprego e a inflação eram protagonistas, mas a estratégia do governo se manteve.

Para crescer, superando os constrangimentos impostos à economia pela crise do petróleo, o governo endividava o país. [...] Os empréstimos tomados em 1977 fariam da dívida brasileira, que se aproximaria dos 30 bilhões de dólares, a maior do mundo subdesenvolvido. [...] A economia, cada vez mais dependente da entrada de recursos externos, perdera fôlego industrial e ganhara ânimo financeiro. (GASPARI, 2014, p. 332)

Dentre as mudanças implementadas pela lei estavam alterações curriculares. Algumas disciplinas desapareceram, outras foram aglutinadas e organizadas por área do conhecimento, como História e Geografia, que passaram a constituir os Estudos Sociais. O objetivo era eliminar a criticidade das disciplinas, anulando-as como disciplinas formativas.

A esse respeito, Rui Ribeiro de Campos (2002, p. 55), afirma que

[...] naquele momento [Ditadura Civil-Militar], o que se queria, através da descaracterização de Geografia, História, Filosofia e Sociologia — disciplinas com método e objeto próprios e que seriam aglomeradas em Estudos Sociais — era estabelecer uma finalidade essencialmente doutrinária. Naquela ocasião, útil à pátria era a pessoa que agia conforme os preceitos morais e políticos determinados pela fração hegemônica. Para isso se procurou anular a consciência de classe, pois ela, quanto mais clara, mais leva à participação política. Desejava-se, na escola, uma disciplina para disciplinar, para garantir a harmonia social, para formar homens e mulheres dóceis e conformistas nos quais seriam inculcados os valores da fração dominante. Sua função era de justificar a política do momento e exilar da sala de aula a reflexão crítica, a dúvida, a contraposição. (CAMPOS, 2002, p. 55)

Somente no antigo segundo grau, atual Ensino Médio, a disciplina História era ofertada com conteúdos específicos, mas, como aponta Circe Bittencourt (2008, p. 84), teve que competir com conteúdos dogmáticos provenientes das aulas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, que tinham como objetivo controlar, disciplinar e domesticar o pensamento de estudantes e professores de acordo com o modelo econômico dependente, sobre a concepção de defesa da pátria, contra os opositores do governo, os subversivos, para atender

[...] a necessidade de se adequar o modelo de instituição escolar ao modelo de expansão econômica chocava-se, em parte, com as soluções de ordem política apresentadas pelo governo. Os objetivos desde, quanto à reorganização do ensino médio, visavam a desviar a demanda social de educação superior e

lançar na força de trabalho boa parcela do contingente que procurava esse nível de ensino. (ROMANELLI, 2014, p. 264)

Segundo Saviani (2012, p. 93-94), essas medidas imprimiam em termos teóricos uma orientação pedagógica baseada na Teoria do Capital Humano, na qual a educação passa a ser entendida como elemento basilar para o desenvolvimento econômico, um bem de produção. Essa teoria surge no pós-guerra e intenciona formar o indivíduo a partir da educação para atender a necessidade de desenvolvimento capitalista, justificando, inclusive, os investimentos na área. Parte do princípio de que todos os indivíduos têm condições iguais de desenvolvimento, desconsiderando o processo histórico que colocou os detentores de capital e os trabalhadores em tal situação (FRIGOTTO, 2009, p. 69). Portanto,

[...] é um conceito ou noção ideológica construída para manter intactos os interesses da classe detentora do capital e esconder a exploração do trabalhador. Uma noção que não só não explica, mas sobretudo mascara as determinações da desigualdade entre nações e entre indivíduos e grupos e classes sociais. (FRIGOTTO, 2009, p. 71)

Era explícita a ideia de formar o indivíduo para atender a concepção produtivista. O segundo grau tinha como objetivo a habilitação profissional, formar mão de obra técnica, o corolário foi uma explosão de jovens técnicos não qualificados e com baixo salário. Tais práticas contribuíram para a manutenção do grau de dependência tecnológica do país em relação aos EUA, que, em vez de produzir, comprava.

O aprofundamento das relações capitalistas direcionado à educação com a concepção produtivista promoveu a difusão de uma pedagógica embasada nos moldes da produção capitalista, o tecnicismo, que aplica à escola o modelo empresarial, pautada na racionalização, tendo como um de seus objetivos a adequação da educação à demanda da sociedade industrial e tecnológica.

Segundo Aranha (1996, p. 213), ocorre

[...] a adaptação do ensino à concepção taylorista típica da mentalidade empresarial tecnocrática exige, portanto, o planejamento e a organização racional do trabalho pedagógico, a operacionalização dos objetivos, o parcelamento do trabalho com a devida especialização das funções burocráticas. Tudo para alcançar mais eficiência e produtividade. (ARANHA, 1996, p. 213)

Nessa perspectiva, a educação visa à formação humana para o trabalho, para atender a demanda do capital, formando mão de obra barata, atendendo, portanto, os anseios dos detentores dos meios de produção.

O sistema educacional é organizado pelo molde taylorista; seus sujeitos são relegados a executores de um processo cuja concepção concentra-se nas mãos de um suposto especialista: neutro, objetivo e imparcial (SAVIANI, 2012, p. 12-13).

Esse modelo educacional pode ser relacionado com a ideia de velha escola, utilizado por Lênin para se referir ao período anterior à Revolução de outubro de 1917, na Rússia, em que

[...] correspondia aos interesses de classes, aos quais estava submetida nas relações sociais e de produção capitalista. A formação ofertada estava de acordo com as necessidades e demandas da (re)produção do capital. Os interesses capitalistas subordinavam toda a potencialidade da educação à preparação de crianças e jovens para serem úteis na produção de valor e na manutenção das relações estranhadas de produção, que o trabalho humano estava submetido. (NETTO; LUCENA, 2021, p. 58)

Aponta-se, portanto, dois elos entre a educação desenvolvida nos anos de chumbo e as diretrizes do Escola sem Partido: o primeiro se trata da justificativa para as ações, as reformas implementadas em 1968 e 1971, que estavam sobre o binômio “segurança-desenvolvimento”. As prioridades delas eram manter a estrutura socioeconômica, não promovendo mudanças radicais que privilegiassem grupos, que, até aquele momento, não recebiam tais vantagens; e a promoção de um desenvolvimento industrial nacional, com recursos estadunidenses, nacional e do Estado. Essa perspectiva considerava qualquer oposição como comunista e subversiva.

O segundo trata-se da precariedade intencional da formação, tendo como consequência o aminguamento do currículo nas áreas de Humanas e em específico de História. Desta forma, a consequente precarização do conhecimento histórico e do pensamento científico.

A interseção entre os elos ocorre pela dinâmica do controle social.

O controle social e econômico ocorre nas escolas não somente na forma de áreas de conhecimento que as escolas possuem ou nas tendências que encaminham — as regras e as rotinas para manter a ordem, o currículo oculto que reforça as normas de trabalho, obediência, pontualidade, e assim por diante. O controle é exercido também através das formas de significado que a escola distribui. Isto é, o *corpus* formal do conhecimento escolar” pode se tornar uma forma de controle social e econômico. As escolas não controlam apenas pessoas; elas também ajudam a controlar significados. Desde que preservam e distribuem o que é considerado como o “conhecimento legítimo”

— o conhecimento que “todos devemos ter” —, as escolas conferem legitimação cultural ao conhecimento de grupos específicos. Mas isto não é tudo, pois a capacidade de um grupo tornar seu conhecimento em “conhecimento para todos” está relacionada ao poder desse grupo no campo de ação político e econômico mais amplo. Poder e cultura, então, precisam ser vistos, não como entidades estáticas sem conexão entre si, mas como atributos das relações econômicas existentes numa sociedade. (APPLE, 1982, p. 98-99)

Isto posto, assim como a ditadura, a base ideológica do ESP tem como função social abafar e inibir qualquer florescimento da inteligência crítica e criadora. O pensamento conservador logrará a varrer o terreno e impor, não sabemos por quanto tempo, o seu padrão mortíço de entreguismo intelectual e de covardia moral (FERNANDES, 1976, p. 214).

1.4 A educação após os anos de chumbo: permanências e rupturas com a Constituição

A ordem ilegal sustentava-se na força das armas e da violência concentrada no tope do Governo ou difusa no aparelho policial-militar de todo país. Falou-se que ela fora legitimada pelo “milagre econômico”. Todavia, nenhum milagre poderia legitimar uma ordem ilegal. Nascida da violência ela teria que ser destruída pela contraviolência. As classes dominantes e suas elites perceberam onde se metiam e tentaram amainar a contraviolência, através de concessões que provocaram uma “democratização de cima para baixo”, batizada de consentida. Contudo, souberam preservar a ordem ilegal e interromper, por vários artifícios, as “eclosões sociais”. (FERNANDES, 1989, p. 51)

O cenário do Brasil, após duas décadas de ditadura militar, não era favorável. Após a abertura à democracia, tutelada pelos militares, a crise econômica era uma herança, um obstáculo para o desenvolvimento. Os planos econômicos encetados pelo Governo Sarney⁴⁰ foram se revelando ineficientes ao longo do tempo. Ao assumir o governo em 1985, o presidente do Partido Frente Liberal (PFL) tinha em mãos um país com alta dívida externa e interna, uma moeda desvalorizada, nível de desemprego crescente, alta taxa de analfabetismo, má distribuição de renda e uma inflação descontrolada, alcançando patamares assustadores – 237,72%, em 1985⁴¹ –, corroendo o salário daqueles que ainda tinham remuneração.

Sarney era vice na chapa de Tancredo Neves, em que foram eleitos indiretamente, mas, um dia antes da posse, que seria no dia 15 de março de 1985, o mineiro do

⁴⁰ José Sarney de Araújo Costa - Presidente do Brasil (1985 – 1990) pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro)

⁴¹ LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 394.

Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi internado, falecendo no dia 21 de abril no Instituto do Coração em São Paulo. O episódio que comoveu o país agudizou outro problema enfrentado por Sarney: a instabilidade política.

Além de não ter o mesmo prestígio de seu aliado, Sarney foi figura influente do Partido Democrático Social (PDS), partido da situação dos anos de chumbo. Sua postura conservadora e autoritária contrariavam as expectativas do regente da “Nova República”.

Para tentar reverter a situação, medidas democratizantes foram aprovadas no início de seu mandato: a eleição direta para presidente foi restabelecida, o sufrágio foi estendido para analfabetos, os partidos políticos foram legalizados e um pleito para uma Assembleia Constituinte foi marcado. Importante ressaltar que tais medidas integraram à Constituição que foi promulgada em outubro de 1988.

A Constituinte, que deveria legitimar os valores democráticos, sofreu fortes influências das classes detentoras do poder do período anterior. Era preciso garantir os interesses e privilégios alcançados até aquele momento. Sobre esse processo, Florestan Fernandes (1986, p. 44-47) afirma que se caracterizou como uma transição conservadora e não uma revolução democrática. Desse modo, os dominantes conseguiram manter as rédeas presas, para que as classes trabalhadoras ficassem alijadas do exercício do poder, não ocorrendo, portanto, a democratização da sociedade civil, da cultura e do controle do Estado.

Nesse processo de manutenção de status quo, disputas foram travadas em torno da educação. O lobby dos empresários da educação e das escolas confessionais foi intenso,

[...] portanto, o planejamento democrático está excluído do cardápio. [...] Planejamento democrático na área da educação implicaria em controles racionais institucionalizados de aplicação e avaliação dos recursos públicos, o que não interessa aos que comandam o sistema educacional brasileiro a partir de posições estratégicas “oficiais” ou “privadas”. A resistência possuía um limite de natureza material e psicológica, embora as implicações essenciais fossem políticas e econômicas. Na verdade, as contradições existentes são fatores de aceleração da acumulação de capital. Precisam ser mantidas intocadas. (FERNANDES, 2014, p. 115-116)

Pautando-se ainda em Florestan Fernandes (2014, p. 116; 190), entende-se que os rumos da educação no país foram sentenciados contra as expectativas do povo; a defesa da privatização do público foi um recurso para proteger o acesso às verbas públicas daqueles que mercantilizam a educação. Dessa forma, criaram-se condições legais para a

consolidação de um Estado autocrático, ou semelhante, impedindo o desenvolvimento de um Estado democrático na área da educação.

A busca incessante das instituições privadas pelo financiamento público para a educação faz parte da política neoliberal que impacta as tomadas de decisões nos pós-ditadura. Segundo Luís Carlos Freitas (2018, p. 13), a política neoliberal é utilizada como um recurso capitalista, na década de 1970, para superar a crise econômica daquele período, buscando combinar o liberalismo clássico do século XIX com autoritarismo social. Nas duas décadas seguintes, esse modelo dominou o cenário da política econômica, inclusive nos países em desenvolvimento.

De uma maneira geral, esses governos promoveram privatizações, abriram sua economia para o mercado internacional, implantaram medidas recessivas como a flexibilização das leis trabalhistas e a diminuição dos gastos com áreas sociais. Os efeitos foram o aumento do desemprego e da desigualdade social.

No Brasil, a política neoliberal cumpriu seu papel: fortaleceu a situação de refém do país em relação aos especuladores internacionais.

Para Hobsbawm (2000, p. 77-78), o que importa para os profetas desse livre mercado é a soma das riquezas produzidas e o crescimento econômico, sem qualquer referência ao modo como tal riqueza é distribuída. Nesse modelo, a educação é vista como um serviço, que deve atender aos objetivos do mercado, em que a “própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência”. (FREITAS, 2018, p. 31)

Entendendo, portanto, a educação como um campo de disputa inscrita nos interesses antagônicos entre as classes, que se demonstra essencial no contexto atual do capitalismo, de contradições e crises, a carta agudizou os princípios mercantilistas aprofundando o controle ideológico dos conteúdos alinhado aos interesses do mercado (FRIGOTTO, 2019, p. 1-2).

Sobre a educação, o art. 205⁴² garante como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

⁴² BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Capítulo III -Da Educação, da Cultura e do Desporto; Seção I Da Educação, Art. 206. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp. Acesso em: 20 abr. 2021.

qualificação para o trabalho”. O artigo 206⁴³, que trata dos princípios que o ensino deve ser ministrado, se lê:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988)

De fato, a carta assegurou avanços fundamentais para a educação brasileira, mas deixou lacunas, que foram devidamente ocupadas com especulações pelos representantes do mercado da educação, sendo articuladas com os princípios da política neoliberal.

O artigo 213⁴⁴ afirma que as verbas públicas serão destinadas às escolas públicas, mas podem ser direcionadas às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, desde que comprovem um fim não lucrativo. Diz ainda que tais instituições devem aplicar o excedente em educação e, em caso de encerramento de suas atividades, deve doar seus bens materiais a outra instituição de mesma natureza. Declara ainda que, em caso de falta de vagas, o recurso público pode ser direcionado a bolsas de estudos em instituições particulares.

Nesse sentido, Gilcilene Damasceno Barão e Leandro Sartori (2016, p. 240-241), ratificam que

[...] a partir do processo eleitoral de 1994, iniciou-se a consolidação da reforma do Estado (1995) e institui-se no serviço público os princípios gerencialista que tem como referência o aprofundamento da separação entre política e economia. [...] O estado de direitos e a participação ampliada previsto na constituição não são regulamentados, pois política escolhida no período foi pela “desregulamentação, que contém o significado mais amplo de retirar os direitos conquistados [...] flexibilização [...]; autonomia. Descentralização e privatização. (BARÃO e SARTORI, 2016, p. 240-241)

⁴³ BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Capítulo III -Da Educação, da Cultura e do Desporto; Seção I Da Educação, Art. 206. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_206_.asp. Acesso em: 20 abr. 2021.

⁴⁴ BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto; Seção I Da Educação, Art. 213. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_213_.asp. Acesso em: 20 abr. 2021.

Portanto, deve-se entender essa usurpação da educação pelos setores econômicos como uma continuidade dos princípios da ditadura, pois naquele período houve uma expansão do setor privado da educação com o advento de bolsas cedidas pelo governo, assim

[...] o significativo aumento da participação privada na oferta de ensino, principalmente em nível superior, foi possível pelo incentivo governamental assumido deliberadamente como política educacional. O grande instrumento dessa política foi o Conselho Federal de Educação (CFE), que, mediante constantes e sucessivas autorizações seguidas de reconhecimento, viabilizou a consolidação de uma extensa rede de escolas privadas em operação no país. (SAVIANI, 2008, p. 300)

O professor Saviani (SAVIANI, 2008, p. 298) aponta também a institucionalização da visão produtivista de educação como um legado do regime militar, que resistiu às críticas e mantém-se hegemônica, tendo orientado a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, e o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001.

Isto posto, é importante ressaltar que mesmo de maneiras contraditórias avanços nos direitos sociais, políticos e no acesso à educação foram alcançados com a Constituição, esses avanços foram e estão sendo cruciais para impor obstáculos à consolidação do neoliberalismo no país.

1.5 A virada conservadora dos anos 2000: relação do Escola sem Partido com o capital

Sobre Viktor Orbán, primeiro-ministro húngaro:

Orbán reforça domínio da ultradireita na Hungria com reforma que inclui gestão das universidades: primeiro-ministro húngaro, admirado pelo bolsonarismo, quer deixar a administração dos centros de ensino superior, hospitais, parques e outras instituições públicas nas mãos de organizações privadas que compartilham suas ideias. (PALOMO, 2021)

Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente do Brasil

É mais fácil defender empregados, têm mais votos, eu defendo empregado, patrão e também os que mais perdem, os que estão desempregados. Eu tenho dito, desde há muito, que um dia os trabalhadores vão ter que decidir entre

todos os direitos e desemprego ou menos direitos e emprego. (BOLSONARO, 2019)

Viktor Orbán e Jair Messias Bolsonaro representam juntos a Narendra Modi da Índia, Rodrigo Duterte das Filipinas e Recep Erdogan da Turquia a ascensão da extrema-direita, sobretudo na última década. Essa onda conservadora pode ser observada também em países como França, Estados Unidos da América, Inglaterra, Israel, Colômbia e Polônia, por exemplo, onde lideranças partidárias com destaque têm expressividade na política (MATTOS, 2020, p. 65).

As referências acima revelam um pouco das características desse avanço. Na primeira manchete do jornal El País, a jornalista expõe o interesse do premier húngaro em interferir na gestão das universidades, passando-as para administração privada. Já na segunda, em um discurso, o presidente brasileiro afirma que o trabalhador deve renunciar aos seus direitos para ter emprego.

Pautando-se em Florestan Fernandes (1979, p. 47-52), pode-se associar esses exemplos à contrarrevolução em escala mundial, em que os elementos estruturais do despotismo burguês residem no controle global sob o Imperialismo, pois, em busca da defesa da ordem, utiliza mecanismos repressivos e opressivos. Dessarte, a burguesia

[...] ficará à mercê das próprias forças irracionais da contra-revolução [sic], que nascem do enlace entre o despotismo burguês, a dominação burocrática e a tecnocratização generalizada [...] isso repõe o problema da relação entre o elemento autoritário, intrínseco ao capitalismo, e as formas de concentração de poder e da violência que ele tende a alimentar, quando exposto a uma pressão crescente e incontrolável. (FERNANDES, 1979, p. 53)

Marcelo Badaró Mattos (2020, p. 68-69) analisa esse fenômeno na obra “Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil”, pautado em Douglas R. Holmes e em Michael Löwy, explorando o conceito de neofascismo, o qual Holmes chama de “fascismo do e no nosso tempo” e Löwy define como

[...] “neofascistas” líderes, partidos, movimentos ou governos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico dos anos 1930 – e com frequência, raízes históricas nesse passado – mas também algumas diferenças substanciais. (MATTOS, 2020, p. 69. *apud* LÖWY, 2019)

Destacam-se, entre as diferenças, a ausência de um Estado totalitário aos moldes do fascismo italiano e do nazismo alemão; entre as semelhanças, pode-se citar a ressuscitação da ameaça comunista, o ataque a intelectuais, educadores e ativistas sociais

que se envolvem com questões relacionadas à socialização do conhecimento, à opressão às minorias e à crise econômica, que gera desestabilização política e social (MATTOS, 2020, p., 79-80). À vista disso, a chave para entender o avanço desse fenômeno nos anos 2000 é a crise proveniente das políticas econômicas neoliberais, que ganha contornos trágicos após 2008.

Anita Leocádia Prestes (2019, p. 12) também analisa a ascensão de Bolsonaro como uma necessidade da burguesia para garantir sua sobrevivência.

A evolução do atual regime de exceção que vem sendo implantado no país aponta para tendências que indicam a possibilidade de sua transformação em ditadura fascista. A derrota dessa alternativa dependerá da capacidade de resistência da maioria da nação e principalmente do nível de organização, de mobilização e de consciência da classe operária e dos trabalhadores do país. De nada adiantará a formação de frentes democráticas de cúpula desligadas e distanciadas das massas trabalhadoras. Sem a mobilização de amplas massas populares na defesa de seus direitos sociais, civis, políticos e culturais não se impedirá o avanço da fascistização da Nação. (PRESTES, 2019. P. 12)

Inerentes ao capitalismo, as crises fazem parte da sua estrutura e, historicamente, são cada vez mais devastadoras. Como forma de enfrentamento, a burguesia promove “ajustes”, que, na verdade, lançam o ônus do problema sobre os trabalhadores (DANTAS; TONELO, 2016, p. 9-11), a qual, sobre o nome de reformas, precariza o trabalho e retira direitos sociais, transformando-os em serviço, a exemplo da educação.

À guisa desse processo de opressão ao trabalhador, sendo,

[...] no plano supraestrutural ou político-ideológico, a crise orgânica se manifesta como uma “crise de autoridade” na medida em que a classe dominante perde o consenso e a capacidade de dar a direção política mantendo, porém, o domínio escudado pelo aparato policial e militar. Na região latino-americana, governos que retomaram o alinhamento direto com os EUA, como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, ao enfrentar os movimentos dos trabalhadores, apresentam dificuldades para manterem-se no poder, devido não apenas à ausência de projetos nacional-populares, mas também à violência policial, que vem ceifando vidas quando não deixa homens, mulheres, jovens e crianças mutilados, e aos ataques à moral dos trabalhadores, sobretudo, os dos setores da educação e da saúde. (SILVEIRA, 2020, p. 160)

Partindo desses aspectos e compreendendo que o capitalismo tem como condição fundamental da sua existência a desigualdade entre os homens, tendo como justificativa para tal característica a liberdade de concorrência e as escolhas individuais, ou seja, a meritocracia, entende-se que

[...] o executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda classe burguesa. [...] Transformou a dignidade pessoal em um simples valor de troca, e no lugar de um sem-número de liberdades legítimas e estatuídas colocou a liberdade única, sem escrúpulos no comércio. (MARX; ENGELS, 2015, p. 65)

Vladimir Lenin também afirma, nesse sentido, que

[...] o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (LENIN, 2010, p. 27)

Logo, é importante definir a concepção de Estado para entender seu papel nas “reformas” da educação, pois precisa atender aos interesses capitalistas, para, dessa forma, permanecer na lógica do capital, que, em momentos de crise, a resposta é a intensificação da exploração dos trabalhadores, a precarização da educação e a mercantilização de tudo que é possível.

Matheus Rufino Castro (2019, p. 305), também entende dessa maneira o papel do Estado com a agudização da crise, afirmando que

[...] na estrutura do capitalismo contemporâneo, profundamente afetado com a crise estrutural de 2008, que perdura e se agrava até hoje, há um processo de intensificação das relações de dependência. O ciclo de crescimento econômico vivido na região, em especial no Brasil, foi rapidamente revertido, ocorrendo uma fuga de capitais, a restrição do acesso ao crédito, o que faz com que o Estado deva aprofundar os ataques à classe trabalhadora: mais privatizações de segmentos estratégicos da economia nacional, retirada de direitos trabalhistas para diminuir os custos com a força de trabalho, e a progressiva retirada de investimentos nos setores sociais como educação, saúde, segurança, cultura, habitação, etc., para ampliar a remuneração do capital. (CASTRO, 2019, p. 35)

Dessa forma, o programa Escola sem Partido tem como uma de suas finalidades servir a essas ideias, utilizando a educação para “criar um mundo a sua imagem”⁴⁵.

Calcado sobre uma aparência de ação contra uma suposta doutrinação de que seus defensores caracterizam por comunismo, disseminado por professores a serviço dos partidos de esquerda, para seus sectários, o “perigo vermelho” é uma realidade e tem que ser combatido, mas sua essência é a reprodução da ordem capitalista, a partir da precarização da educação.

⁴⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

Pautado no autoritarismo social do neoliberalismo, o programa alinha a escola à lógica do capital e defende a implementação de

[...] reformas que desestruturam a luta dos trabalhadores e colocam novos marcos de precarização das forças de trabalho, ao mesmo tempo que recompõem as garantias do processo de acumulação. Para o neoliberalismo, as garantias deveriam ser incluídas nas constituições nacionais de forma a se tornar praticamente irrevogáveis [...] A ação do liberalismo econômico é, portanto, proativa, presciente de um risco futuro. Isso explica a narrativa belicosa contra a “social-democracia”, o “esquerdismo” e o “comunismo” – mesmo que não estejam em um horizonte imediato. (FREITAS, 2018, p. 22)

Assim, tanto as “reformas” da ditadura, quanto na atualidade, no pós-golpe de 2016, a educação é orientada no intuito de atender os interesses econômicos da classe dominante, além, é claro, de se valer do fantasma comunista para justificar suas ações aparentes. Enquanto os golpistas de 1964 “temiam” a “cubanização” do Brasil, os reacionários dos anos 2010/2020, “temem” a “venezuelização” do país.

Porta-voz das ideias neoliberais no setor educacional, defensor da reforma empresarial na educação, o ESP apoia a extinção de matérias e disciplinas do currículo, por motivos ideológicos e econômicos, pois é uma demanda do status quo educar menos a mão de obra, para que o nível de conscientização se mantenha baixo e não ameace a ordem social, enfatizando, assim, o “direito de aprender” e não o “direito de ser educado”, bem mais amplo (FREITAS, 2018, p. 83-85), pois

[...] é indubitável que os representantes do capital têm todo interesse em fortalecer o papel educador do Estado [...] em prol da coesão e do controle social em um contexto de permanente “estado “de exceção” [...] Dificilmente os padrões de exploração do trabalho e expropriação dos meios de trabalho e de direitos sociais poderiam ser manejados com “paz social” sem esse protagonismo estatal. (LEHER; MOTTA, 2012, p. 580)

Mas as propostas não giram em torno somente da exclusão. O então presidente Jair Bolsonaro e seus aliados já falam abertamente na inclusão do retorno da disciplina Educação, Moral e Cívica ao currículo.

Em agosto de 2020⁴⁶, o presidente, em uma de suas “lives”, – que, no vocabulário da internet, pode-se entender como uma transmissão ao vivo – o líder do executivo nacional, em conjunto com o Ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Wagner

⁴⁶ BOLSONARO, Jair. **Live de toda quinta-feira com o Presidente Jair Bolsonaro – 20/08/2020**. Publicado pelo canal Jair Bolsonaro. **Youtube**. 20 de agosto de 2020. 23min. 25 s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1sWkcMxBIO4>. Acesso em: 25 abr. 2021.

Campos do Rosário, anunciaram que, dentre as medidas tomadas pelo governo no combate à corrupção, estava a formulação de cartilhas que seriam distribuídas para os alunos da educação básica, passando “noções de ética, cidadania, respeito ao patrimônio público”. Após a fala do ministro, o presidente o questiona se aquela ação seria uma espécie de “volta da Educação Moral e Cívica”.

Naquele momento, já tramitava na câmara alta do Congresso um Projeto de Lei de autoria do Senador Flávio Bolsonaro (RJ), à época do Partido Social Liberal (PSL), com o objetivo de incluir no currículo a Educação Moral e Cívica. O autor da primeira proposta que envolvia diretamente o ESP no país justifica a proposta do PL 2170/2019⁴⁷, da seguinte maneira:

Neste início de século, as estruturas sociais e econômicas exigem dos cidadãos novas competências. Espera-se deles habilidade no manuseio das novas tecnologias, capacidade de lidar com as mudanças constantes e muita disposição para encarar novos formatos de trabalho e de interação social. Em função desse novo cenário, o papel da escola precisa ser ressignificado. Não se admite, sob o risco da irrelevância e da inefetividade, que os ambientes escolares se limitem à transmissão estática de uma batelada de conteúdos amorfos. É preciso muito mais. É necessário se articular às novas demandas, tanto por meio da adoção de práticas modernas de ensino e aprendizagem, quanto pela redefinição de quais saberes são essenciais para a vida hoje e merecem integrar o rol dos conteúdos, componentes e temas a serem trabalhados no ambiente escolar. Resta claro que empreender é um desses saberes, sobretudo quando se considera que a perspectiva de carreira profissional para jovens tem incluído cada vez mais o amplo leque das possibilidades do empreendedorismo. Para se ter uma ideia, segundo pesquisa GEM 2017, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a participação de pessoas entre 18 e 34 anos no total de empreendedores em fase inicial cresceu de 50% para 57%. Em termos absolutos, são mais de 15 milhões de jovens que em algum momento buscaram informações sobre como abrir um negócio próprio. O mesmo relatório registra ser necessário que se faça “a inserção da educação empreendedora desde a escola fundamental. Quanto mais cedo o espírito empreendedor for disseminado, maior será a chance de se ter jovens empreendedores no futuro, com uma boa base de conhecimento sobre plano de negócios, estudo de mercado, fatores econômicos que afetam o negócio, dentre outros aspectos essenciais para se ter êxito”. (BRASIL, 2019)

Observa-se, na análise da primeira parte da proposta, que a escola pretendida é aquela que reproduz as relações da produção capitalista, valorizando o empreendedorismo. Dessa forma, o indivíduo é quem possui a responsabilidade de

⁴⁷ BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei Nº 2170, 05 de abril de 2019**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir empreendedorismo, matemática financeira, educação moral e cívica e organização social e política do Brasil - OSPB no rol dos temas transversais obrigatórios da educação básica. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7939635&ts=1594034157379&disposition=inline>. Acesso em: 30 abr. 2021.

acumular meios que lhe tornem competitivo no mercado de trabalho. A escolaridade deve garantir a empregabilidade⁴⁸, e a não adequação do indivíduo a essas condições o condenará ao status de fracassado.

Mas é importante ressaltar que, no capitalismo, não há emprego para todos, portanto, o indivíduo deve se tornar empreendedor de si mesmo e arcar unicamente com a responsabilização desse processo de exclusão.

A essência da proposta leva em consideração aspectos econômicos promovendo o empreendedorismo; ao mesmo tempo, desqualifica a escola, o currículo e o próprio plano de carreira dos docentes para a formação de mão de obra “qualificada”, a fim de atender o que ele denomina de competências do século XXI.

Há uma corrida para impulsionar os caminhos da educação rumo às exigências materiais e do lucro, baseando-se na adaptação, aceitação, conformismo e naturalização do homem ao ambiente das relações sociais desiguais, para garantir aos filhos das classes dominantes as vantagens e os privilégios e assegurar aos filhos das classes populares a condição de exploração.

A parte que segue na justificativa da proposta, atende as chamadas competências socioeconômicas que interessam ao mercado, apresentadas da seguinte maneira:

Nesse mesmo diapasão, a introdução de matemática financeira desde a infância é necessária para que os alicerces da economia do país também sejam ampliados. A formação financeira como um dos componentes curriculares, fortalece o ciclo produtivo do país. Educação Moral e Cívica vai nessa mesma vertente por serem fundamentais para bom funcionamento de uma sociedade, estabelecendo aos jovens conceitos e valores da vida em sociedade, **adequados ao ideal de segurança nacional**. Além disso, promove o patriotismo e o amor à Pátria. E, por fim, a disciplina Organização Social e Política do Brasil OSPB serve para apresentar aos jovens estudantes as instituições da sociedade brasileira, a organização do Estado, a Constituição, os processos democráticos, os direitos políticos e os deveres dos cidadãos. Dessa forma, ao acrescentar essas disciplinas como norte para projetos e práticas pedagógicas, a escola contribuirá para desenvolver competências que alguns estudiosos chamam de “socioemocionais” e que também, cada vez, mais são exigidas pelo mercado de trabalho e pelo exercício pleno da cidadania, tais como: capacidade de liderar e de tomar decisões a partir da leitura de cenários que se esboçam no presente e da construção de possíveis caminhos para o futuro. Esclareço, ainda, que as matérias aqui sugeridas deverão ser ministradas como temas transversais, ou seja, não obrigatórias, ficando a cargo de cada escola a escolha para melhor ministrá-las. Em função da relevância do tema para a educação plena de nossas crianças e adolescentes, solicitamos aos nobres Pares a aprovação deste projeto de lei. (BRASIL, 2019)

⁴⁸ SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 430.

Na interseção entre as disciplinas propostas pelo parlamentar e a demanda do capital, está iminente a questão da disciplina e da restrição alinhada aos interesses da burguesia, sendo um

[...] projeto de sociedade e uma visão de personalidade completamente adaptadas aos ditames da sociedade capitalista em crise. Dentre essas propostas, está a que propõe a inclusão das competências socioemocionais no currículo escolar. [...] Trata-se de uma proposta que visa formar uma personalidade adaptada à competição que os jovens trabalhadores terão que se submeter cada vez mais no mercado capitalista em constante crise. (SALA, 2017, n.p.)

Pode-se utilizar, portanto, as análises de Michael W. Apple (2002, p. 59) sobre esse projeto de lei para identificar sua essência, pois, ao analisar a ofensiva neoliberal na educação dos Estados Unidos da América, assegura que educação e economia estão cada vez mais próximas; com isso, as escolas são inseridas no mercado, sendo subordinadas à disciplina do mercado competitivo. No caso do Escola sem Partido, no Brasil, existe a conjugação do empreendedorismo e as competências socioemocionais. Quanto ao empreendedorismo, torna-se eixo de formação aos estudantes e referência para o desmonte do plano de carreira dos professores, conforme veremos em Duque de Caxias, na seção adiante.

Assim, a escola cumpre um papel de contribuir com a manutenção da estabilização social vigente, transformando-se em uma transmissora privilegiada dos valores burgueses, fortalecendo a manipulação ideológica.

Por essa perspectiva, relaciona-se esse modelo de educação com o conceito de alienação que

[...] exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza. (MARX, 1964, p. 161)

Por sua vez, essa ideia de alienação corrobora o caráter anticientífico do Escola sem Partido, pois

[...] o irracionalismo se torna um elemento fundamental de manutenção da ordem do capital, a ideia de uma transcendência diante da impossibilidade de

compreender as reais causas de suas mazelas, até mesmo com a promessa de uma “melhor vida futura”, ou de que as contradições de vida atuais são fruto de uma vontade superior, faz com que não apenas os sujeitos consigam se acomodar diante das condições precárias, como passem a defender essa ordem societária e aqueles que buscam mudar essa realidade (militantes de esquerda), se tornem obstáculos de sua salvação, devendo ser combatidos. (CASTRO, 2019, p. 306)

Em relação ao currículo, é possível observar o alinhamento com o período da ditadura, é claro, não só pela proposta de inserção da disciplina de Educação Moral e Cívica, mas pelas justificativas, que ressuscitam os valores ligados à segurança nacional e patriotismo, os quais, para os propagadores da ignorância alinhados ao ESP, estão ligados à concepção de família tradicional (casal heterossexual e cristão), reafirmando

[...] a enganadora retórica burguesa sobre a família e a educação, sobre a relação sagrada de pais e filhos, torna-se tanto mais repugnante quanto mais, em consequência das ações da indústria moderna, todos os laços de família dos proletários são rasgados e os seus filhos transformados em simples artigos de comércio e instrumentos de trabalho. (MARX; ENGELS, 2015, p. 84)

Partindo dos apontamentos apresentados, o próximo capítulo apresentará o Escola sem Partido e como ele cumpre a agenda conservadora e autoritária do capital.

2 APRESENTAÇÃO DO ESCOLA SEM PARTIDO: UM PROGRAMA QUE IMPÕE LIMITES À EDUCAÇÃO

O Movimento Escola sem Partido foi criado em 2004, aparentemente pelo advogado paulista Miguel Nagib, que foi articulista do Instituto Millenium.

Escreveu para o *site* durante algum tempo e, quando ele estava lá, escreveu um texto chamado “Por uma escola que promova os valores do Millenium”. Se vocês procurarem atualmente no *site*, ele já não é mais articulista, tiraram a imagem dele, e no lugar da autoria dos textos vinculados a ele você vai encontrar “Comunicação Millenium”. Quais são os valores, então, que devem ser ensinados nessa escola que promova os valores do Millenium? “Propriedade privada”, “responsabilidade individual” e “meritocracia”. Fica a pergunta: esses são os valores neutros necessários para transmissão do conhecimento? Meritocracia é um valor neutro necessário para transmissão do conhecimento? Eu creio que não. (PENNA, 2017, p. 40)

Luíza Rabelo Colombo (2018, p. 115-116) descreve o Instituto Millenium como

[...] um típico aparelho privado de hegemonia do avanço conservador no cenário político brasileiro. Além de lugar de destaque entre as organizações do tipo *think tanks* no Brasil, a partir das redes de apoio transnacionais que investem e fomentam as ações da organização, também foi possível identificar seu papel central internamente no país como articulador e aglutinar de outros APHs [Aparelhos Privados de Hegemônia] e partidos, buscando obter hegemonia intraclasse das frações de classe dominantes hegemônicas integrantes dessa frente ultraconservadora-liberal, além de disputar o consenso na dimensão da hegemonia política. (COLOMBO, 2018, p. 115 – 116)

Essa é a essência da criação do ESP, “pois torna-se aparente seu posicionamento de classe burguês ao contribuir com as pedagogias das competências que buscam adaptar crianças, jovens e adultos às condições atuais da sociedade capitalista” (SILVEIRA, 2019, p. 34). Em suma, seu discurso de neutralidade é uma aparência, para intensificar a implantação do pensamento liberal conservador na educação.

Sua popularidade alcançou um grau elevado em 2011, ano de lançamento do projeto “Escola sem Homofobia”, um braço do programa “Brasil sem Homofobia”⁴⁹. Durante o governo Dilma Rousseff, tinha como principal objetivo capacitar os

⁴⁹ BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 5 jan. 2020.

profissionais da educação, através de material específico, para o tratamento de casos de bullying no ambiente escolar, que lamentavelmente são frequentes⁵⁰.

Tal ação do governo foi justamente o pretexto que os arautos do ESP precisavam para que suas ideias ganhassem visibilidade em território nacional, pois passaram a “combater” o que eles chamavam de “ideologia de gênero” e a distribuição do material – alcunhado de “Kit Gay”. Assim, apresentavam-se como paladinos do que eles consideram família tradicional brasileira e, para tal fim, toda sua teia de comunicação foi utilizada.

Segundo Andrew Korybko (2018, p. 31-32), a família é um importante eixo para a promoção da desestabilização, pois

[...] é o núcleo da vida do indivíduo, logo, se a campanha de informação da operação psicológica for capaz de se aproveitar dessa vulnerabilidade e convencer a pessoa a aderir ao movimento invocando a família, as vantagens crescem. À semelhança, se o movimento apelar aos sentimentos patriotas mas o indivíduo ou a maioria da população não dão muita importância a esse conceito, o movimento não terá êxito. (KORYBKO, 2018, p. 31 – 32)

Ressalta-se que o debate sobre gênero era promovido desvinculado da ideia de classe. Para Carol A. Stabile (1999, p. 147), o consumo tornou o conceito de luta de classes ou mesmo a ideia de uma sociedade antagônica entre trabalhadores e capitalistas em algo obsoleto, em que as pessoas não se identificam com ou como uma classe, mas sim por identidades particulares que são definidas pela economia. Dessa forma,

[...] em vez de interpretar a fragmentação de identidades como motivo de celebração, deveríamos tentar compreender como a identidade foi transformada em mercadoria para aqueles que têm meios para consumi-la e como o sistema capitalista trabalhou (e continuará a trabalhar) contra a organização política socialista. [...] Precisamos pensar na extensão em que a política da identidade representa não um desafio, mas um produto do sistema, uma manifestação da segmentação do mercado e da redução da identidade à condição de mercadoria, produzida pela globalização do capital em um sistema mundial. Pois o que parece ser estratégias de oposição talvez se revele claramente como sintomas de opressão. (STABILE, 1999, p. 160)

Segundo a página oficial⁵¹ na internet, sua agenda tem três objetivos: 1) Descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas; 2) Respeito à

⁵⁰ REIS, Toni. Gênero e LGTFOBIA na Educação. *In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, P. E. I. A ideologia do Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 117-124.

⁵¹ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Escola sem Partido.org**. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 30 out. 2020.

integridade intelectual e moral dos estudantes; 3) Respeito ao direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

No ano de 2004, não por acaso, Luís Inácio Lula da Silva (PT) estava no segundo ano de mandato, considerado o presidente de bases populares, que, para chegar ao Planalto, aliou-se aos grandes empresários, como seu vice, o senador mineiro José de Alencar. Este adotou políticas sociais no campo da educação e distribuição de renda e assumiu uma nova postura frente ao mercado internacional.

Em relação à educação, destaca-se a criação do Programa Universidade Para Todos (Prouni), cujo objetivo é a admissão de jovens de baixa renda no Ensino Superior, através de bolsas integrais ou parciais em instituições privadas. O Prouni obteve êxito ao promover a entrada desses jovens às universidades, mas recebeu críticas de aliados do governo, pois defendiam que esses recursos fossem aplicados nas instituições federais. É importante ressaltar que, em seu governo, catorze instituições de ensino superior foram criadas.

Assim, o programa que se desenvolveu sobre a ideia

[...] de que o Estado pode financiar a formação superior de sua população e, para isso, pode aplicar recursos tanto nas instituições públicas, quanto nas entidades privadas. A lógica de funcionamento do programa explica essa opção, pois o governo federal deixa de arrecadar receitas tributárias em troca de vagas para estudantes de baixa renda na rede privada de educação superior. (SOUZA e MENESES, 2014, p. 615)

Desse modo, a iniciativa serviu para atender aos interesses de uma fração da burguesia interna, que, para Armando Boito Junior (2005, p. 56), usufruiu da

[...] prática da subcontratação, a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução dos custos que essa desregulamentação propicia; a mercadorização de direitos e de serviços como saúde, educação e previdência também atende, de modo variado, diferentes setores da burguesia – desenvolvem-se os negócios de uma fração burguesa que eu **denomino nova burguesia de serviços**, beneficiária direta do recuo do Estado na área dos serviços básicos, e reduzem-se, ao mesmo tempo, gastos sociais tradicionais, atendendo à pressão do grande capital. (BOITO JR, 2005, p. 56)

No campo da distribuição de renda, o governo desenvolveu o Bolsa Família, um programa de distribuição de renda para famílias em estado de pobreza ou miséria. O recebimento da quantia mensal acontecia mediante a manutenção das crianças de até 15 anos na escola, com frequência mínima de 85% e vacinação em dia.

Naquele ano o presidente acenava para um acerto econômico com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Quitar a dívida com o órgão significava maior prestígio internacional e a estabilidade atraiu investimentos estrangeiros, mesmo com críticas dos opositoristas.

No final de 2005, outra decisão foi tomada pelo governo Lula no sentido de maior desvinculação em relação ao FMI: foram pagos de maneira antecipada aproximadamente 10,8 bilhões de Direitos Especiais de Saque (DES) cerca de US\$ 15 bilhões referentes aos empréstimos tomados junto ao Fundo. Tal ato também provocou divergências entre economistas. (TUDE e MILANI, 2013, p. 91)

Com essas políticas, o governo Lula atendeu

[...] as funções primordiais do Estado capitalista, garantir a dominação política da burguesia e assegurar as condições econômicas e sociais do processo de acumulação de capital, sobre determinam todas as políticas desse Estado, inclusive a sua política social. (BOITO JÚNIOR, 2017, p. 14)

Elencados tais fatores, é visível o fortalecimento da iniciativa privada, pois “a intervenção do Estado, a administração da economia, operam dentro dos quadros do capitalismo, com vistas a consolidar os lucros capitalistas, ou pelo menos aqueles setores essenciais dos monopólios capitalistas” (FERNANDES, 1979, p. 48), ou seja, ações que cumprem com a agenda de dependência do capitalismo.

As ideias do ESP não são exclusivas do Brasil. Com as devidas especificidades, países como Alemanha, França, Colômbia, Chile, Peru e Estados Unidos da América também possuem organizações de mesmo cunho, sendo originária, da última nação citada, a organização “No Indoctrination⁵²”, que inspirou Nagib em sua sucursal canarina. Ainda sobre sua inspiração, Nagib afirma que,

[...] quando começávamos a pôr mãos à obra, tomamos conhecimento de que um grupo de pais e estudantes, nos EUA, movido por idêntica preocupação, já havia percorrido nosso caminho e atingido nossa meta: NoIndoctrination.org. Inspirados nessa bem-sucedida experiência, decidimos criar o EscolasemPartido.org, uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária. (NAGIB, 2014)

⁵² _____, NO INDOCTRINATION. <https://www.noindoctrination.org>. Endereço eletrônico indisponível desde 2016.

Várias são as semelhanças entre a organização estadunidense e a brasileira. Miguel Nagib afirma que o estímulo para a criação do ESP foi a indignação com um professor de sua filha, que comparou São Francisco de Assis a Che Guevara (PENNA e SALLES, 2017, p. 13-14)⁵³. Já a criadora do “No Indoctrination”, Luann Wright, professora de Biologia, ficou insatisfeita com a lista de textos propostos para aula de redação da universidade de seu filho, que continha excertos sobre relações raciais nos Estados Unidos e com a suposta conduta da professora que não respeitava opiniões díspares, fatos que geraram desconforto e intimidação (WRIGHT, 2004, n. p.).

Em ambos os movimentos, foram criados, nas plataformas, canais de denúncia contra a “doutrinação”. A mãe, indignada com o que ela classifica de pesada agenda sociopolítica (WRIGHT, 2004, n. p), criou um fórum para os

[...] alunos postarem avisos sobre professores que parecem estar promovendo agendas sociais ou políticas na tentativa de “doutrinar” os alunos para uma maneira específica de pensar. As postagens são anônimas, mas o nome da escola, o número do curso e o professor estão listados. Os professores são notificados da postagem e têm a chance de refutar. (LANZENDORFER, 2003, n. p.)

Desse modo, para encerrar a coleção de similitudes, assim como Nagib, Luann Wright busca transmitir, em sua participação numa convenção⁵⁴ acadêmica, a imagem “neutra” e de proteção da família de sua organização, afirmando que sua página,

NoIndoctrination.org, [trata-se de] um site ativista para uma organização beneficente e educacional sem fins lucrativos de pais que estão perturbados com a permissão de agendas sociopolíticas para permear cursos universitários e permear programas de orientação. NoIndoctrination.org não tem filiação política, religiosa ou institucional. (WRIGHT, 2004, n. p.)

No Peru, por exemplo, a resistência conservadora ganhou o lema “Con Mis Hijos No Te Metas” (CMHNTM), “Não se meta com meus filhos” em português. Criado no Peru, em dezembro de 2016, o movimento se objetiva a organizar a oposição contra a implantação do enfoque de gênero na educação por meio do novo Currículo Nacional, que entraria em vigor em 2017.

⁵³ Como toda a concepção liberal a aparência de uma iniciativa individual oculta um projeto de classe que tem articulações internacionais, configurando uma das faces da dupla articulação do capitalismo dependente na educação.

⁵⁴ Convenção anual de 2004 da American Educational Research Association. Simpósio Sociedade, Cultura e Mudança: “Novos Desafios para a Liberdade Acadêmica”, 14 de abril de 2004.

Seu principal porta-voz é Christian Rosas, assessor de uma mineradora, a Layataruma, que está na mira do ministério público por atividades ambientais ilegais. Além disso, tem influência no legislativo peruano, pois seu pai, fundador da igreja Aliança Cristã e Missionária, foi congressista alinhado ao fujimorismo⁵⁵ (LOAYZA, 2020).

Do Peru, o movimento rapidamente se expandiu pela América Latina (Argentina, Equador, Chile e Paraguai), o que é fator de orgulho para seu idealizador, ao afirmar que o caráter coletivo do movimento faz frente ao avanço dos enfoques de gênero na educação (ARAUJO, 2020, p. 92-96).

Na Alemanha, o partido Alternativa para Alemanha (AfD) levanta a bandeira da proteção da família – formada, preferencialmente, por um casal heterossexual⁵⁶. A legenda, que é caracterizada por historiadores como de extrema-direita e possui membros ligados ao Nazifascismo, “lançou em diversos estados do país sites chamados Neutrale Schulen (Escolas Neutras, em tradução para o português), para que estudantes denunciem professores críticos ao próprio partido e que expressem sua opinião política em aulas” (BONIS, 2018). Nesse sentido,

o que diferencia o movimento alemão do brasileiro, é que no Brasil o MESP [Movimento Escola sem Partido] defende que o combate a uma suposta doutrinação político partidária seja uma política de Estado, enquanto na Alemanha o Escola Neutra é uma iniciativa de um partido político sem, até o momento, perspectiva de transformar-se em uma política pública, por se tratar de um partido minoritário. (SOARES, 2019, p. 51)

O caminho percorrido pelo ESP possui alguma similaridade com os dois exemplos anteriores. Seus arautos são muito combativos com o que classificam “ideologia de gênero”, e os idealizadores se colocam como conservadores, liberais, neoliberais e até nazistas, como o caso alemão, além de fornecerem um canal de denúncia em sua página, que orienta o aluno ou responsável a denunciar o professor em caso de “doutrinação”. Nela, lê-se:

Na dúvida, não se precipitem. Planejem a sua denúncia. Anotem os episódios, os conteúdos e as falas mais representativos da militância política e ideológica do seu professor. Anotem tudo o que possa ser considerado um abuso da liberdade de ensinar em detrimento da sua liberdade de aprender. Registrem o nome do professor, o dia, a hora e o contexto. Sejam objetivos e equilibrados.

⁵⁵ Corrente fruto do ex-ditador peruano Alberto Fujimori, que governou o país na década de 1990.

⁵⁶ LUCIANO GOMES, Jéssica. A nova extrema-direita alemã: possíveis desafios para a Alemanha e para a União Europeia. **INTERAÇÃO**, v. 7, p. 72-93, 2014. p. 82.

Acima de tudo, verazes. E esperem até que esse professor já não tenha poder sobre vocês. Esperem, se necessário, até sair da escola ou da faculdade. Não há pressa. Quando estiverem seguros de que ninguém poderá lhes causar nenhum dano, DENUNCIEM a covardia de que foram vítimas quando não podiam reagir. Façam isso pelo bem dos estudantes que estão passando ou ainda vão passar pelo que vocês já passaram. É um serviço de utilidade pública. (ESCOLA SEM PARTIDO)

A página informa ainda que a doutrinação está presente na maioria das escolas do país e que boa parte dos educadores ignoram ou recusam admiti-lo, por cumplicidade, conveniência ou covardia⁵⁷. Para que a denúncia ocorra contra os “falsos educadores”, o ESP ajuda no reconhecimento de tal prática.

Nada mais simples: basta informar e educar os alunos sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados por seus professores; basta informar e educar os professores sobre os limites éticos e jurídicos da sua liberdade de ensinar. É isso, e apenas isso, o que propõe o Escola sem Partido nos anteprojetos de lei. (ESCOLA SEM PARTIDO)

Dessas citações e do exposto anteriormente, a análise sobre o ESP se dará através de três pontos que em muitos momentos se atravessam e serão elencados como centrais para uma análise mais apurada do grupo, tanto movimento quanto projetos de lei. Os temas estão concentrados nos próprios anteprojetos de lei, nas políticas públicas alinhadas ao ESP e no professor, pois são pontos de partida para a compreensão das raízes do Escola sem Partido, de sua ascensão, instrumentalização em projetos de lei e de como atendem à lógica do capital na educação.

2.1 Anteprojetos de lei: das redes sociais, aparência, para as casas legislativas, essência

A partir de 2014, as ideias do ESP ultrapassaram os domínios das redes sociais e se tornam pautas nas casas legislativas de boa parte do país.

Era preciso aparência de legalidade para o seu avanço. À vista disso, a página disponibilizou formulários para que a organização se transformasse em projeto de lei (PL). A página disponibiliza cinco exemplares: Lei Federal, Lei Estadual, Lei Municipal,

⁵⁷ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Quem somos? Apresentação**. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

Decreto Estadual e Decreto Municipal, assim, o político interessado nas ideias do ESP faz o download do documento, preenche e entra com ele na casa legislativa que atua⁵⁸.

Essa facilidade fez com que entre 2014 e 2019 vários projetos de lei tramitassem em todo país, inclusive nas duas esferas do Congresso ao mesmo tempo. Essa estratégia de congestionar as casas legislativas pode ser caracterizada como uma peça de propaganda do ESP.

A legalidade desses anteprojetos é questionada, pois não coaduna com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996) em vários aspectos, como no Art. 3, que trata dos princípios que o ensino deve ser ministrado, em que se lê:

- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- XII – consideração com a diversidade étnico-racial (BRASIL, 1996)

Todos esses incisos são violados pelo ESP, cujo propósito é não haver liberdade de aprender e de ensinar em um ambiente onde o professor é perseguido por apresentar aos discentes referências de culturas e saberes distintos daqueles já conhecidos ou assimilados.

Nesse projeto, as práticas democráticas não são um pilar, e a escola deixa de atender aos princípios constitucionais e se distancia ainda mais de ser um espaço baseado na ciência, crítico, aberto a vários saberes e se torna um obstáculo ao processo de ampliação da cidadania que tenha conhecimento das contradições da sociedade. Para Souza e Oliveira (2017, p. 127),

[...] a mesma LDB prevê, no parágrafo primeiro do artigo 26, que o currículo da educação nacional deve abranger o estudo da realidade social e política, especialmente do Brasil. Tal obrigatoriedade legal pode ser ampliada quando se observa o artigo 32 da mesma lei, em que se prevê que a educação básica nacional tem por objetivo a formação básica do cidadão. (SOUZA e OLIVEIRA, 2017, p. 127)

⁵⁸ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Anteprojetos**. <http://escolasempartido.org/anteprojeto/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

Contudo, para o programa, “formação básica do cidadão” é a propagação das ideias do que caracterizam esquerda. Na verdade, o objetivo é extinguir o debate em torno da realidade política e social do país e formar adestrados/conformados com a realidade excludente capitalista.

Mesmos marcados pela inconstitucionalidade, esses projetos foram se alastrando país a fora e legalmente só foram sofrer a primeira grande derrota em novembro de 2018, quando a Comissão da Escola sem Partido foi arquivada pelo Deputado Federal Marcos Rogério (DEM – RO). Naquela ocasião, teceu elogios aos partidos de oposição, que, mesmo sendo minoria, conseguiram barrar o avanço da tramitação com base no regimento da Câmara (CALGARO, 2018).

Em 2020, mais uma derrota foi vista. Dessa vez, o Superior Tribunal Federal (STF) declarou a primeira lei aprovada no país que envolvia o Escola sem Partido como inconstitucional, a Lei 7.800 de 05 de maio de 2016⁵⁹, do estado de Alagoas.

Com o nome de “Escola Livre”, o deputado estadual Ricardo Nezinho (PMDB) teve o seu projeto⁶⁰ vetado pelo então governador Renan Filho, mesmo partido, mas o veto foi derrubado pelo legislativo alagoano e a lei foi promulgada.

Julgar a lei como inconstitucional foi um passo importante contra o Escola sem Partido, uma vez que indicou a posição dos ministros da maior instância de poder do país sobre o caso. No entanto essa decisão se limitou às questões legais, não entrando no mérito do conteúdo, das raízes do programa. Destarte, o programa continuou e continua sendo evocado pelos seus apologistas. Segue abaixo a decisão da corte.

O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar inconstitucional a integralidade da Lei nº 7.800/2016 do Estado de Alagoas, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Falaram, pela requerente, o Dr. Eduardo Beurmann Ferreira e a Dra. Maria Betânia Nunes Pereira. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020. (BRASIL, 2020, p. 76)

Um descontentamento imenso se fez observar nas redes sociais do programa e, como de costume, mais uma postagem em tom ameaçador⁶¹.

⁵⁹ ALAGOAS. Assembleia Legislativa de Alagoas. **Lei Ordinária nº 7.800, de 05 de maio de 2016**. Institui, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino o Programa "Escola Livre". Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/norma/1195>. Acesso em: 20 abr. 2021.

⁶⁰ ALAGOAS. Assembleia Legislativa de Alagoas. **Projeto de lei ordinária nº 69 de 2015**. Institui, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino o Programa "Escola Livre". Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/materia/64>. Acesso em: 20 abr. 2021.

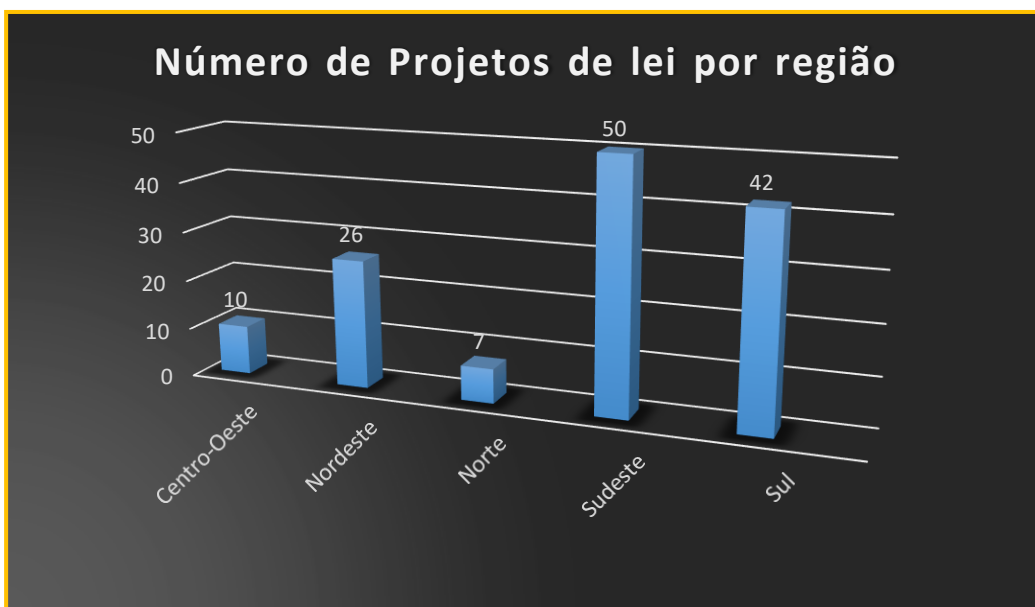
⁶¹ Ver figura 13.

Nesse intervalo de tempo, o Escola sem Partido configurou várias sessões legislativas em todo Brasil junto aos vários projetos de lei inspirados em sua cartilha. Em abril de 2018, Pedro Annunziato⁶² fez um levantamento desses projetos, publicado na revista Nova Escola. Até aquele momento, 147 projetos de lei tinham sido engendrados em todo o Brasil e, desses, 39 eram contrários a qualquer conteúdo que envolvia as propostas do programa. Nas esferas de poder, eram projetos 114 municipais, 21 estaduais e 12 federais, sendo que 26 tinham sido rejeitados, 103 em tramitação e apenas 18 em vigor.

Segundo a matéria, apenas 1,33% da população brasileira vivia nos municípios em que os projetos viraram leis. Desses projetos, sete faziam referência à “doutrinação” nas escolas e 11 à questão de gênero. Por ter números modestos de projetos aprovados, ele intitulou a matéria de “Menos do que Parece”.

As propostas permeiam todas as regiões do país. O Sudeste e o Sul lideram com 50 e 42 propostas, respectivamente; em seguida, o Nordeste, com 26, seguido por Centro-Oeste e Norte, com 10 e 7 projetos, respectivamente. Observe o gráfico abaixo:

GRÁFICO 1: Número de Projetos de Lei envolvendo o Escola sem Partido por Região até 2018

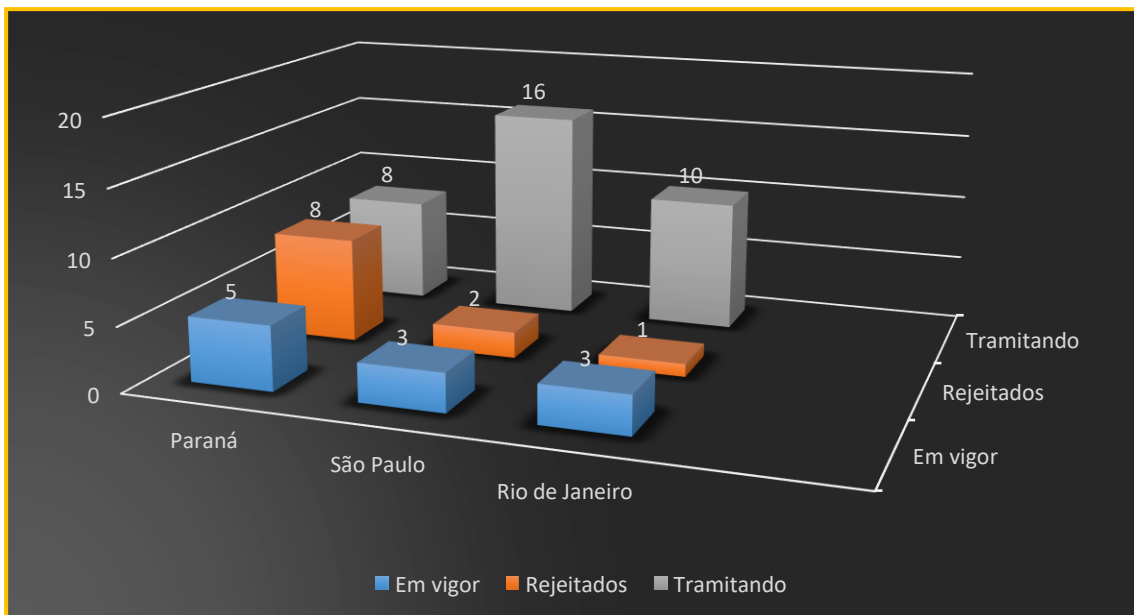


Fonte: O autor, 2021.

⁶² ANNUNCIATO, Pedro. Menor do que parece: Desde 2014, apenas 18 projetos de lei entraram em vigor. Entenda. *Nova Escola*. 311. ed. 13 de abril de 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11636/escola-sem-partido-menor-do-que-parece>. Acesso em: 16 jun. 2021.

As unidades da federação que mais produziram projetos dessa natureza estão nas regiões sudeste e sul. Com 21 projetos, estão Paraná e São Paulo; em seguida, o Rio de Janeiro, com 14. Veja a disposição no gráfico abaixo:

GRÁFICO 2: Número de Projetos relativo ao Escola sem Partido nos Estados de maior popularidade até 2018



Fonte: O autor, 2021.

A transformação da ideologia do ESP em leis foi inaugurada justamente em um desses estados, o Rio de Janeiro. O então deputado estadual pelo Partido Progressista (PP), Flávio Bolsonaro,⁶³ entrou com uma PL na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), em 2014 – PL 2974 – e, no mesmo ano, o vereador da capital fluminense, Carlos Bolsonaro⁶⁴, irmão do deputado federal, entrou com a PL 867, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Em 2015, mais projetos entraram em pauta na ALERJ. Milton Rangel⁶⁵, deputado pelo DEM, membro da Igreja Mundial do Poder de Deus, propôs a PL 823. Como nas anteriores, buscava instituir o Escola sem Partido nas escolas da rede, utilizando como justificativa a doutrinação de professores.

⁶³ Eleito no pleito de 2018 a Senador do Estado do Rio de Janeiro pelo Partido Social Liberal (PSL), atualmente no Patriota.

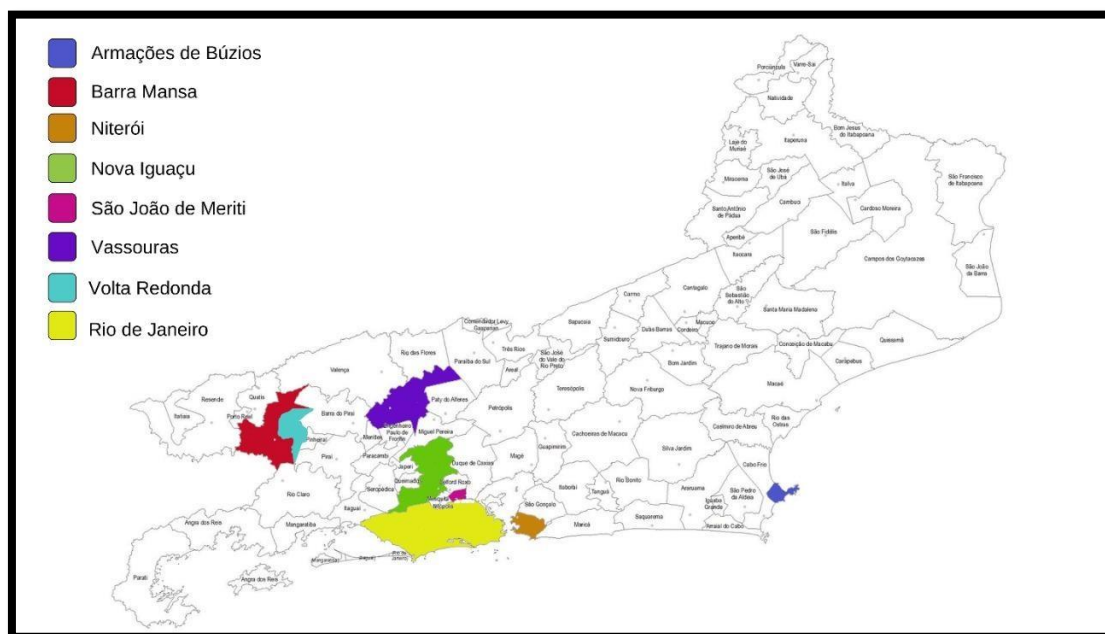
⁶⁴ Vereador do município do Rio de Janeiro desde 2000, transitou por vários partidos, atualmente está no Republicanos

⁶⁵ Não foi eleito no último pleito, 2018.

No Rio de Janeiro, os projetos saem da capital e avançam para o interior e outros municípios da Região Metropolitana, como Armação dos Búzios, Barra Mansa, Niterói, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Vassouras e Volta Redonda com duas propostas.

Os projetos giram em torno da implantação do Escola sem Partido, de propostas semelhantes, de medidas antigênero e de proibição de infância sem pornografia. É o caso de Armação de Búzios. Ver cada uma dessas propostas no Anexo A, que contém a disposição dos municípios no mapa do Estado.

FIGURA 1 – Mapa dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro que tramitaram ou tramitam propostas de lei pautada no Escola sem Partido



Fonte: O autor, 2021.

No plano nacional, em 2014, o deputado federal Erivelton Santana⁶⁶, do Partido Social Cristão (PSC – BA), apresentou à Câmara dos Deputados a PL 7180, que propunha incluir, entre os princípios do ensino, o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Em seguida, o parlamentar apensa ao projeto outra proposta, a PL 7181, que, em seu primeiro parágrafo relata que

⁶⁶ Não foi reeleito no pleito de 2018.

[...] os parâmetros curriculares nacionais respeitarão as convicções dos alunos, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas. (BRASIL, 2014)

A enxurrada de PLs continuou no ano seguinte. O deputado federal Izalci Lucas⁶⁷, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB – DF), lançou a PL 867, lei que prevê a inclusão o Programa Escola sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional, como também foi apensada a proposta n.º 7180, de 2014.

Além das propostas que interferem na gestão escolar, nos currículos e na prática docente com a implantação do Escola sem Partido nas instituições de ensino, pelo menos um projeto de cunho penal foi sugerido na Câmara. A já citada PL 2731, de 2015, de autoria do mineiro Eros Biondini, foi retirado pelo próprio deputado em novembro do mesmo ano, que, quase três meses depois de ser despachada, previa a prisão do professor que promovesse o debate de gênero por até 24 meses.

No Senado Federal, Magno Malta⁶⁸, do Espírito Santo (ES), foi o proponente da PL 193, de 2016, que também visava a incluir entre as diretrizes de base da educação o Projeto Escola sem Partido, porém o parlamentar retirou o projeto de tramitação no dia 20 de novembro de 2017. A ação se deu após Cristóvão Buarque⁶⁹, senador de Brasília (PPS – DF), relator do projeto na Casa, emitir um parecer contrário ao projeto. Os próprios organizadores da proposta pediram a retirada ao parlamentar, pois avaliaram que na Câmara dos Deputados a chance de aprovação seria maior (COUTO, 2017).

O mapeamento dessas propostas é feito pelo grupo “Professores Contra Escola Sem Partido”, que, incansavelmente, atualiza em seu site⁷⁰ e em sua página no Facebook⁷¹ o andamento desses projetos de lei em todo o país. Infelizmente, são centenas: em 25 estados, na página, estão tabelados e contabilizados na aba “Vigiando os projetos de lei”⁷². Até a última atualização, em novembro de 2020, apenas Acre e Roraima não contavam com nenhuma proposta do gênero.

⁶⁷ Eleito Senador em 2018 pelo Distrito Federal.

⁶⁸ Não se reelegeu ao Senado no pleito de 2018, sua legenda é o Partido Liberal (PL).

⁶⁹ Não se reelegeu ao Senado no pleito de 2018.

⁷⁰ Professores Contra Escola Sem Partido. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

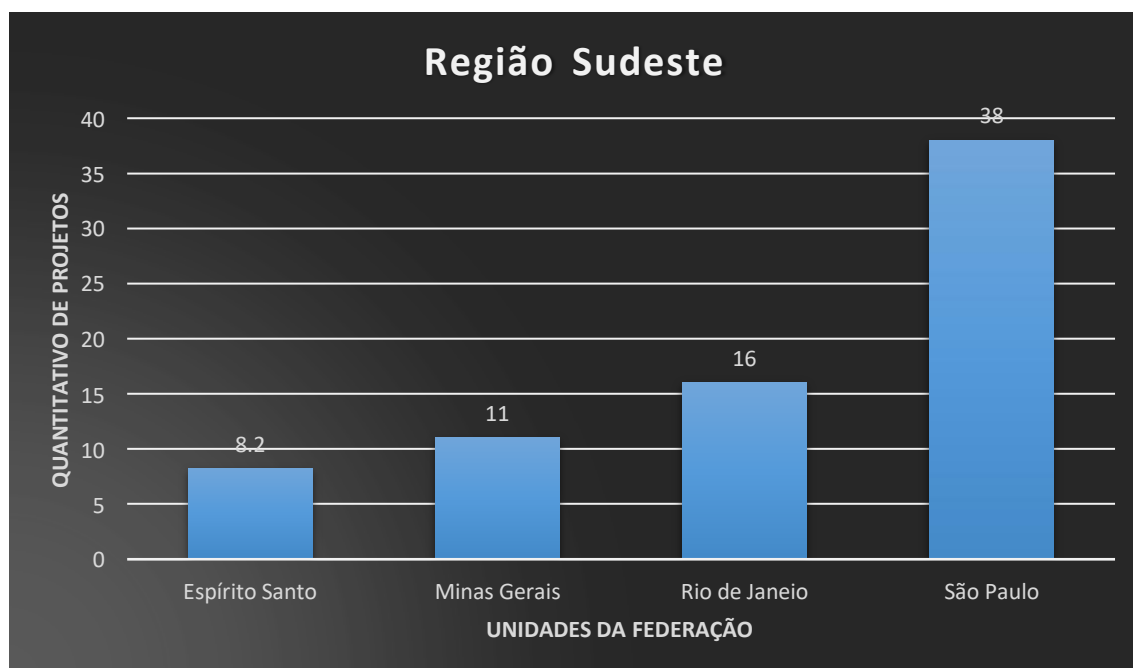
⁷¹ FACEBOOK. **Professores Contra o Escola Sem Partido**. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/>. Acesso em 17 jun. 2021.

⁷² PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. **Vigiando os projetos de lei**. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/vigiando-os-projetos-de-lei/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Na página também está disponível um estudo elaborado de todos esses dados, realizado por Fernanda Pereira de Moura e Renata da C. A. da Silva (2020, p. 14), que estão divididos por região.

A seguir, por questão da localização do município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, somente os dados da região Sudeste estão organizados em um gráfico.

GRÁFICO 3: Número de Projetos relativo ao Escola sem Partido na região Sudeste



Fonte: O autor, 2021.

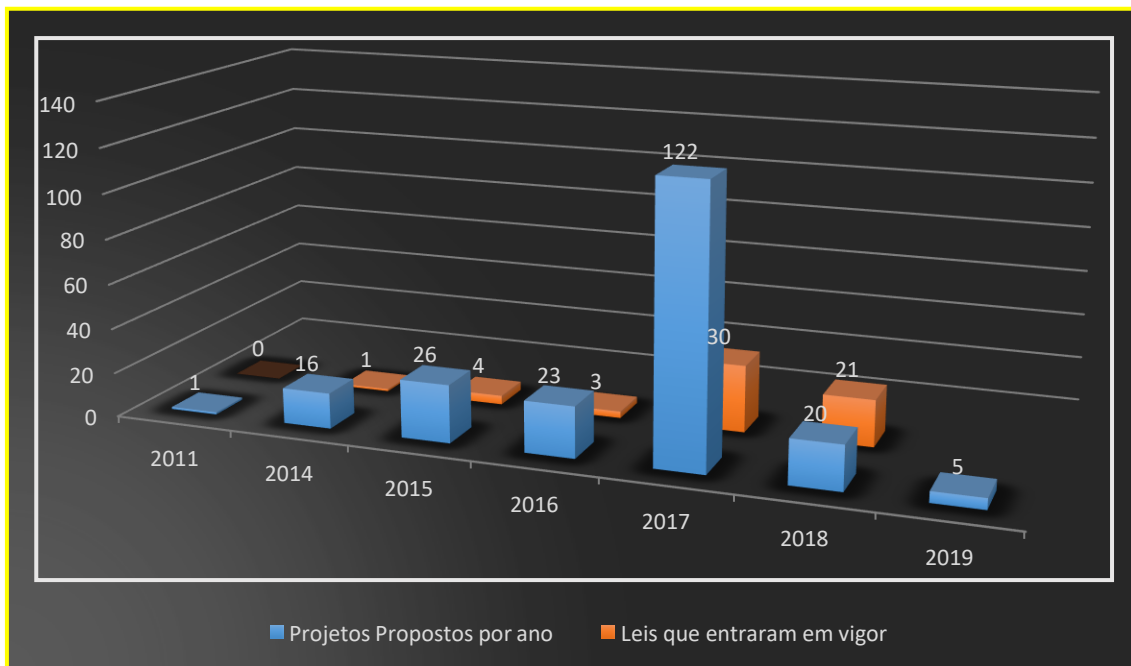
O levantamento apresenta as propostas apresentadas até 2019 e aquelas que entraram em vigor. Chama atenção uma proposta de 2011, época em que o Escola sem Partido ainda ganhava notoriedade, mas, no município do Rio de Janeiro, foi apresentada a PL 1082. Não se sabe se o autor, Carlos Bolsonaro, já tinha ligação com os representantes do programa. A proposta, que objetiva proibir a exposição de material didático sobre a diversidade sexual nas escolas, escancara sua intolerância e seu alinhamento com grupos opositores ao “Escola sem Homofobia”, que naquela altura acusava o governo de querer distribuir o denominado, pela oposição conservadora, de “Kit Gay”.

No parágrafo único, diz que “o material a que se refere [...] é todo aquele que, contenha orientações sobre a prática da homoafetividade, de combate à homofobia, de direitos de homossexuais, da desconstrução da heteronormatividade ou qualquer assunto correlato” (RIO DE JANEIRO, 2011). É irrefutável o caráter preconceituoso,

discriminatório e de expurgo da proposição, visto que ela quer inibir o combate à violência contra homossexual no país que mais mata gays no mundo.

No gráfico abaixo, além da aparição desse PL em 2011, destaca-se o ano de 2017, pós-golpe, com números de projetos de lei exorbitantes, explicado pelas proximidades das eleições.

GRÁFICO 4: Números dos Projetos de lei sobre o Escola sem Partido



Fonte: O autor, 2021.

A abundância de propostas revela uma corrida dos representantes do Poder Legislativo de todo Brasil, de todas as esferas de poder e de partidos distintos para obterem votos em cima da popularidade do Escola sem Partido, que passa a apadrinhar candidatos que se comprometessem com suas ideias.

Importante ressaltar que, dentre esses projetos, existem também aqueles que se opõem aos reacionários dogmas do Escola sem Partido, como a Lei 9277/2021, dos fluminenses André Ceciliano (PT) e Carlos Minc (PSB). A ementa da lei evoca as garantias constitucionais no ambiente escolar tanto na rede privada quando na pública de todo Estado. A lei institui que

Art. 1º Todos os professores, estudantes e funcionários das escolas sediadas do estado do Rio de Janeiro são livres para expressarem pensamentos e opiniões no ambiente escolar, sendo assegurado o mesmo tempo, espaço e respeito para quem deles divergir, bem como a pluralidade de ideias.

Art. 2º Fica vedado no ambiente escolar:

I – o cerceamento de opiniões mediante violência ou ameaça;
 II – ações ou manifestações que configurem prática de crime ou ato infracional;
 III – qualquer constrangimento ou coação que represente violação aos princípios constitucionais e demais normas que regem a educação nacional, em especial quanto à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

[...]

Art. 4º No ambiente escolar, profissionais da educação e estudantes, de escolas públicas e privadas, só podem ser filmados ou gravados mediante autorização expressa de quem será filmado ou gravado ou de seu responsável. (RIO DE JANEIRO, 2021)

Sofrendo pressão de setores mais conservadores ligados a instituições religiosas, o governador Cláudio Castro (PSC), após já ter sancionado o projeto, tornando-o em lei, tentou vetá-lo, sem eficácia, pois a manobra era inconstitucional. Em seguida, desistiu do veto. A imprensa tratou a lei conhecida como “Escola sem Mordaza” como uma resposta ao Escola sem Partido no Rio de Janeiro.

Como já dito, nesse percurso, os projetos de lei impostos com o intuito de abraçar as ideias do Escola sem Partido foram considerados ilegais, uma derrota jurídica considerável. Mas, em julho de 2020, a conta do Escola sem Partido no Twitter replicou uma mensagem de Gislaine Targa, candidata derrotada à vereadora de Araçatuba, em 2020, pelo Partido Verde (PV). Professora e líder do grupo Mães pelo Escola sem Partido, em janeiro do mesmo ano, assumiu um cargo na pasta de Cultura do governo federal (BERGAMO, 2020).

O conteúdo da mensagem é no mínimo perturbador; afirma que não adianta o STF alegar a inconstitucionalidade dos projetos, pois eles já são um conceito, ou seja, seus ideais já se tornaram realidade independentemente da legalidade.

FIGURA 2 – Print de um retweet do Escola sem Partido



Fonte: TWITTER 2020c.



Após o exposto, pode-se considerar que a ascensão desses projetos se deu entre 2014 e 2018, da proposta de Flávio Bolsonaro até a decisão do Supremo, que entendeu os projetos como inconstitucionais e, diferente do título da matéria de Annunziato (2018), “Menor do que Parece”, o ESP é uma realidade. Representa uma onda conservadora que instalou um clima inquisitorial nas escolas e agiu como cabo eleitoral de muitos, inclusive do atual presidente e de sua família. Dessa forma, sem dúvida, inseriu temor e autocensura, em alguns aspectos, no trabalho do professor.

2.1.1 A relação do Escola sem Partido com os partidos: interferência nas eleições de 2018 e 2020 e ascensão da família Bolsonaro

Unindo os estudos de Annunziato (2018) e de Moura e Silva (2020), identifica-se que nove unidades da federação possuem dez ou mais projetos em suas esferas de poder, em situações distintas (tramitando, suspensa, derrubada, retirada pelo autor, arquivado e em vigor), sendo eles São Paulo (SP), Paraná (PR) Rio Grande do Sul (RS), Pernambuco (PE), Rio de Janeiro (RJ), Santa Catarina (SC), Minas Gerais (MG), Paraíba (PB) e Espírito Santo (ES). Desses, somente em PE e na PB o candidato ao Executivo Nacional Jair Messias Bolsonaro não venceu nas eleições de 2018, sendo que, na PB, os eleitores da capital deram a vitória ao candidato do PSL. Observe a tabela.

QUADRO 1: Estados com mais número de projetos e o resultado das eleições de 2018, incluindo a capital

Estados	Quant. de projetos	Eleições de 2018/ 2º Turno - Presidente		
		Total	Capital	
São Paulo	38	67,97%	São Paulo	60,38%
Paraná	27	68,43%	Curitiba	76,54%
Rio Grande do Sul	17	63,24%	Porto Alegre	56,85%
Pernambuco	16	66,5%	Recife	52,5%
Rio de Janeiro	16	67,95%	Rio de Janeiro	66,35%
Santa Catarina	12	75,92%	Florianópolis	64,86%
Minas Gerais	11	58,19%	Belo Horizonte	65,59%
Paraíba	11	64,96%	João Pessoa	54,8%
Espírito Santo	10	63,06%	Vitória	63,19%

Legenda	
Vitória de Jair Bolsonaro (PSL)	
Vitória de Fernando Haddad (PT)	

Fonte: O autor, 2021.⁷³

Essas eleições marcaram a anuência popular pelo projeto. O PSL, principal propagador do ESP, até então uma legenda considerada nanica, surpreendeu em todos os estados. Na Câmara baixa do Congresso Nacional, foram eleitos 52 deputados, 51 a mais que em 2014. No Senado, conseguiu eleger quatro representantes para o ano de 2019. No Executivo Estadual, saltou de nenhum eleito nas últimas eleições para três, Santa Catarina, Rondônia e Roraima. Além disso, seu candidato ao Executivo Nacional, Jair Messias Bolsonaro, foi eleito em segundo turno. Nos três maiores colégios eleitorais do país, houve também uma dilatação do partido no legislativo: em São Paulo 15 foram

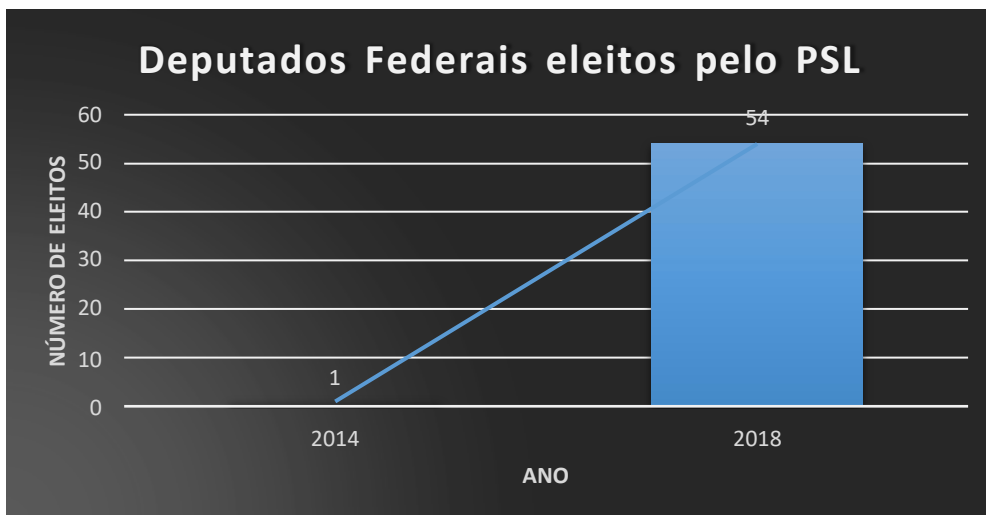
⁷³ A tabela foi elaborada pelo autor utilizando duas fontes.

Fonte 1: MAPA DE PRESIDENTE: quem ganhou em cada estado no 2º turno: Veja o mapa dos resultados do segundo turno: em quais estados ganhou o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) e quais tiveram maioria de votos para Fernando Haddad (PT). **Gazeta do Povo**. 28 de outubro de 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/mapa-eleitoral-de-presidente-por-estados-2turno/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

Fonte 2: MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar**. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordada, 2020. Disponível em: <https://professorescontraoescolasepartido.files.wordpress.com/2021/01/relatoccc81rio-6-anos-de-projetos-de-censura-frente-nacional-escola-sem-mordacca7a.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2021. p. 16.

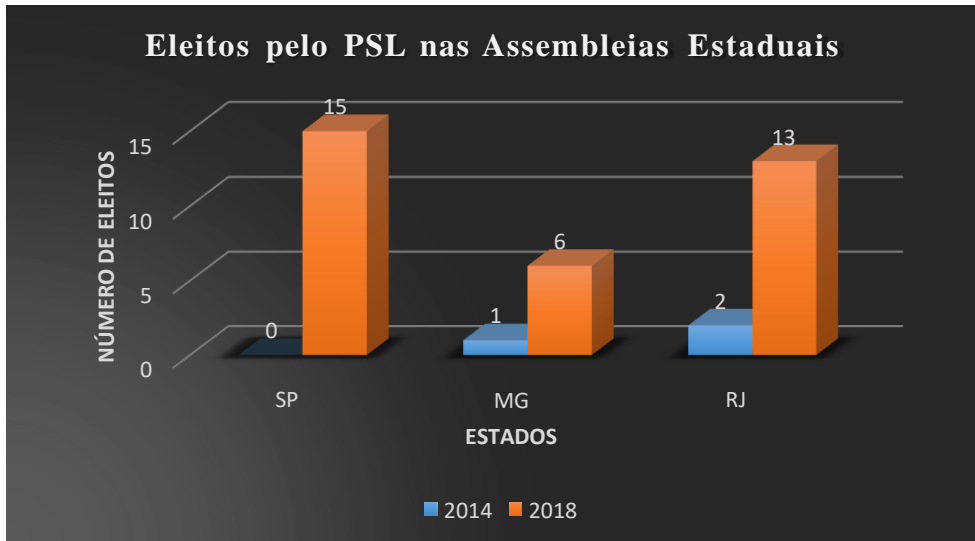
eleitos, contra nenhum no último pleito; em Minas Gerais foram eleitos seis deputados, cinco a mais e, no Rio de Janeiro, seus representantes formam a maior bancada com 13 eleitos, contra 2 nas eleições anteriores. Pode-se observar o avanço nos gráficos abaixo:

GRÁFICO 5: Deputados Federais Eleitos pelo PSL



Fonte: O autor, 2019.

GRÁFICO 6: Deputados do PSL nas Assembleias Estaduais



Fonte: O autor, 2019.⁷⁴

⁷⁴ PAULO, Guilherme. Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Assembleia Legislativa de SP, partido a partido. **G1**. São Paulo, 08 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/assembleia-legislativa-de-sp-tera-55-de-deputados-novos.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2018.

MG2. 77 deputados estaduais são eleitos para compor Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **G1**. Belo Horizonte, 08 out. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/videos/t/mgtv-2-edicao/v/77-deputados-estaduais-sao-eleitos-para-compor-assembleia-legislativa-de-minas-gerais/7073849/>. Acesso: 15 nov. 2018.

Deve-se acentuar mais dois importantes fatos a esse contexto. Em primeiro lugar, outros partidos que também apoiaram o projeto ESP conseguiram votação expressiva, como o PSC, que elegeu dois governadores, um no Acre e outro no Rio de Janeiro. Constata-se, em virtude disso, um grande feito, pois o partido não conseguia eleger um governador desde 1990, quando Geraldo Bulhões saiu vitorioso em Alagoas⁷⁵.

O site do projeto, que se diz sem partido, promoveu um abaixo-assinado para que candidatos pudessem se comprometer publicamente com suas pautas.

FIGURA 3: Print do site Escola Sem Partido, Compromisso Político Público, eleições 2018



Fonte: ESCOLA SEM PARTIDO, 2018.

Em maio de 2020, o Twitter da página disparou uma série de imagens com os candidatos que aderiram ao abaixo-assinado em 2018. A legenda solicitava que os eleitores cobrassem do candidato, caso tivesse sido eleito, sua atuação em prol do ESP. Um dos políticos cobrados foi o governador eleito Romeu Zema (NOVO – MG). Abaixo, observa-se a ação realizada no Twitter do ESP em relação ao governador.

CAESAR, Gabriela. Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Câmara dos Deputados, partido a partido. **G1**. Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2018.

⁷⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Geraldo Bulhões Barros. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geral-do-bulhoes-barros>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FIGURA 4: Print do Twitter do Escola sem Partido: cobrança de atuação de políticos a favor do programa



Fonte: TWITTER, 2020a.

Para entender os números de 2018, deve-se voltar a 2014. A eleição daquele ano para presidente foi a mais disputada que se tem notícia. De um lado, a presidenta Dilma Rousseff(PT) tentando reeleição, de outro Aécio Neves (PSDB). Mesmo combatida pelas manifestações do ano anterior e pela forte crítica da oposição e mídia, Dilma foi reeleita.

Naquela altura, a família Bolsonaro já estava inserida na política. Jair Messias Bolsonaro, principal membro, elegeu-se em 1989 para vereador do Rio de Janeiro e, desde então, sempre foi eleito nos pleitos em que participou, alcançando a presidência em 2018. Seus filhos Flávio, Carlos e Eduardo também seguiram o caminho da política nos anos 2000 e, a partir de 2014, todos eram oposição à presidenta.

Junto a eles, vários grupos criados pelas redes sociais também se antagonizavam com o governo, como o Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados On-Line e o Escola sem Partido.

Entende-se que, nessa conjuntura, a família Bolsonaro usa o ESP como um motor para suas pretensões políticas, peça basilar para o avanço dos dogmas do movimento, pois os projetos de lei são inaugurados no Rio de Janeiro, estado e capital, pelos irmãos Flávio e Carlos Bolsonaro, com o intuito de legitimar aquele disparate e de se associar às ideias conservadoras.

Em Brasília, o outro irmão, Eduardo Bolsonaro, deputado federal pelo estado de São Paulo (SP), não apresentou nenhuma PL favorável ao ESP, mas se mostrava simpático às ideias do movimento. Em 2017, o parlamentar afirmou, em sua conta no Twitter, que o ESP era mais importante do que a economia.

FIGURA 5: Print de uma postagem da conta do Twitter de Eduardo Bolsonaro



Fonte: TWITTER, 2017.

Além da promoção das ideias do ESP e de vínculo com elas, outro interesse está intrínseco na postagem: o de ressaltar a dimensão política-ideológica, sobrepondo-as às crises econômicas, mesmo que possam favorecer a ascensão de golpes e regimes antidemocráticos, como aconteceu no Brasil em 2016 (Golpe contra Dilma) e 2018 (eleição de Jair Bolsonaro) (SILVEIRA, 2020, p. 159-160).

Jair Messias Bolsonaro, o pai, deputado federal (RJ), sempre se demonstrou aliado incondicional do ESP. Durante a campanha ao Executivo Nacional, em 2018, no debate da Rede Bandeirantes, em 10 de agosto, afirmou que se eleito iria impor o Escola sem Partido e que não admitiria ideologia de gênero nas escolas. Também, em emissora nacional, Rede Globo, o candidato mostrou um documento/livro, descumprindo as regras da entrevista, dizendo que aquele era um material que disseminaria a ideologia de gênero nas escolas, o que apelidou de “Kit Gay” (SALGADO, 2018).

Eleito, Bolsonaro continuou com as intimidações: citou nomes de professores “doutrinadores” em vídeos postados na internet, incentivou que alunos filmassem as aulas, expondo docentes e nomeou um ministro da educação favorável ao Escola sem Partido para atender às expectativas de apoiadores de duas alas: evangélica e ideológica.

Afirma-se, portanto, que os representantes da organização Bolsonaro encontraram nas ideias do ESP impulso para suas ambições políticas. A harmonização se deu com um discurso que instalou o pânico moral, criando um inimigo, o professor, e as vítimas, as crianças, que, segundo o ESP, estão em sala de aula sendo audiência cativa para o

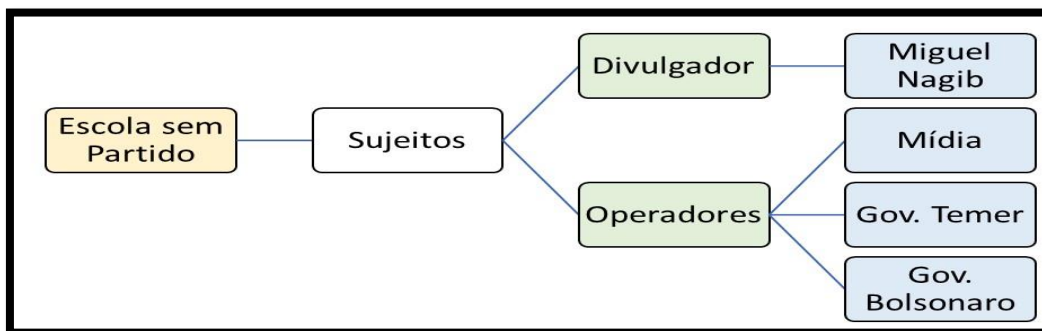
professor “doutrinador”. Não se deve descartar, também, a importância dos projetos de lei, que aumentaram a abrangência do ESP e concedeu um ar de legalidade.

Em termos jurídicos, a educação não enfrenta mais essa ameaça conservadora, mas as ideias do movimento já se fazem presentes no cotidiano dos professores do país. Mesmo inconstitucional, caiu no gosto popular. O ESP assombra a construção de uma gestão minimamente democrática nas escolas, visto que o clima policialesco e de autocensura já é uma realidade nas instituições de ensino, impedindo a emancipação das classes populares e têm impactos importantes no processo eleitoral do país, fragilizando ainda mais a democracia.

O ESP – forjado na crise do capital com base liberal conservadora – torna-se um guardião dos interesses burgueses na educação. O desenvolvimento de uma consciência política e crítica não fazem parte dos princípios dessa organização, que teve como aliada a família Bolsonaro, colhendo resultados políticos formidáveis nas eleições de 2018.

No organograma a seguir, estão sistematizados sujeitos – divulgadores e operadores – do Escola sem Partido.

FIGURA 6: Organograma: Escola Sem Partido e Operadores



Fonte: O autor, 2022.

2.2 Políticas Públicas Governamentais: quando o projeto encontra o governo

Nos últimos anos, o conceito de “reforma” foi utilizado para justificar e implementar mudanças em vários setores da sociedade e administração pública, inclusive na educação.

Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 429) afirmam que houve uma

[...] vulgarização do “vocabulário da reforma” [e] pode ser considerada uma estratégia de legitimação eficaz na medida em que consegue “colonizar” o discurso, o pensamento educacional e se espalhar no cotidiano como demanda

imprescindível da “modernidade”. (SHIROMA, CAMPOS e GARCIA 2005, p. 429)

Zuleide Silva de Oliveira (2020, p. 326) nomeia tais mudanças de contrarreforma, pois estão inseridas a partir do

[...] caráter predatório do capitalismo em sua fase neoliberal trata de promover a reestruturação do mundo do trabalho, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, o desmantelamento do Sistema Único de Saúde, a contrarreforma da previdência e a contrarreforma da educação, de modo a inserir o país no mercado internacional, sob as pautas da exportação comodificada e da reexportação de bens intermediários. (OLIVEIRA, 2020, p. 326)

Esse caráter fica notável com a Emenda Constitucional (EC) n.º 95, de 15 de dezembro de 2016⁷⁶, do governo Temer, que congelou os gastos públicos, principalmente em áreas sociais, como educação e saúde, por 20 anos.

Segundo Evaldo Priolli (2018, p. 101-102), tais

[...] medidas [...], produzirão efeitos diretos aos investimentos à Educação, tensionando para medidas de privatização, parcerias público-privada e terceirização. [...] O corte dos gastos, [...] tensionarão para que medidas em favor da transferência de responsabilidades do Estado para o setor privado se intensifiquem. A LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal], desde sua implantação, se constituiu como um mecanismo impeditivo à contratação de profissionais na área da educação, estabelecendo uma regulação draconiana a gestão dos sistemas educacionais nos municípios e nos estados que fomentou a contratação precária de professores e a terceirização massiva. (PRIOLLI, 2018, p. 101-102)

As realizações denominadas de “reformas”, ou melhor, as práticas de precarização denominadas de reformas no âmbito da educação, foram em direção ao projeto capitalista de educação ambicionado pelo ESP, três delas como políticas públicas/projetos, além da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM).

Além disso, outros fatores relevantes são a expansão dos instrumentos de ação do ESP, como o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que fez parte da proposta de governo de candidatos ao Executivo Nacional (inclusive do Bolsonaro) e Estadual, em 2018, e de prefeitos em 2020; a defesa do *homeschooling* (educação domiciliar), as políticas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC) do governo Bolsonaro no desmonte da educação e os reflexos de todas essas ações no currículo e material didático.

⁷⁶ BRASIL. Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2016.

Pode-se considerar que esses pontos citados acima advogam pelo inconstitucional ESP, isto é, para um projeto burguês de educação, pois seus objetivos e práticas se cruzam, atendendo, dessa forma, às expectativas de uma educação voltada para competitividade e produtividade dentro de um cenário de capitalismo periférico.

Com essa perspectiva, o Escola sem Partido pode ser analisado também como uma expressão da contrarrevolução burguesa, percebendo-o como uma receita

[...] para impedir no nascedouro muitas transformações importantes para as classes trabalhadoras. Mas, também e principalmente, porque existe um forte componente universal de pressão contrarrevolucionária nas reações burguesas autodefensivas: esmagar enquanto é tempo vem a ser a receita primária [...]. Esse esmagamento sistemático produz um proletariado anêmico e que tem fraca estrutura para movimentar a luta de classes. (FERNANDES, 2018, p. 60-61)

A BNCC foi homologada em dezembro de 2017 e é apresentada como

[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). [...] e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2018. p. 7)

Desde a sua primeira versão (2015), há um comprometimento com a qualidade de educação em evidências quantitativas. Em função disso, o documento tem objetivos atrelados a avaliações censitárias e políticas salariais de desempenho (HELENO, 2017, p. 41). Dermeval Saviani (2016, p. 75) ratifica que

[...] no Brasil, tudo indica que a função dessa nova norma é ajustar o funcionamento da educação brasileira aos parâmetros das avaliações gerais padronizadas. Essa circunstância coloca em evidência as limitações dessa tentativa, pois, como já advertimos, essa subordinação de toda a organização e funcionamento da educação nacional à referida concepção de avaliação implica numa grande distorção do ponto de vista pedagógico. (SAVIANI, 2016, p. 75)

Várias entidades como Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho, Fundação Lemann e o Movimento Todos Pela Educação⁷⁷ influenciaram no

⁷⁷ Informações apuradas nos sites do Movimento Pela Base e do Instituto Reúna. MOVIMENTO PELA BASE. [S.l.], s. d. **Movimento Pela Base**. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

desenvolvimento da Base e cobram sua aplicação a fim de garantir uma lógica empresarial na educação, conseqüentemente a formação para o trabalho. Para esse fim, a padronização é uma ferramenta utilizada em larga escala.

A convergência da BNCC e dessas instituições, que nunca se posicionaram a favor do ESP, é justamente nessa defesa da lógica neoliberal, da necessidade de instalar nas escolas públicas um projeto regulador às necessidades do capital e na interferência da autonomia do professor que tem sua prática engessada. Portanto, mesmo sob aparências diferentes, estão na base do projeto educacional burguês e impõem regulação ao trabalho do professor e ao trabalho escolar.

A padronização ditada por esses exames insere as escolas e os professores em um sistema meritocrático que alimenta a competição, reduz o conteúdo exclusivamente ao que é cobrado nessas avaliações, sobretudo Língua Portuguesa e Matemática. Esse tipo de comportamento colabora para a fraude deles próprios, pois resultados positivos geram acréscimos salariais para os profissionais da educação e verbas extras para as escolas e anula as diferentes realidades culturais do país, pois se busca a unificação curricular para atender ao mercado.

Entende-se, portanto, que a BNCC e seus árdios defensores, os empresários da educação, mostram-se contrários aos dogmas do ESP, como o posicionamento do Movimento Todos pela Educação em relação à lei alagoana “Escola Livre” e o pedido da Fundação Roberto Marinho em assinar uma carta em defesa da liberdade de expressão em sala de aula escrita pelo professor Fernando Penna. Esse distanciamento é presente porque o ESP é um projeto que pretende remover da escola o seu caráter educacional e, por isso, entra em choque com posições do setor empresarial da educação (PENNA, s.d., *apud* MACHADO, 2018). No entanto a BNCC se relaciona com o ESP a partir da

[...] agenda neoliberal defendida pelos centros econômicos hegemônicos, facilitando a compreensão de que os ataques a educação pública e de qualidade brasileira fazem parte, em última instância, de um plano global para os países pobres se inserirem na nova divisão internacional do trabalho, envolvendo questões de ampliação do mercado educacional e ajustes à nova sociabilidade do capital, denominada de empreendedorismo. (HELENO, 2017, p. 66)

Também alinhado aos interesses neoliberais na educação, o Novo Ensino Médio (NEM), sancionado pelo presidente ilegítimo Michel Temer⁷⁸, através da Medida Provisória nº 746/2016⁷⁹ convertida em lei no ano seguinte, de nº 13.415⁸⁰, prevê, entre seus absurdos, a não obrigação da licenciatura para lecionar e a flexibilização do ensino, em que os estudantes poderão escolher em quais áreas se aprofundarão, sendo obrigatórias somente Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa. É explícito e insultante o enxugamento de disciplinas proposto sem consulta aos profissionais de educação. O corolário para o aluno dessa medida é

[...] que a criatividade vai expressar-se na forma como ele assimila essas relações e as transforma. Então, os educandos, enquanto concretos, também sintetizam relações sociais que eles não escolheram. Isso anula a ideia de que o aluno pode fazer tudo pela sua própria escolha. Essa ideia não corresponde à realidade humana. (SAVIANI, 2013, p. 121)

Utilizando a classificação do professor Saviani (2016) de aluno empírico e aluno concreto, entende-se que o primeiro é aquele que é limitado ao senso comum, com as manifestações captadas à primeira vista e pelos sentidos da aparência, tendo a formação reduzida do complexo ao simples. Já o aluno concreto, síntese das relações sociais, tem uma formação que vai do senso comum a uma visão articulada, científica, tendo acesso aos conteúdos elaborados, ou seja, um ensino que vai além das primeiras percepções.

Pode-se afirmar que a lei tem como objetivo a formação de alunos empíricos, pois retira o direito de o educando ter pelo menos o acesso ao saber sistematizado e científico, reforçando ainda mais a dominação burguesa sobre o conhecimento e transformando a escola numa escola de partido único, aquele que se adequa à classe dominante.

⁷⁸ Presidente do Brasil de 2016 – 2019, teve forte atuação no Golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff.

⁷⁹ BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2018.

⁸⁰ BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13415.htm. Acesso em: 12 julho 2018.

Com uma propaganda muito atraente, o Novo Ensino Médio (NEM) foi vendido pelo governo como algo que transformaria a educação brasileira para rumos positivos, em que os alunos poderiam escolher disciplinas eletivas, a partir de itinerários formativos apresentados por cada escola ou rede, a fim de se aprofundarem em uma determinada área: Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e da Formação Técnica e Profissional (FTP), sendo possível também mesclar as áreas, caso seja interesse do aluno.

Além da aparente autonomia concedida aos alunos, seria também ofertado ensino em tempo integral e, dessa forma, as disciplinas não perderiam carga horária e as eletivas poderiam ser trabalhadas dentro da grade. Contudo essa não é a realidade do Rio de Janeiro, uma vez que não há infraestrutura para atender a essa demanda, seja por falta de investimento ou de interesse, fato que aumenta a distância entre alunos da escola pública e particular, “criando uma linha de exclusão que vai do Ensino Médio para as empresas” (FREITAS, 2018, p. 84).

Com a implantação do NEM, a partir de 2022, nas turmas que iniciam o Ensino Médio, a dinâmica das escolas vem sendo alterada. Disciplinas de Humanas e de Natureza sofrerão com a diminuição de carga horária. No último ano do Ensino Médio, por exemplo, os alunos só terão Sociologia da grade de Humanas e nenhuma disciplina de Natureza⁸¹. Com isso, professores têm que complementar a carga horária em outras instituições, ou se submeter a lecionar algumas das eletivas propostas pela escola, como Empreendedorismo.

Assim, o Novo Ensino Médio não entrega nem mesmo o que prometeu – horário integral e autonomia – atendendo junto à BNCC à lógica mercantil da educação, com potencial de controle e padronização do docente e do conteúdo, valorizando as relações de trabalho que beneficiam a empresa, ponto em essência de articulação com o ESP.

Esse processo não almeja a qualificação do trabalhador, a formação universitária, mas uma formação para atender às questões de empregabilidade e ordem que os limites do capitalismo infringem.

É com esse objetivo que as escolas cívico-militares ganharam mais abrangência nos últimos anos, pois é destinada a desenvolver a moralização, a ordem, para que o trabalhador seja um ser útil aos princípios do capital.

⁸¹ Essa afirmação leva em consideração apenas as escolas da rede estadual do Rio de Janeiro, rede que o autor leciona. Sobre a carga horária ver figuras VII e VIII, grade das disciplinas das escolas do RJ.

Nas eleições de 2018, o modelo ganhou muita visibilidade na campanha do militar Jair Messias Bolsonaro. Quando era indagado sobre projetos para educação, além de tecer críticas infundadas aos docentes e universidades públicas, repetindo as falas de doutrinação e/ou sexualização nas escolas, alinhando-se ao ESP, fazia o anúncio de escolas cívico-militares, que seriam instaladas pelo menos uma em cada capital dos Estados.

No aparelhamento do Ministério da Educação, em 2019, Bolsonaro criou subsecretarias para a implantação desse modelo, tendo como pilar respeito e valorização dos símbolos nacionais, do patriotismo, civismo, hierarquia e da meritocracia (XIMENES; STUCHI; MOREIRA, 2019, p. 613). Esse modelo foi iniciado ainda na década de 1990, em Manaus, capital do Amazonas (AM) e, em 2019,

[...] são 203 (duzentas e três) as escolas públicas estaduais e municipais militares e militarizadas, com perspectivas de expansão. Elas fazem parte da rede pública de ensino e são administradas por uma força militar específica, como a Polícia Militar ou o Corpo de Bombeiros Militares, e não contam com a participação do Ministério da Educação em sua criação. (XIMENES; STUCHI; MOREIRA, 2019, p. 613-614)

Outra unidade da federação que se destaca na implantação desse modelo é o de Goiás (GO), contabilizando 60 unidades em 2020. A Polícia Militar goiana se orgulha dos resultados, como se observa no trecho abaixo, publicado pela própria corporação.

Através de um índice que mede o desempenho das redes de ensino em todos os estados da federação, os números, desta vez, ilustraram um avanço no aprendizado para os estudantes do ensino médio da rede estadual. Exatamente nesta fase, a rede estadual de Goiás foi a única a alcançar e superar a meta do IDEB, que era de uma média de 4.4, onde Goiás conseguiu atingir 4.7. Ficando em primeiro lugar entre os estados brasileiros, os goianos e, em especial, a Polícia Militar, exercitam hoje o sentimento de orgulho. Sabemos que os 60 colégios militares compõem uma parte expressiva do sistema educacional de Goiás, promovendo, desde a implementação do projeto, profundas transformações no campo educacional do estado. (TATIANE, 2020)

Os números apresentados pela polícia goiana em relação ao índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) podem ser questionados de diversas maneiras, primeiro pela sua padronização e caráter meritocrático, visto que os alunos das escolas são submetidos a provas externas e têm que alcançar metas estabelecidas para cada escola.

A segunda questão para análise é em relação às verbas e administração de uma maneira geral, pois as escolas com gestão militar recebem verbas extras, cobram

uniformes caríssimos entre outras fontes de renda, como afirma Neusa Sousa Rêgo Ferreira (2018, p. 123-124).

Para tanto, além das verbas públicas, ainda contam com a entrada da contribuição mensal dos pais, recurso administrado pela Associação de Pais e Mestres de cada unidade escolar militar. No caso das escolas estaduais, o gestor tem a administração dificultada burocraticamente nas mínimas ações, via ofício, inclusive em relação à manutenção da própria escola. Nessas condições de desigualdade na distribuição de recursos materiais é compreensível que os alunos dos primeiros, somados às condições que os diferenciam dos segundos, alcancem rendimentos escolares superiores aos demais da rede, “mesmo que concordemos que a qualidade da educação não depende da pintura nova das paredes do prédio onde funcionam. (CONNEL, 1995, p. 34)

Entende-se, também, que a gestão militar na educação é uma forma de perseguição e controle ideológico. O número de escolas com essa política educacional aumentou durante um período de greves de professores em Goiás. Foram 16 novas escolas em julho de 2015, sendo que sete tinham um corpo docente resistente às políticas educacionais do governador Marconi Perillo (PSDB) e mantinham ligações com o grupo Mobilização dos Professores de Goiás.

A caçada aos professores aconteceu através da Lei Estadual n.º 18.967, de 22 de julho de 2015⁸², que não só militarizava as unidades, mas impedia que docentes e funcionários administrativos solicitassem transferência para escolas administradas por civis. Dessarte, o governo garantia que os grevistas ficassem sobre as ordens dos militares, logo perseguindo e controlando as lideranças, impedindo a organização como classe.

A situação é patente na declaração do governador em um evento de empresários na Bahia, em dezembro do mesmo ano, onde ele diz (FERREIRA, 2018, p. 71-75):

Fui num evento e tinha um grupo de professores radicais da extrema-esquerda me xingando. Eu disse: tenho um remedinho pra vocês: Colégio Militar e Organização Social. Identifiquei as oito escolas desses professores. Preparei um projeto de lei e em seguida militarizei essas oito escolas. O Brasil está precisando de 'nego' que tenha coragem de enfrentar. (PIRILLO, 2015, *apud* FERREIRA, 2018, p. 74)

⁸² GOIÁS. **Lei n. 18.967, de 22 de julho de 2015**. Dispõe sobre a transformação das unidades de ensino que especifica em Colégios Militares e dá outras providências. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/93361/lei-18967. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.

Portanto, desprezando uma gestão democrática, chocando-se com o inciso VIII da LDB (1996), que prevê a gestão democrática do ensino público, o modelo se alinha ao ESP, pois não se trata apenas da perseguição e punição aos docentes grevistas, mas também para esclarecer que naquele espaço, em vez de criticidade, leva-se em conta a padronização de comportamento, ou seja, o conformismo.

Nessa onda de militarização, com finalidade semelhante, em 2019, foi promulgada a Emenda Constitucional 101, que “acrescenta § 3º ao art. 42 da Constituição Federal para estender aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o direito à acumulação de cargos públicos prevista no art. 37, inciso XVI” (BRASIL, 2019). Em suma, a emenda autoriza que militares estaduais acumulem cargos na educação e na área da saúde.

Além de um incentivo à militarização das escolas e todos os dilemas explicitados anteriormente, a mudança pode ser utilizada por agentes públicos, que visam substituir professores por militares com o intuito de controlar e baratear a educação em seus Estados.

Outro instrumento desse processo é o *homeschooling*⁸³, a prática de educar em casa, é chamado também de ensino domiciliar. Não é uma discussão nova no Brasil, pois um projeto de lei foi apresentado em 2012, pelo deputado mineiro Lincoln Portela do então Partido Republicano (PR), atualmente Republicanos, que previa a possibilidade de oferta de educação básica domiciliar⁸⁴. Mas o debate sobre o tema só ganhou mais notoriedade justamente com o avanço das ideias conservadoras, como o ESP e a ascensão de Bolsonaro.

Nesse cenário sete projetos foram apresentados relacionados a temática, observar quadro abaixo:

⁸³ A impossibilidade do *homeschooling* ficou bem evidente com a pandemia do novo coronavírus que assolou o mundo a partir de 2020. No Brasil, as aulas presenciais foram suspensas, com a implantação de aulas online, ficando clara a impossibilidade do *homeschooling*, pois responsáveis não tinham tempo, paciência e/ou conhecimento para o acompanhamento do estudante.

⁸⁴ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 3179 de 08 de fevereiro de 2012**. Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=963755&filename=PL+3179/2012. Acesso em: 01 fev. 2022.

Quadro 2: Projetos de Lei relacionados ao Homeschooling

Projeto	Ano	Autores Operacionais	Partido
3261	2015	Eduardo Bolsonaro	PSC/SP
10185	2018	Alan Rick	DEM/AC
2401	2019	Poder Executivo	PSL*
3159	2019	Natália Bonavides	PT/RN
3262	2019	Bia Kicis	PSL/DF
5852	2019	Pastor Eurico	Patriota/PE
6188	2019	Geninho Zuliani	DEM/SP

* Partido do Presidente Jair Bolsonaro até novembro de 2019.

Fonte: O autor, 2021.⁸⁵

⁸⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3261 de 08 de outubro de 2015**. Autoriza o ensino domiciliar na educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio para os menores de 18 (dezoito) anos, altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2017117>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 10185 de 09 de maio de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2174364>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2401 de 17 de abril de 2019**. Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198615>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3159 de 28 de maio de 2019**. Adiciona o § 6º ao art. 5º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer que a educação domiciliar não poderá substituir a frequência à escola. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2205161>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3262 de 03 de junho de 2019**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir o parágrafo único no seu art. 246, a fim de prever que a educação domiciliar (homeschooling) não configura crime de abandono intelectual. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2206168>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5852 de 05 de novembro de 2019**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para permitir o ensino da educação básica por meio de tutores autônomos. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228282>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6188 de 27 de novembro de 2019**. Acrescenta parágrafos ao art. 58 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação domiciliar para educandos que se inserem na modalidade de educação especial. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2230887>. Acesso em: 25 fev. 2022.

Dos projetos listados na tabela, somente o da petista Natália Bonavides tenta frear o avanço da educação domiciliar, prevendo que essa modalidade não pode substituir a frequência escolar e os demais buscam autorizar o ensino domiciliar, não por acaso formam a base do governo de Bolsonaro e, inclusive, uma das propostas tem como autor o próprio Poder Executivo.

Observa-se que todos os projetos favoráveis ao *homeschooling* têm como justificativa o interesse dos pais na educação do filho a partir de suas convicções, desconsiderando a realidade brasileira em que muitos responsáveis passam a maior parte do tempo fora de casa, no trabalho ou a caminho dele e que nem todos têm conhecimento específico para auxiliar a criança ou condição financeira para pagar um tutor.

Carlota Boto (2018) também afirma que,

[...] no que diz respeito à legislação brasileira, a orientação é clara: desde 1934 é firmada a obrigatoriedade escolar, que envolve, a um só tempo, a obrigação de o Estado oferecer escolas e a obrigação de os pais enviarem seus filhos à escola. Os adeptos do *homeschooling* – o ensino doméstico ou domiciliar – alegam que há brechas na legislação brasileira, o que possibilita a defesa dessa modalidade de educação. Afirmam, para isso, basicamente os princípios de liberdade de escolha do tipo de instrução que os pais desejam dar a seus filhos. Mais do que isso, criticam o sistema de ensino por sua homogeneidade, argumentam que há defasagens estruturais no modelo de ensino público brasileiro, declaram questões de violência, de drogas e de *bullying* em sala de aula. Alegam também argumentos de foro religioso e moral. (BOTO, 2018)

Essa modalidade foi considerada inconstitucional pelo STF em 12 de setembro de 2018. Na ocasião, uma aluna de Canela (RS) teve seu pedido negado, mas a decisão da maioria dos ministros foi pautada na ausência de uma norma legal que regulamente a educação domiciliar. Isso ajuda a explicar as quatro propostas favoráveis à ideia em 2019, sendo que a de autoria de Bia Kicis solicita a descriminalização da prática retirando o crime de abandono intelectual⁸⁶.

⁸⁶ BIMBATI, Ana Paula. Homeschooling: Kicis avança, mas governo deve priorizar projeto de Canziani. **UOL**. Educação. São Paulo, 10 de junho de 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/06/10/ccj-aval-projeto-homeschooling-bia-kicis-bolsonaristas-psl.htm>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BIMBATI, Ana Paula. Bia Kicis cria disputa para aprovar homeschooling e pode afetar 40 milhões. **UOL**. Educação. São Paulo, 09 de junho de 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/06/09/bia-kicis-disputa-aprovar-educacao-domiciliar-afetar-40-milhoes-alunos.htm>. Acesso em: 19 fev. 2022.

ROMANO, Rogério Tadeu. O ensino domiciliar é inconstitucional. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 26, n. 6436, 13 fev. 2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/88373>. Acesso em: 26 fev. 2022.

Manter o assunto na mídia através da criação de vários projetos de lei é, sem dúvidas, uma estratégia midiática de parlamentares aliados ao presidente para agradar sua base eleitoral.

Os projetos se encontram com o ESP no incentivo à desescolarização, na defesa do que seus autores caracterizam como liberdade individual e na ideia de que a educação das crianças deve passar somente pelos interesses dos pais, argumentos que ganharam um impulso a mais com a pandemia de Covid-19 em 2020, pois boa parte dos alunos tiveram aulas remotas.

Portanto, deve-se compreender que, assim como o ESP, o *homeschooling* faz parte do projeto educacional do capital, pois coíbe o acesso a uma educação sistematizada, além disso, estimula empresários do setor da educação, que já se articulam às necessidades do capital.

Dado que já existe sistema de ensino *homeschooling*, durante as pesquisas para esse trabalho, pelo menos um foi identificado. Trata-se do Sistema Ave Maria HomeSchool (SAM-HC). O movimento traz, em sua página oficial, o seguinte slogan: “Reconhecido pelo MEC. Permitido no Brasil... mas não pode fazer de qualquer jeito”. Vendendo cursos a R\$1995,00 e afirmando que o *homeschool* é um “projeto de família, pai, mãe, filhos...”,⁸⁷ demonstram seu caráter elitista e de um ideal de família sacralizado.

O efeito dessas medidas pode ser sentido diretamente no currículo e material didático, que sofrem fortes interferências desses agentes.

Entendendo o currículo

[...] como sendo o conjunto das atividades (incluído o material físico e humano a elas destinado) que se cumprem com vistas a determinado fim. Este pode ser considerado o conceito ampliado de currículo, pois, no que toca à escola, abrange todos os elementos a ela relacionados. (SAVIANI, 2016a, p. 55)

Talvez, por isso, currículo e o material didático são disputadíssimos pelos sequazes do Escola sem Partido, afirmando em sua página que publicam um acervo permanente de informações sobre “doutrinação” e um espaço em que responsáveis, alunos e ex-alunos podem expressar suas opiniões sobre livros e programas curriculares, além de professores⁸⁸, é claro.

⁸⁷ SISTEMA AVE MARIA HOMESCHOOL. **Instituto Ave Maria Homeschool**. Ribeirão Preto, SP. Disponível em: <https://www.homeschoolavemaria.com.br/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

⁸⁸ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Quem Somos**. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

Com um discurso de neutralidade do professor e de liberdade do aluno, inclusive de escolha e interferência de conteúdo, ele impede o aluno de ter uma educação emancipadora. Tão clara quanto vexatória é a intenção de impedir qualquer assunto que possa entrar em colisão com os interesses da classe dominante, que se traveste de defensora da família, portanto, um amingamento do currículo e do material didático é inevitável e nitidamente proposital.

Arroyo (2013, p. 12-15) afirma que a escola é disputada por forças sociais, políticas e culturais, e as consequências dessa relação avançam para o currículo, que é o núcleo e o espaço central da função da escola, por conseguinte é o mais cercado e normatizado. O sociólogo ainda enfatiza que esse cerco acontece pela estreita relação entre currículo e trabalho docente e controlar esse trabalho esteve com frequência no centro de todo processo de produção. Mas, sobre essa afirmação, é importante dizer que nem sempre essa disputa é feita de forma consciente.

Nessa relação o ESP cumpre o papel de agente normatizador, visando a uma educação para consolidação dos valores burgueses que, em um cenário de crise do capital, é fundamental aprofundar esse processo e a ideia é vendida pela mídia burguesa como “Reforma” Educacional.

Luiz Carlos de Freitas (2018, p. 38-39) lista algumas características dessas práticas que denominam de “reforma”: padronização da e na educação, ênfase no ensino de conhecimentos e habilidades básicas, Leitura, Matemática e Ciências Naturais, transferência de inovação do mundo empresarial para o mundo educacional; políticas de responsabilização do professor baseada em testes, ensino direcionado para resultados, ou seja, busca de formas seguras e de baixo risco atingir as metas de aprendizagem, o que afeta a criatividade dos alunos e a autonomia do professor, que fica presa ao conteúdo padronizado e, por último, o controle da escola com uma ideologia baseada no livre mercado, que pode chegar até a terceirização.

Essas propostas são elaboradas sem a participação do corpo docente, impostas a partir de instâncias superiores e direcionadas somente às instituições públicas, não sendo a rede privada obrigada a seguir. Assim sendo, é escancarada a preocupação de uma escola que não forme novos agentes intelectuais, mas uma escola para os ricos, com todo o currículo e outra para os pobres, classes populares, com uma educação mutilada.

Sobre a educação para a classe trabalhadora, Demerval Saviani (1998, p.160) ressalta que, para

Adam Smith⁸⁹, [...] a instrução para os trabalhadores era importante; à medida que os trabalhadores dispusessem de educação básica, se tornavam mais aptos para viver na sociedade, e se inserir no processo produtivo, se tornavam mais flexíveis, com pensamento mais ágil e mais adequado à necessidade da vida moderna. Adam Smith percebia isso no nível da educação básica. Daí a famosa frase a ele atribuída: "Instrução para os trabalhadores, porém, em doses homeopáticas". Quer dizer, é preciso um mínimo de instrução para os trabalhadores e este mínimo é positivo para a ordem capitalista, mas, ultrapassando esse mínimo, entra-se em contradição com essa ordem social. (SAVIANI, 1998, p. 160)

Nesse sentido, Enguita (1989, p. 110) também afirma que, no século XVIII,

[...] os pensadores da burguesia em ascensão recitaram durante um longo tempo a ladainha da educação para o povo. Por um lado, necessitavam recorrer a ela para preparar ou garantir seu poder, para reduzir o da igreja e, em geral, para conseguir a aceitação da nova ordem. Por outro, entretanto, temiam as consequências de ilustrar demasiadamente aqueles que, ao fim e ao cabo, iam continuar ocupando os níveis mais baixos da sociedade, pois isto poderia alimentar neles ambições indesejáveis. (ENGUITA, 1989, p. 110)

Observa-se que a burguesia utiliza a educação para universalização de seus valores, haja vista um controle tão rígido sobre o currículo, descaracterizando-o de sua função, que, na definição de Saviani (2013, p. 15), “é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola”, o que se refere às atividades básicas e específicas que a escola desenvolve.

O termo “atividades básicas”, na visão de Saviani, não carrega o mesmo teor de “habilidades básicas” apoiadas pelas ditas reformas que mercantilizam a educação. Os reformistas, tendo o Escola sem Partido como mensageiro, buscam esvaziar o currículo através de sua desconexão com a realidade social do aluno, não promovendo o questionamento sobre as diferenças que resultam das desigualdades sociais.

Isso explica a perseguição e a desvalorização das ciências humanas e os docentes que se dedicam a ela. No site da organização, existe uma série de artigos criticando materiais didáticos, principalmente da área de Humanas, acusando seus autores de doutrinação⁹⁰.

A matriz curricular do Novo Ensino Médio corrobora essa desvalorização. Na Rede Estadual do RJ, por exemplo, as alterações passam a valer neste ano, em 2022.

⁸⁹ Adam Smith (1723-1790) defendia a livre concorrência, o livre comércio entre as nações, indivíduos e empresas, por ser contrário à intervenção do Estado na economia, ficou conhecido como o “pai do liberalismo econômico”.

⁹⁰ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Barra de busca:** material didático. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/?s=material+did%C3%A1tico>. Acesso em: 25 jun. 2021.

Vários componentes curriculares perderam carga horária, sendo a maior perda na última etapa do Ensino Médio. Nas disciplinas de Humanas, somente Sociologia estará presente no currículo, ficando de fora dos outros dois anos anteriores. Já as disciplinas de Natureza perderam toda sua carga horária na última etapa.

Em suma, quando essas primeiras turmas chegarem ao ano de conclusão do Ensino Médio, em 2024, terão apenas três tempos de Matemática, dois de Sociologia, três de Língua Portuguesa/Literatura, dois de Educação Física e dois de Língua Inglesa. O restante da carga será composto por três disciplinas eletivas que englobam reforço escolar ou Ensino Religioso, Língua Espanhola ou Estudos Orientados, uma outra de escolha de cada unidade escolar e por Projeto de Vida. Essa última disciplina está presente em todas as séries, ancorada nos duvidosos conceitos das habilidades socioemocionais, sendo uma maneira de ampliar a padronização para áreas relativas ao desenvolvimento da personalidade do aluno (FREITAS, 2018, p. 84).

Sobre essa ótica,

[...] é importante observar que, para que a escola continue a desempenhar de maneira relativamente suave seus papéis históricos complexos, na maximização da produção de conhecimento técnico e na sociabilização dos estudantes com a estrutura normativa exigida por nossa sociedade, ela tem [...] de tornar legítima uma perspectiva basicamente técnica, uma tensão da consciência que responde ao mundo social e intelectual de maneira acrítica. Ou seja, a escola precisa fazer com que tudo isso pareça natural. Uma sociedade baseada no capital cultural técnico e na acumulação individual do capital econômico precisa mostrar-se como se fora o único mundo possível. (APPLE, 1982, p. 126)

Abaixo os quadros com a disponibilidade curricular.

FIGURA 7: Matriz Curricular – Novo Ensino Médio (2022) Estado do Rio de Janeiro

PRINCIPAIS PONTOS DO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO - MATRIZ:



Tabela 1 - Carga horária - Formação Geral Básica

Área do conhecimento	Componente Curricular	CH Semanal			CH Anual			Total
		Série			Série			
		1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	
Ciências da Natureza	Biologia	2	2	0	80	80	0	160
	Física	2	2	0	80	80	0	160
	Química	2	2	0	80	80	0	160
Matemática	Matemática	4	3	3	160	120	120	400
Ciência Humanas	Filosofia	2	0	0	80	0	0	80
	Geografia	2	2	0	80	80	0	160
	História	2	2	0	80	80	0	160
	Sociologia	0	0	2	80	0	80	160
Linguagens	Arte	0	2	0	0	80	0	80
	Educação Física	2	0	2	80	0	80	160
	Língua Portuguesa/Literatura	4	3	3	160	120	120	400
	Língua Inglesa	2	0	2	80	80	80	240
CH Total FGB		24	18	12	960	720	480	2160

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2022.

FIGURA 8: Matriz Curricular – Novo Ensino Médio (2022) Estado do Rio de Janeiro (Carga Horária BNCC)

Tabela 2 - Carga Horária - Itinerários Formativos Ensino Médio Regular

Área do conhecimento	Componente Curricular	CH Semanal			CH Anual			Total
		Série			Série			
		1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	
Núcleo Integrador	Eletiva 1	1	1	1	40	40	40	120
	Eletiva 2	1	1	1	40	40	40	120
	Eletiva 3 – Catálogo disponibilizado pela Seeduc-RJ	2	2	2	80	80	80	240
	Projeto de Vida	2	2	2	80	80	80	240
Trilha de Aprofundamento	Componente de Área 1	0	2	4	0	80	160	240
	Componente de Área 2	0	2	4	0	80	160	240
	Componente de Área 3	0	2	4	0	80	160	240
CH Total IF		6	12	18	240	480	720	1440

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2022

Alinhados, o Escola sem Partido e o Novo Ensino Médio apresentam uma outra faceta que afeta o currículo e o material didático, a de neutralização de visões de mundo diferentes, pois, como exemplo, menciona-se o risco que a educação da cultura afro-brasileira e indígena sofrem com o encontro desses dois projetos.

Extensa é a desinformação dos brasileiros em relação a esses temas, uma vez que muitos ainda têm concepções preconceituosas, fruto dos padrões de dominação externa do português conquistador que se encarregou de demonizar e descreditar de tudo aquilo de que não fosse ocidental e vinculado aos valores liberais.

Para combater esse cenário, em 2008, entrou em vigor a Lei 11.645/2008⁹¹, que alterou a Lei 9.394/1996, já modificada pela Lei 10.639/2003⁹². No entanto a medida de 2003, art. 26-A, previa que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003). Já conforme a Lei 11.645, art. 26-A, “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008). Essas alterações surgem em um contexto de luta, que, segundo Penna (2017, p. 47-48), sofrem ameaças.

As leis 10.639 e 11.645, que tornam obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, se essa interpretação for legitimada, estão gravemente sob risco. Porque um professor que vai discutir, por exemplo, religião afro-brasileira, e algum aluno pode dizer “olha, não, não quero ouvir, isso é contra a minha crença”, ele estará respaldado nesse projeto de lei. Por isso, o Escola sem Partido já foi denunciado à ONU pelo Instituto de Desenvolvimento de Direitos Humanos como ameaça aos direitos humanos. (PENNA, 2017, p. 47-48)

O exemplo anterior exhibe duas temáticas que fogem dos “padrões” religiosos e sociais defendidos pelo ESP, mas outros pontos também são alvos desse projeto que não repensa as diferenças, não cobiça uma educação emancipadora e que impõe limites ao conhecimento.

Dado isso, entende-se que as interferências de projetos e instrumentos alinhados ao ESP são uma expressão da ideologia capitalista, pois age como cerco ao pensamento científico e crítico. Ao desenvolvimento de uma educação democrática, a burguesia garante “a anulação, o abortamento ou a corrupção de todas as polaridades utópicas de negação da ordem, que poderiam nascer no seio das classes burguesas” (FERNANDES,

⁹¹ BRASIL. **Lei nº 11.614, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 12 jul. 2018.

⁹² BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 12 jul. 2018.

1979, p.61). O que Florestan denomina de “luta sem quartel” é utilizado para designar uma das formas do cerco capitalista contra a “irradiação do comunismo, na tentativa de fragmentar a ‘revolução social’ nos países hegemônicos e da periferia do capitalismo”. (FERNANDES, 1979, p. 61;71).

As discussões em torno dessas intervenções na educação não são novas, mas ganharam muito fôlego no governo Bolsonaro, que vem desenvolvendo uma gestão deplorável na educação, um verdadeiro desmonte.

Em 5 meses de governo Bolsonaro, a pasta da Educação já contava com seu segundo ministro. Ambos tinham o combate ao marxismo nas escolas e o fim do que classificam como doutrinação dos professores no âmago de seus discursos.

O primeiro, Ricardo Velez, protagonizou declarações deploráveis. Afirmou em uma entrevista à Revista Veja, em fevereiro de 2019, que “o brasileiro viajando é um canibal. Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo. Esse é o tipo de coisa que tem de ser revertido na escola” (BRASILEIRO, 2019).

Na mesma entrevista concedida aos repórteres Gabriel Castro e Maria Clara Vieira, o ministro defendeu o fim das cotas, o retorno da disciplina Moral e Cívica e a cobrança de mensalidades nas universidades federais.

Ainda em fevereiro, as escolas de todo país receberam um e-mail do ministério pedindo para que os diretores filmassem os alunos cantando o hino nacional; na correspondência, “pede ainda que seja lida para elas uma carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que termina com o slogan do governo ‘Brasil acima de tudo. Deus acima de todos’”. (MEC, 2019).

A medida recebeu críticas de todas as partes e no dia seguinte o colombiano Vélez assumiu que errou em pedir que filmassem os alunos sem autorização dos pais, mas nada declarou sobre o bordão utilizado pelo presidente na campanha que deveria ser lido para os estudantes. Essa atitude clarifica o pensamento dos defensores do projeto ESP, pois, para eles, ideologia é somente a que eles não defendem.

Mas o principal alvo de Vélez, que saiu do cargo em 8 de abril de 2019, e de seu sucessor Abraham Weintraub, está sendo as universidades. O primeiro afirmou que a universidade não era para todos e que deveria ser reservada para uma elite intelectual, pois não fazia sentido um advogado estudar anos as leis para virar motorista (PASSARELLI, 2019). O segundo anunciou um corte de verbas severo em todas as instituições federais de ensino no país. O ato foi intitulado pelo governo de

contingenciamento, e o risco de colapso da educação federal era uma realidade, segundo reitores de diferentes instituições.

O ministro afirmou que o corte inicial em três instituições – Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) – tinha como justificativas a causa ideológica e a “balbúrdia” promovida em suas dependências, ou seja, manteve-se com argumentos rasos e até ilusórios, características basilares do projeto ESP e da gestão Bolsonaro.

Acontece que o corte fere o artigo 207 da Constituição (1988), em que se afirma que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A resposta do governo para as críticas foi estender o corte para todas as instituições federais, como se lê nos jornais do fim daquele mês de abril.

Após uma onda de críticas ao anúncio de que o MEC cortaria verbas de três universidades federais com base em princípios ideológicos, o governo Jair Bolsonaro (PSL) resolveu estender o bloqueio de 30% dos recursos a todas as universidades federais. Sem reconhecer que o uso de critérios ideológicos fere a Constituição, [...]. (SALDAÑA, 2019)

O Ministério da Educação (MEC) anunciou cortes às universidades que não apresentarem "desempenho acadêmico esperado" e que promovam eventos com "balbúrdia" em suas instalações. O anúncio foi feito durante entrevista do ministro Abraham Weintraub ao jornal "O Estado de S. Paulo". (O GLOBO, 2019)

Após desgaste com grupos políticos de apoio ao presidente, Weintraub anunciou sua saída da pasta em junho de 2020. O escolhido foi Carlos Decotelli, que não chegou a tomar posse, pois após sua nomeação fora descoberto fraude de qualificação curricular e uma investigação sobre plágio em sua dissertação de mestrado.

No mês seguinte, a ala evangélica consegue emplacar Milton Ribeiro no ministério. O pastor teceu críticas ao que ele chamava de questões com cunho ideológico em edições anteriores do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), afirmou que a convivência com alunos que possuem determinadas deficiências é impossível, além de ter associado famílias homossexuais a famílias desajustadas. Ribeiro também defendeu a ideia de que universidade é para poucos (TENENTE, 2021).

Sua atividade no cargo se encerrou no primeiro trimestre de 2022, quando prefeitos denunciaram que pastores, autorizados pelo ministro, cobravam propina de

prefeitos para a liberação de verba para educação. Após sua exoneração, o pastor foi preso preventivamente. Posteriormente, a pasta esteve sob a gestão de Victor Godoy Veiga, que já fazia parte da equipe do pastor Milton Ribeiro.

Diante do breve exposto, observa-se ministros apoiadores das ideias conservadoras do ESP e que alimentam seus seguidores com discursos de ódio contra o que eles entendem como esquerda, contra professores e homossexuais. A desqualificação da universidade pública, realizada pelos três, também os conecta com o ESP, mas a essência dessa ação é o projeto neoliberal para educação.

Privatizar ou cobrar mensalidades em universidades públicas é uma maneira de inibir as classes populares de acessar o curso superior e atender à demanda de uma fração burguesa que cobiça mão de obra barata e conformada. Assim,

[...] tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações [...] elas querem: manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore. (FERNANDES, 2006, p. 343)

As ideias sobre privatizações vêm sendo repaginadas nos últimos tempos, através do sistema de voucher, que ocorre a transferência de verbas públicas para a iniciativa privada, e tem como principal argumento

{...} que “assim como os ricos podem escolher as escolas nas quais querem matricular seus filhos, também os pobres devem poder fazê-lo”, Mas, como é óbvio, é a escola pública aberta a todos que tem que ter qualidade e, portanto, é nela que devem ser feitos investimentos para sua melhoria. [...] A ideia [...] tem a finalidade de justificar o aparecimento de uma “escola privada para pobres”, ou seja, as escolas públicas geridas por concessão privada, ou subvencionadas. **Os vouchers, portanto, são uma ação articulada com as escolas operadas por concessões.** (FREITAS, 2012, p. 386-387)

Contudo, sua essência é a mesma, manter o capitalismo, segundo Luís Carlos de Freitas (2012, p. 386).

O conceito de público estatal e público não estatal abriu novas perspectivas para o empresariado: a gestão por concessão. Desta forma, aquela divisão fundamental entre público e privado ficou matizada. Agora, abre-se a possibilidade do público administrado privadamente. O advento da privatização da gestão introduziu na educação a possibilidade de que uma escola continue sendo pública e tenha sua gestão privada (público não estatal) (PEDROSO, 2008). Continua gratuita para os alunos, mas o Estado transfere para a iniciativa privada um pagamento pela sua gestão. Há um “contrato de gestão” entre a iniciativa privada e o governo. Portanto, a bandeira da escola

pública tem que ser atualizada: não basta mais a sua defesa, agora termos que defender a escola pública com gestão pública. (FREITAS, 2012, p. 386)

Destarte, todo discurso do ESP em torno da defesa da família, da segurança nacional, de um determinado patriotismo, da moral, da cristandade e do fim da doutrinação ideológica nas escolas não passa de uma maquiagem (malfeita) para esconder os interesses das classes dominantes em privatizar a educação, que, além dos lucros, almejam ter a escola como uma instituição de controle de dominação burguesa, preservando e fortalecendo as condições econômicas, socioculturais e políticas através das quais ela pode manter-se, renovar-se, revigorar-se e promover ao poder burguês a máxima eficácia política (FERNANDES, 2006, p. 354).

Como consequência desse processo,

[...] o aprofundamento das desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes. Não só aumentou o fosso entre o “pobre” e o “rico” ou a distância socioeconômica, político-cultural e histórica entre as classes despossuídas e as classes possuidoras: o caminho para chegar à riqueza e ao poder fundado na riqueza tornou-se muito mais áspero e difícil. (FERNANDES, 2006, p. 324)

2.3 A concepção de professor do Escola sem Partido

[...] na medida em que as opções ideológicas conservadoras, liberais e radicais liberais, são toleradas e expõem os estudantes a uma irradiação sistemática de ideologias compatíveis com a ordem, com o controle conservador do poder e com a chamada neutralidade ética do intelectual, algo incompatível com a atitude política de qualquer inteligência militante. (FERNANDES, 1976, p. 228-229)

Para o desenvolvimento dessa etapa do trabalho, é importante frisar que o ESP não é contra todos os professores, mas sim contra aqueles que não atendem aos seus anseios de manutenção do status quo. Dessarte, individualizando as ações do docente, tentam esvaziar o sentido político do ensino e abordá-lo como algo puramente simples (SHIROMA; SANTOS, 2014, p. 36).

Na concepção conservadora e de extrema-direita do ESP, o problema mais grave da educação brasileira, a doutrinação, tem o professor como seu principal condutor, por isso a desqualificação do docente e de sua prática é berrante nos domínios da organização. Os ataques são de natureza diversa: assédio moral e intelectual; liberdade de expressão cerceada, prática pedagógica questionada e até incitação à violência física.

Esses ataques são postados diariamente nas redes sociais do programa. Os professores são tratados como sequestradores, que, com ação doutrinadora, cooptam o intelecto do aluno, desenvolvendo a relação afetiva de professor-aluno como de doutrinador-sequestrado. Partindo dessa ideia, os defensores do programa afirmam que muitos alunos sofrem do que o psiquiatra Nils Bejerot alcunhou de “Síndrome de Estocolmo⁹³”.

Essa é a imagem que o ESP propaga do docente, como um “agente do terror”, sugerindo que a relação docente-aluno ocorre pelo agenciamento do trauma por parte do docente que está em sala de aula e tem audiência cativa. As três imagens a seguir resumem bem essas ações.

Em uma sequência de imagens animadas, conhecida nas redes sociais como GIF (*Graphics Interchange Format* ou formato de intercâmbio de gráficos), a administração da conta do Escola sem Partido posta um vampiro, criatura folclórica que se alimenta do sangue de suas vítimas, desintegrando-se ao se expor à luz do sol. Na legenda, ele é comparado a um professor. É notória a intenção de estabelecer relações das vítimas do vampiro com as “vítimas” dos professores, os alunos, que têm os “bons valores” sugados pelos “doutrinadores travestidos de professores”. Outra conexão perturbadora é a de promoção do extermínio do docente, afirmando que um gravador em sala de aula provoca mais medo do que a luz do sol ao vampiro.

FIGURA 9: Print de uma postagem no Twitter do Escola sem Partido

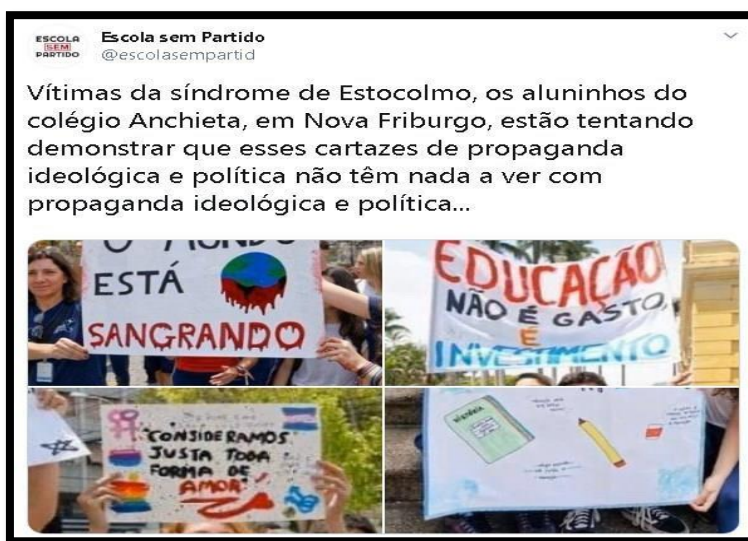


Fonte: TWITTER, 2020b.

⁹³ Estado psicológico em que a vítima de um crime passa a se identificar carinhosamente com o agressor. Para aprofundamento no tema ler, Isaele Iuana Dantas Nascimento e Lara Stresser Schmitt, link de seu trabalho nas referências.

Na sequência o ataque é contra uma escola privada do município de Nova Friburgo, região serrana do Rio de Janeiro, através de uma imagem postada na página oficial do Escola sem Partido pelo Twitter. Nela, alunos, menores de idade, são expostos segurando cartazes de assuntos da atualidade, como investimento na educação, problemas ambientais e reconhecimento de todas as formas de amor, mas, para os dogmas do ESP, a prática pedagógica é uma propaganda ideológica e política e os “aluninhos” são vítimas da Síndrome de Estocolmo.

FIGURA 10: Print de uma postagem do Twitter oficial do Escola sem Partido

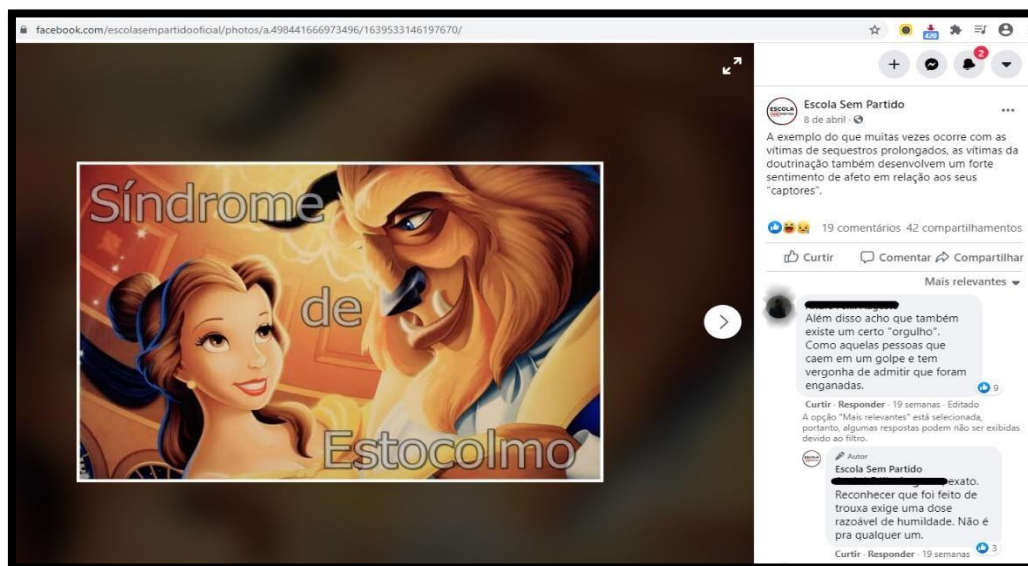


Fonte: TWITTER, 2019.

Em outra publicação⁹⁴, dessa vez no Facebook, é feita uma referência à síndrome com os personagens da história infantil A Bela e a Fera. A descrição da postagem afirma que as vítimas de doutrinação também desenvolvem um forte sentimento de afeto em relação aos seus “capttores”, a exemplo das vítimas de sequestros prolongados. Na resposta a um seguidor, que manifestou apoio à publicação dizendo que muitas dessas vítimas têm vergonha de assumir que foram enganadas, o administrador da conta do ESP responde que reconhecer que foi feito de “trouxa” não é para qualquer um.

⁹⁴ A página que foi feita a pesquisa não se encontra mais no ar, mas o endereço eletrônico da postagem está tanto na imagem quanto na fonte.

FIGURA 11: Print de uma postagem do Facebook oficial do Escola sem Partido



Fonte: FACEBOOK, [s.d.].

Visto como um agente corruptor de menores indefesos, o ESP propõe punição severa ao “doutrinador”, como se lê na aba de “Perguntas frequentes”⁹⁵ em sua página.

[...] sanções de natureza civil (reparação dos danos eventualmente causados aos alunos), administrativa (punição disciplinar) e penal: abusar da audiência cativa dos alunos para promover, em sala de aula, suas próprias opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias, pode render ao professor uma condenação a até 6 meses de detenção, a perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos (Lei 4.898/65). (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018)

A lei de 1965, citada no trecho acima, regula punições a quem comete abuso de autoridade no exercício de sua função; assim, é instalado na escola um clima policialesco sobre a prática docente. Não bastasse a evocação dessa medida, em 2015, o Deputado Federal Eros Biondini (MG), naquele período do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), hoje, do Partido Republicano da Ordem Social (PROS), propôs o projeto de lei 2731/2015⁹⁶, que pede a prisão do professor que promover qualquer tipo de ideologia em sala de aula, a detenção pode ir de seis a 24 meses.

⁹⁵ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **O que pode acontecer com o professor que desobedece os deveres previstos no cartaz?** Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em 20 jan. 2021.

⁹⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2731, de 20 de agosto de 2015**. Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node09meagi35gv8ifeq8v3zac1sa11648416.node0?codteor=1374936&filename=PL+2731/2015. Acesso em: 01 jun. 2021.

Além de sua promoção, a postagem tem objetivos bem diretos: intensificar a patrulha ideológica ao professor e promover o medo na prática docente, por temer perseguição e exposição sobre a acusação de doutrinação.

Segundo Penna (2016, p. 95), a desqualificação do professor é um procedimento discursivo do ESP, que

[...] não se dá por meio de uma argumentação racional, mas através de ataques pessoais e imagens que representam o professor, a escola e seus pensadores como ameaças a crianças inocentes, citando casos particulares considerados assustadores e insinuando que uma parcela significativa dos professores age da mesma maneira, mesmo que não tenham nenhum dado estatístico para apoiar essa generalização indevida. (PENNA, 2016, p. 95)

Outro objetivo do ESP com essas postagens é a responsabilização do docente por todas as mazelas da educação. Na aba “Perguntas frequentes”⁹⁷ da página oficial, o administrador do site diz que o programa não tira a autoridade do professor porque ela

[...] já está na lona, e não é por culpa do ESP nem dos alunos, que entram na escola aos 4 anos de idade! Ou seja, se eles chegam aos 15 sem respeitar seus professores, **só podemos concluir que isso acontece por culpa dos próprios professores e do ambiente de indisciplina e falta de hierarquia dentro das escolas.** Os responsáveis pelas **políticas públicas na área da educação são professores**, isto é, gente da área. Cabe a essas pessoas adotar medidas eficazes para restaurar a autoridade do professor. O que não se pode é manter os alunos (que são a parte mais fraca) na ignorância dos seus direitos, a pretexto de não debilitar a autoridade do professor. (BRASIL, 2015)

A partir desse excerto, destacam-se dois pontos: primeiro, a intenção de desqualificar as políticas educacionais. Não se pode atribuir essas ações à simples falta de conhecimento dos partidários do ESP em relação às medidas, pois são intencionais.

A realidade é que as escolas públicas carecem de sua autonomia; medidas, projetos, decretos e portarias chegam às direções que, em muitos casos, sem contestar, a reproduzem.

Sobre esse assunto, Ilma Passos Alencastro Veiga (2011, p. 15) afirma que a escola não pode ser submetida ao controle técnico burocrático de órgãos que ditam as normas. A descentralização do poder é uma pauta das escolas em busca de sua autonomia e qualidade, portanto, a afirmação da página omite, por falta de conhecimento ou

⁹⁷ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Perguntas frequentes:** O programa não tira a autoridade do professor em sala de aula? Disponível em: <https://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em 20 jan. 2021.

propositalmente, o surgimento dessas políticas, mas com muito afinco, sem levar em consideração o contexto histórico e a realidade da educação brasileira, responsabiliza o professor pela situação da educação.

O segundo ponto é a incoerência, pois o discurso do ESP, que coloca em suspeição a prática docente e instala um clima macarthista no ambiente escolar, é o mesmo que também culpabiliza o professor, por não se impor pela “indisciplina e falta de hierarquia na escola”. Posto isto,

[...] a tarefa proposta é intrinsecamente irrealizável, posto que a mudança do país – qualquer que seja – não está na esfera de atuação do professor, nem como criação nem como solução. Paradoxalmente, o apelo ao professor não significa sua valorização social, mas sua desqualificação nos planos discursivo e material. Compõe tal apelo a ideia de ausência – estaria ausente no professor mais vontade de ensinar; capacidade de refletir sobre sua prática; boa formação inicial; mobilização; investimento na formação continuada; implementar a política governamental... [...] Não raro, estão ausentes dessas preleções as condições materiais do trabalho e da existência do professor. (EVANGELISTA; TRICHES, 2014, p. 70 -71)

Em mais uma demonstração desses ataques, um professor vestido com uma camisa vermelha e uma estrela no peito coloca à força na boca de crianças uma cartilha com as cores do arco-íris. A figura do docente é bem dantesca, possui um olhar perverso. A cor de sua roupa faz referência às ideias socialistas/comunistas e a estrela, ao Partido dos Trabalhadores (PT). Já a cartilha significa que as ideias do que o ESP chama de ideologia de gênero são impostas pelo professor “esquerdista” nas escolas.

FIGURA 12: Print de uma postagem da página do Facebook do Escola sem Partido



Fonte: FACEBOOK, 2020.

Imagens como essa têm em sua essência a criminalização da relação professor-aluno. Não é por acaso que o professor Paulo Freire e sua pedagogia são execrados pelos defensores do ESP, patrono da educação do país. O brasileiro mais citado nas academias do mundo defende em suas obras a importância da relação professor-aluno para a prática educativa e a impossibilidade da neutralidade da educação, pois

[...] para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores a serem encarnados [...] era necessário que toda população nacional aceitasse que [...] miséria e fome [...] são uma fatalidade do fim do século. [...] Para que a educação não fosse uma forma política de intervenção no mundo era indispensável que o mundo em que ela se desse não fosse humano. (FREIRE, 1996, p. 111)

Pode-se considerar que o material até aqui selecionado para expor o pensamento do ESP em relação aos professores possui um teor agressivo implícito, mas a incitação à violência física ao professor em pelo menos uma oportunidade foi observada.

Em abril de 2020, quando o Superior Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionalidade do projeto de lei do ESP, a postagem foi a seguinte:

FIGURA 13: Print de uma postagem no Twitter do Escola sem Partido



Fonte: TWITTER, 2020.

Nos comentários os ataques continuam, não só aos professores que são chamados de abusadores, mas também ao Estado brasileiro, utilizando o termo “República de bananas” para designar um país com estruturas de governo fracas e/ou corruptas.

A patrulha ideológica montada pelo ESP lembra os preceitos da educação no III Reich. Em 1937, a Lei do Funcionalismo Civil exigia que os professores fossem executores das ideias nazistas e ainda prestavam juramento de obediência a Hitler. O candidato, a lecionar em uma universidade, era minuciosamente estudado por técnicos nazistas. Sua vida e opiniões eram investigadas, além disso, 2.800 professores foram demitidos durante os primeiros cinco anos do regime nazista, fugindo a maioria para Holanda, Suíça, Estados Unidos e Inglaterra (SHIRER, 2008, p. 336-340).

Entende-se, portanto, que o professor ideal para o ESP deve ser aquele executor das suas pregações, ou seja, alinhado ao modelo capitalista, o que Florestan (1989, p. 159) denomina de intelectual domesticado quando descreve a educação no período do Império no Brasil.

Nessa perspectiva, o professor é um agente puro e simples de transmissão cultural. Não existe uma relação criadora com o aluno, desse modo, é tido como um instrumento de dominação das elites e, para atender às demandas desse pequeno grupo de privilegiados, deve manter neutralidade ética com relações aos problemas que o cerca.

A ideia é afastar o professor da prática social e de sua opção política, a fim de que, sem o principal elemento da condição humana do professor, o de ser cidadão, ele se torne instrumento para manipulação de qualquer natureza, democrática ou totalitária (FERNANDES, 1989, p. 159-163), o que representa uma contaminação burguesa do trabalho intelectual, cindindo a prática da teoria, uma forma de atuação autoprotetora do liberalismo (FERNANDES, 1976, p. 230).

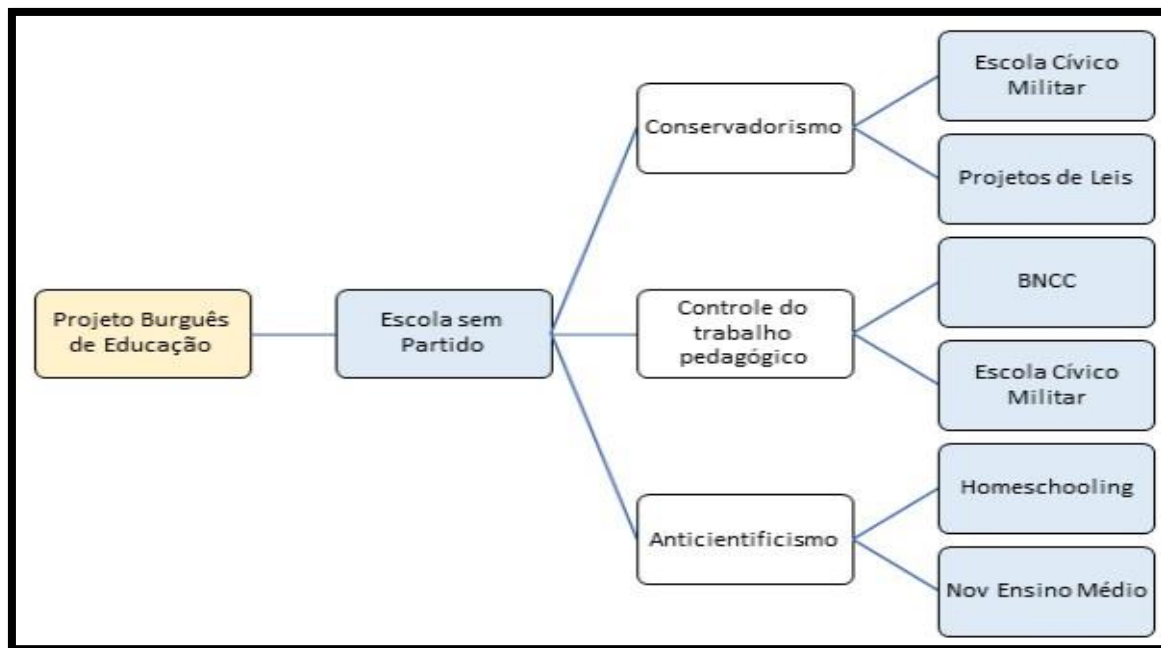
Assim, o capital, utilizando-se desses mecanismos, fortalece ainda mais a alienação do trabalhador, visto que a função da educação é atuar sobre as consciências para intensificar a exploração do trabalho de uma forma passiva e pacífica. Portanto, é necessário mascarar uma realidade de desemprego crônico e responsabilizar o indivíduo por um problema gerado pelo próprio capital em seu processo de acumulação. Em relação à educação e a pedagogia das competências, ela tem a função, nesta sociedade de classes, de contribuir com a disseminação de seus valores e interesses, apontando a questão da formação como o cerne da ocupação de uma vaga no mercado de trabalho, e a do professor como o responsável pela formação desse “novo” “homem trabalhador. (HOLANDA; FRERES; GONÇALVES, 2009, p. 131)

Além disso, a lógica do capital demanda sob o professor duras condições econômicas e profissionais, pois destrói seu plano de carreira e retira tempo de sua disciplina de formação para a inserção de empreendedorismo. Essa é a essência do ESP, um modelo de escola conservador, que controla o trabalho pedagógico aos interesses da

lógica do capital e anticientífico, pois elimina qualquer possibilidade de reflexão e questionamento ao modelo vigente.

Como síntese da discussão, apresenta-se neste capítulo o organograma⁹⁸ a seguir.

FIGURA 14: Organograma: Projeto Burguês de Educação e o Escola sem Partido: os desdobramentos em políticas públicas no Brasil atual



Fonte: O autor, 2022.

Em Duque de Caxias, a natureza autoprotetora para que o ESP advoga, sua essência, ficou nítida a partir de 2015, sendo um dos reflexos da crise da democracia instalada no país após as manifestações de 2013 e dos consequentes avanços da lógica capitalista na educação.

⁹⁸ No organograma caberia outras expressões do projeto burguês de educação, mas para efeito do foco desta dissertação o destaque ficará apenas no Escola sem partido. Por exemplo, o novo ensino médio não é um projeto exclusivo da escola sem partido, porem a dimensão de esvaziamento da ciência articula-se com o Escola sem Partido.

3 O PROJETO BURGUEÊS DE EDUCAÇÃO E O DESMONTE DA EDUCAÇÃO EM DUQUE DE CAXIAS

Este capítulo explicitará como a essência do Escola sem Partido, apresentada no decorrer dos capítulos anteriores, fez-se presente no município de Duque de Caxias. Para atender às necessidades do capital, foram sessões legislativas, intervenção no Plano Municipal de Educação (PME), projetos de lei, desmoralização do sindicato e o desmonte do plano de carreira dos profissionais da educação.

O município da região metropolitana fluminense tem grande capacidade econômica. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020)⁹⁹, seu Produto Interno Bruto (PIB), figura entre os 20 maiores do país, mas a boa arrecadação não é sinônimo de uma boa qualidade de vida para todos os municípios, pois o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é de 0,711, ocupando a posição 1574º no país¹⁰⁰.

Além da questão econômica, sobretudo em virtude da presença da REDUC, o município ganhou bastante evidência nos anos de 1990 e 2000, por efeito dos salários pagos aos profissionais de educação da rede. Para isso, foi fundamental a atuação de luta do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação – Núcleo de Duque de Caxias (SEPE – Caxias), por décadas. O sindicato

[...] foi fundado oficialmente em 1990, porém com histórico de organizações de lutas desde 1979. De acordo com sua direção, possui hoje cerca de 5.300 filiados, entre ativos e inativos. É um dos núcleos mais bem-sucedidos no Estado do Rio de Janeiro, com conquistas no plano de carreira que o diferenciam dos demais. (ANDRADE, 2017, p. 45)

Porém, segundo Fátima Bitencourt David (2011, p. 97), a partir dessa realidade, a Secretaria Municipal de Educação do município buscou promover a figura do então prefeito, José Camilo Zito¹⁰¹ (PSDB), como o grande promotor da educação pública, aquele que melhor remunera seus profissionais, apagando o histórico de luta dos

⁹⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em: 17 dez. 2022

¹⁰⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/37/0?tipo=ranking>. Acesso em: 17 dez. 2022

¹⁰¹ Prefeito de Duque de Caxias eleito por três vezes, 1996, 2000 e 2008.

professores. É nesse momento que a professora ressalta a importância da preservação da memória para o reconhecimento dos trabalhadores nesse processo de conquistas.

O trecho abaixo é um relato de uma professora que estava envolvida nessa esfera de ação.

[...] foi todo mundo junto, porque nós começamos também a participar mais do sindicato, e tudo que nós víamos lá com certeza mudava a nossa forma de pensar. Eu acho que era mais do que isso, o sindicato foi muito importante para a Barro Branco, nas parcerias, foi parceiro em todas os momentos que a gente teve que se contrapor a qualquer coisa que viesse atrapalhar nosso trabalho. Acreditou muito na gente, acho que acreditou até mais do que era nosso potencial na época, sabe? Acho que isso foi fazendo a gente ficar mais forte, porque havia pessoal que confiavam, que acreditavam que aquilo era um movimento de resistência. (DAVID, 2011, p. 99)

Também nesse contexto, Mariza Gonzaga, Soneli Ardt, Tarcísio Motta e Rose Cipriano¹⁰², já atuaram no município como professores e participaram da diretora do SEPE - Caxias, salvo Rose Cipriano, que ainda atua na rede. Os profissionais citados afirmam que as ações do sindicato, juntamente com outros movimentos, deram-se em várias frentes de luta, e tiveram resultados expressivos nos seguintes pontos:

- 1) por eleições diretas no município em 1985, visto que era considerado de segurança nacional desde 1968;
- 2) melhorias na infraestrutura das unidades escolares (banheiros, cozinha, equipamento como panelas, geladeiras e filtros)
- 3) a luta por vagas nas escolas ao lado do Poder Judiciário - ações do movimento social que resultaram em melhorias para sociedade;
- 4) preocupação com questões pedagógicas, como reforma curricular;
- 5) incorporação do debate sobre educação especial/inclusiva;
- 6) o questionamento às avaliações externas;
- 7) eleição para direção das unidades escolares;
- 8) reconstrução de escolas como o Santo Amaro no quarto distrito;
- 9) diálogo com a população – abrir para sociedade a realidade da escola
- 10) debate e fiscalização do orçamento público destinado as escolas;

¹⁰² MOTTA, Tarcísio. **Bate-papo sobre o Sepe Caxias com Rose Cipriano e a Coletiva Periférica.** Youtube, 25 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S9ikAcfxpkA>. Acesso em: 10 out. 2022.

- 11) Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental (FUNDEF) – destinado para educação infantil, hora-extra e funcionários – incorporado ao piso salarial dos professores;
- 12) abono salarial para os aposentados;
- 13) licença para estudo remunerada;
- 14) questão da memória e luta – Museu Vivo do São Bento e Museu de Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed)
- 12) debate corporativista – fortalecimento e manutenção do plano de carreira; melhoria salarial e 27 anos seguidos de reajuste;

Barão e Simões (2011, p. 183) também elencaram conquistas dos profissionais da educação do município com a intensa atuação do SEPE – Caxias, como na década de 1990, em que o sindicato lutou para garantir a participação da categoria na elaboração de metas para do Plano Decenal de Educação para Todos. Houve a presença também na construção do PME.

A atuação do SEPE em Duque de Caxias foi determinante para problematizar determinados aspectos no âmbito da comissão organizadora e sempre teve como referência conferir às escolas e suas comunidades a possibilidade de participarem ativamente na construção do PME. O SEPE integrou a comissão junto com demais instâncias da sociedade civil organizada como APAEP – Associação de Pais e Amigos da Escola Pública de Duque de Caxias. MUB – Federação das Associações de Bairros de Duque de Caxias e UEDC – União dos Estudantes de Duque de Caxias. (BARÃO; SIMÕES, 2011, p. 188-189)

As conquistas acima destacadas, frentes de luta do SEPE – Caxias, que historicamente tem participação recorrente nas demandas pedagógicas e políticas da rede municipal de Duque de Caxias (BARÃO e SIMÕES, 2011, p. 189), podem ser relacionados à análise de Engels (1874, p. 11) sobre o movimento alemão, que

[...] pela primeira vez, depois de se formar o movimento operário, a luta se conduz em suas três direções: teórica, política e econômico-prática (resistência contra os capitalistas), com tanto método e coesão. É nesse ataque concêntrico, por assim dizer, que reside a força invencível do movimento alemão. (ENGELS, 1874, p. 11)

As ações resultantes em conquistas dos profissionais de educação de Duque de Caxias diferem da neutralidade política e do ideal de professor defendido pelo ESP, pois

[...] o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil. Entretanto, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total. [...] Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo social. (MARX, 1847, n. p.)

Logo, as conquistas descritas anteriormente foram fruto de lutas nessas três direções, fundamentadas em um ativo diálogo entre sociedade e corpo docente na garantia de uma escola que atenda melhor a todos.

A direção da luta econômica faz frente aos avanços do capitalismo, isto posto, não deve ser limitada à questão salarial, muito menos ser dissociada da direção política de luta, pois, segundo Michelangelo Marques Torres (2020, p. 286),

[Marx] [...] [demonstrou] a importância da luta econômica em estabelecer um salário-mínimo necessário (físico e social) para a sobrevivência dos trabalhadores. Portanto, [...] reconhece o caráter limitado do sindicalismo: a luta econômica permanece restrita à lógica da regulamentação da exploração do trabalho e da melhoria do sistema de assalariamento, sempre passível às imprevisibilidades e a lógica da exploração. É nesse âmbito que o autor identifica a potencialidade de se avançar na luta sindical a partir de seus elementos políticos, uma vez que não se trata de uma luta com um fim em si mesma. Por isso, para Marx e Engels, a mobilização dos trabalhadores não deveria se limitar a defesa dos salários, empregos e redução da jornada de trabalho, embora fossem pautas imprescindíveis, mas deveria avançar com vistas à superação da lógica de exploração do capital sobre o trabalho, isto é, requer a luta política revolucionária para além da mera relação salarial. (Torres, 2020, p. 286)

Já a luta teórica fez-se presente no combate ao esvaziamento do professor e no resguardo à memória de luta, pois, “do ponto de vista político, a principal importância da teoria, além de guiar as lutas dos trabalhadores na superação do capitalismo, é evitar qualquer tipo de oportunismo, como o reformismo, por exemplo” (IELA, 2017, n. p.).

Segue abaixo o quadro com as conquistas dos profissionais da educação de Duque de Caxias relacionadas às três direções de luta.

QUADRO 3: Conquistas dos profissionais de educação de Duque de Caxias relacionadas às lutas políticas, econômicas e teóricas

Três direções - Engels	Conquistas dos profissionais de educação
	Movimentação pelas eleições diretas em 1985
	Melhorias na infraestrutura e reconstrução das escolas

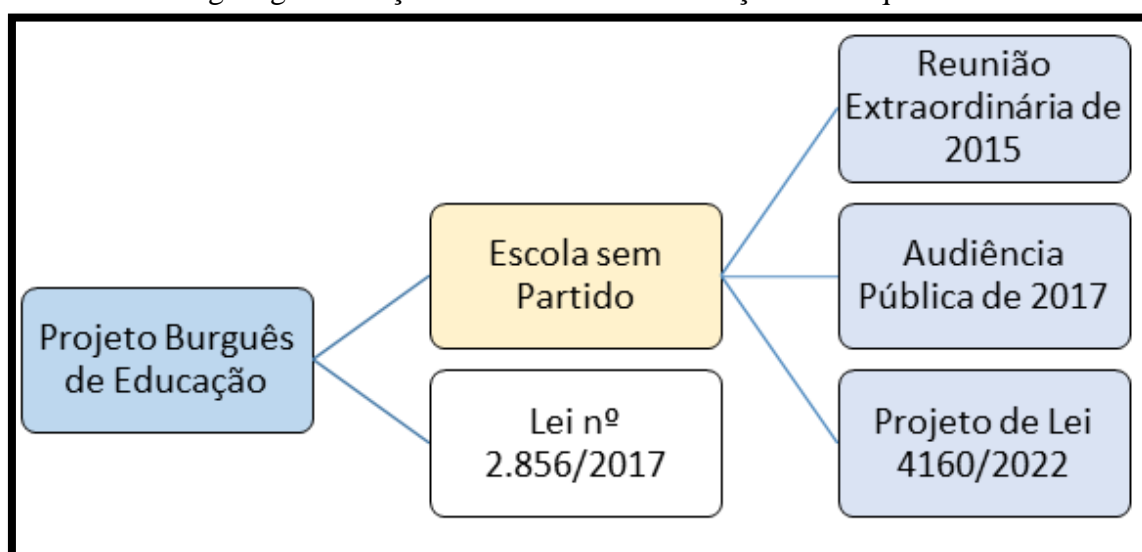
Direção de Luta Política	Garantia de vaga nas escolas do município
	Eleição para as direções das unidades escolares
	Debate sobre o orçamento
	Diálogo com a população sobre a realidade da rede
Direção de Luta Econômica	Incorporação do FUNDEF
	Abono salarial
	Licença remunerada para estudos
	Debate corporativista para melhoria salarial
Direção de Luta Teórica	Preocupação com as questões pedagógicas
	Plano Municipal de Educação
	Lutas pela implementação da Gestão Democrática
	Reforma curricular
	Questionamento às avaliações externas
	Formação dos Museus e Centro de Memória

FONTE: Elaborada pelo autor.

No entanto esse cenário de luta com conquistas importantes começou a se reverter a partir de 2015, tendo desdobramentos no município e se intensificou após o golpe de 2016, em Dilma Rousseff.

A seguir, no organograma, encontra a sistematização desses desdobramentos, ataques à educação, em seguida, como eles se desenvolveram.

FIGURA 15: Organograma: Ações de desmonte da educação em Duque de Caxias



Fonte: O autor, 2022.

Logo após o Senado aprovar seu impeachment, Dilma Rousseff destacou que os interesses dos golpistas era frear o que ela caracterizava como “projeto nacional progressista” e avançar com uma política liberal radical. Por esse motivo, o Golpe iria afetar o direito das pessoas, entre eles o da educação.

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social. [...] O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. (ROUSSEFF, 2016)

De fato, o que vem se observando, a partir da conjuntura que culminou no Golpe, no campo educacional, por um lado, é o desmonte da educação pública nas suas instituições e ações diretas nas escolas. Por outro lado, são observados os projetos e os instrumentos que fundamentam o Escola sem Partido, que se convergem com as práticas liberais no campo da educação, alcançando muita evidência.

A finalidade desse desmonte é a afirmação e reprodução das relações capitalistas para controlar as classes populares, tendo como algumas estratégias a precarização da escola e a pauperização do professor.

A primeira pode ser relacionada à passagem de Friedrich Engels (1874, p. 7), que, ao descrever as guerras camponesas na Alemanha, ressalta o poder dos assalariados agrícolas, que era reconhecido pelos senhores feudais e proprietários de terra. Destaca-se que uma maneira de controle era “deixando deliberadamente as escolas no marasmo a fim de que ela permaneça ignorante”.

A segunda estratégia apresentada é a pauperização do professor, que ganhou um tom mais intenso em 2017, com a aprovação da reforma trabalhista no governo Michel Temer, pela Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017¹⁰³, reforma que era um dos objetos de

¹⁰³ BRASIL. **Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 08 out. 2022.

cobiça do projeto “Uma Ponte para o Futuro”, ganhando a ordem neoliberal novos ensejos no país.

Dessarte, as classes dominantes mantêm a escola sobre sua gerência, assim como seus profissionais para essa finalidade e têm como importante aliado a expansão do empreendedorismo como disciplina, sobre “uma perspectiva acrítica e formadora do consenso em torno do sistema capitalista ao passo que vai silenciando qualquer perspectiva de transformação radical da sociedade” (DIAS, 2006, p. 11-12).

Uma educação pautada no modelo econômico capitalista não afeta somente a formação dos alunos com seu direcionamento às competências do capital, mas, em conjunto com a retirada de direitos dos professores, busca destruir o servidor e formar o professor empreendedor. Além disso, esse modelo acaba ressignificando os fundamentos do trabalho educativo para expropriar os elementos componentes do processo de trabalho da docência com o objetivo de assimilar a professora e o professor como difusores da noção de empreendedorismo (MARTINS; CASTRO, 2021, p. 174).

Não foi por acaso que, um mês depois da reforma trabalhista ser aprovada, iniciou-se em Duque de Caxias uma série de ataques à educação. O principal alvo foi o desmonte do plano de carreira dos profissionais da educação, em agosto de 2017.

Outro ponto importante para análise dessa situação é que a essa altura as ideias do ESP já eram utilizadas pelos representantes do Legislativo do município para legitimar e garantir posições conservadoras, sobretudo na educação.

O prefeito Washington Reis (MDB), em sua segunda passagem¹⁰⁴ pela prefeitura, conseguiu aprovar a Lei n.º 2.856, de 14 de agosto de 2017¹⁰⁵, que alterou e revogou direitos conquistados pelos professores desde a década de 1970. O quadro abaixo destaca como essa lei precarizou a carreira do magistério em Duque de Caxias.

¹⁰⁴ Washington Reis já foi eleito prefeito de Duque de Caxias pelo (MDB) três vezes: 2004; 2012 e 2016. A sua última passagem foi interrompida por sua renúncia em 2022, para compor, como vice, a chapa de Claudio Castro (PL) ao governo do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, em setembro de 2022, sua candidatura foi impugnada pelo Tribunal Regional Eleitoral por uma condenação que teve no Supremo Tribunal Federal por crime ambiental.

¹⁰⁵ DUQUE DE CAXIAS. Câmara Municipal de Duque de Caxias. **Lei nº 2.856, de 14 de agosto de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 1.024, de 11 de janeiro de 1991; altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 1.070, de 19 de setembro de 1991; altera dispositivos da Lei nº 1.329, de 15 de julho de 1997; altera dispositivos da Lei nº 1.606, de 28 de dezembro de 2001; altera dispositivos da Lei nº 1.652, de 29 de agosto de 2002; altera e acrescenta dispositivo da Lei nº 1.506, de 14 de janeiro de 2000 e revoga a Lei nº 85, de 26 de maio de 1976. Duque de Caxias, 2017. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=17880>. Acesso em: 17 ago. 2022.

QUADRO 4: Alterações realizadas pela Lei nº 2.856, de 14 de agosto de 2017, no plano de carreira dos professores da rede de Duque de Caxias

Leis	Situação	Mudança
85/1976	Revogada	Fim da gratificação de 20% para os professores do primário em exercício em escolas de difícil acesso;
1.024/1991	Alterada	Auxílio-transporte somente para quem recebe até R\$2.074,70; Não recebe o auxílio nas férias;
1.070/1991	Alterada	Diminuição de 12% para 6% na mudança de níveis; Enquadramento só poderá ser solicitado a cada três anos, antes era dois. Somente os servidores aprovados em estágio probatório poderão solicitar enquadramento por formação; A gratificação somente aos professores de efetiva regência, correspondendo a 20% (vinte por cento) do nível 1 da carreira do Magistério; Gratificação de difícil acesso em cima do nível 1
1.329/1997	Alterada	O profissional que acumula, 2 (dois) cargos de Magistério, fará jus a apenas uma gratificação, quando em ambas as matrículas for lotado na mesma unidade escolar classificada como de difícil acesso; Perda do auxílio transporte para os professores em escolas classificadas como difícil acesso ou difícil acesso;
1.506/2000	Alterada	Proibi a promoção em estágio probatório; As gratificações de acesso, não serão pagas aos servidores em licença (exceto maternidade, amamentação e paternidade);
1.606/2001	Alterada	Aula extra e dupla jornada Professores não têm direito à regência e gratificações de acesso; Títulos e gratificações não servirão como base de remuneração, bem como para o pagamento do 1/3 (um terço) de férias; O pagamento será por aulas-extras efetivamente ministradas, não se admitindo pagamento em dias de faltas, licenças a qualquer título, afastamentos, recessos escolares e férias do servidor.
1.652/2002	Alterada	Aula extra e dupla jornada Não será pago 1/3 de férias

Fonte: O autor, 2022.¹⁰⁶

Em 24 de junho de 2015, a Ordem do Dia do Legislativo caxiense era uma Emenda Supressiva ao item 15.3.5, “Educação, Gênero e Saúde”, do Plano Municipal de Educação (PME). Tratava-se do Projeto de Lei nº. 016/GP/2015, capeado pela mensagem nº.

¹⁰⁶ TARDIM, Filipo. O QUE MUDOU NA VIDA FUNCIONAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO APÓS A APROVAÇÃO DO PACOTE DE MALDADES DE W. REIS (LEIS 2855 E 2856 DE 14 DE AGOSTO DE 2017). **Sindicato dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – Duque de Caxias (Site)**. Duque de Caxias, 21 de setembro de 2017. Disponível em: <https://sepecaxias.org.br/o-que-mudou-na-vida-funcional-dos-profissionais-da-educacao-apos-a-aprovacao-do-pacote-de-maldades-de-w-reis-leis-2855-e-2856-de-14-de-agosto-de-2017/>. Acesso em: 10 set. 2022.

018/GP/2015, que abordava a adequação do Plano. Na prática os vereadores aprovaram a suspensão de qualquer debate sobre gênero nas escolas da rede. Dos 22 presentes, 20 votaram favoravelmente ao projeto somente um, Nivan Almeida, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), votou contrário à Emenda.

Entre aqueles que votaram a favor, suas justificativas foram correspondentes às ideias conservadoras do ESP, que podem ser vistas abaixo, mas por motivo de segurança os nomes dos vereadores foram substituídos por números de acordo com a ordem de inscrição do dia.

O vereador número cinco, ao votar a favor da Emenda, afirmou

[...] que cada um tem o direito de fazer o que quiser. Mas eu acho Senhor Presidente, que a maior discriminação é as pessoas quererem impor que as escolas ditem regras. O maior constrangimento será forçar as crianças através de uma cartilha ou de qualquer forma de impor o caráter de uma criança. Eu sou cem por cento a favor da família. (DUQUE DE CAXIAS, 2015, p. 4)

Na mesma linha, o vereador oito teve a seguinte fala:

Senhor Presidente, subo a esta tribuna nesta noite e acabei de receber um bilhete no qual uma Professora nos entregou dizendo que o Estado é laico. Realmente, o Estado é laico e quero parabenizar a Professora. Mas quero dizer que os líderes religiosos que estão aqui, estão aqui como cidadãos em defesa da família e da família tradicional [...]. Eu quero dizer, Senhor Presidente, público presente, que eu voto a favor da Emenda que é a favor da Família de Duque de Caxias. Obrigado, Senhor Presidente. (DUQUE DE CAXIAS, 2015, p. 5)

Essas duas citações podem ser relacionadas à ideia de Andrew Korybko (2018, p. 29-32), quando afirma que, para a desestabilização de um Estado, o indivíduo é um alvo fundamental. Desse modo, é importante explorar a vulnerabilidade dele em relação à família e à religião, passando ele a subjugar as instituições do Estado e, como consequência, o governo é esfacelado.

Entendendo a religião como um instrumento da burguesia na manutenção de seus privilégios, pode-se remeter àquilo que Paul Lafarge (1904, p. 1) afirma quanto ao tema.

[...] o cristianismo é, por excelência, a religião das sociedades que descansam sobre [SIC] as bases da propriedade individual e da exploração do trabalho assalariado; por isso, tem sido, é e será — diga-se e faça-se o que se quiser [SIC] — a religião da burguesia. Após mais de dez séculos, todos os seus movimentos, realizados só para organizar-se, para emancipar-se, ou para elevar ao poder a um dos seus, têm [SIC] sido acompanhados de crises religiosas, havendo posto sempre os interesses materiais, cujo triunfo

importava, sob a proteção [SIC] do cristianismo que declarava querer reformar e conduzir à pura doutrina do divino mestre. (LAFARGE, 1904, p.1)

Também sobre essa perspectiva, Elza Margarida de Mendonça Peixoto (2018, p. 116-117) faz uma análise sobre a crítica de Marx e Engels à religião e declara que

Marx e Engels contribuem para que compreendamos este processo quando alertam que as religiões são apresentadas como verdades sobre o mundo no qual vivemos, eliminados “da história todos os elementos materialistas” que as explicam como produções ideais próprias de “relações que nascem de um dado estágio do modo de produção”. Absolutizadas como representações eternas de uma vida eterna imutável, nos fazem crer na impossibilidade de existirem em suas raízes homens ativos que as produziram (todas) como representações de um mundo determinado em um tempo determinado, a partir de necessidades determinadas. [...]

É como ideologia que a religião é tratada por Marx e Engels. E é como ideologia que a religião é tratada por Marx e Engels. E é como aparelho ideológico de Estado que vão ser manipuladas pelos séquitos a serviço da acumulação privada. Trata-se de evitar que outra lógica de ideias que interesse as classes dominadas se estabeleçam. (MARX e ENGELS, 2018, p. 116 – 117)

Portanto, a religião é utilizada como base de justificativa (aparência) para políticas de pautas conservadoras em defesa da família, estratégia muito utilizada pelo ESP, enquanto a essência dessa estratégia é a regulação da ordem de acordo com o capital.

Nesse cenário, pode-se atribuir aos legisladores, atores operacionais, a intenção de instaurar um pânico moral na sociedade, para assegurar a falsa retórica burguesa sobre família e educação¹⁰⁷, pois, a fim de manter a ordem estabelecida, a propriedade, a religião, a família e a sociedade são repetidas como mantra ideológico pela burguesia (HARVEY, 2013, p. 152).

Sobre essa ordem estabelecida, neoliberal, a educação é pensada de maneira isolada, sem vínculos sociais e está associada somente à gestão, à distribuição de recursos. Seus defensores acreditam que a solução para os problemas da educação passa pela adoção do livre mercado, logo ocorre a depreciação do serviço público e do magistério, que torna o professor e a escola os únicos “responsáveis” pela aprendizagem (FREITAS, 2018, p. 37).

Essa característica tem como consequência a redução da educação à relação de consumo, em que o aluno é o consumidor, por isso tem direito sobre o prestador de serviço, o professor, não levando em consideração o caráter profissional do docente. Essa

¹⁰⁷ MARX e ENGELS, 2015, p. 84.

relação é flagrante a partir das falas de Miguel Nagib, pois o articulador do ESP afirma que o Código de Defesa do Consumidor inspirou o ESP (PENNA, 2017, p. 38-39).

Essa ótica do ESP, na culpabilização do professor, foi trabalhada no capítulo anterior. No site do programa, seus organizadores afirmam que o professor é o único responsável pelos problemas da educação, pois as políticas públicas para área são desenvolvidas pelos próprios docentes¹⁰⁸.

De modo semelhante, a Luís Carlos Freitas, Evaldo Priolli (2018, p.103), afirma que

[...] a verdade é que os atuais ocupantes do poder não ficam “em cima do muro” e querem liberar as empresas, desvinculando-as das suas responsabilidades sociais que envolvem as conquistas dos trabalhadores e de seus direitos para impor uma agenda do regresso e da total submissão da economia ao “despotismo do capital”. (PRIOLLI, 2018, P. 103)

A relação dessas ações com a concepção de educação do ESP é uma resposta do capitalismo e funciona como autodefesa para as classes privilegiadas, típico desse processo. Coloca-se acima de qualquer legalidade¹⁰⁹, além de promover uma caçada ininterrupta pelo controle das instituições da sociedade, do espaço público de uma maneira geral, em que a escola é uma dessas instituições, por essa razão

[...] os mecanismos de comunicação de massa suplementam, prolongam e aprofundam os efeitos da socialização básica de conformismo produzido pela educação pré-escolar e escolar, sem eliminar, contudo, as áreas de tensão e conflito que nascem do caráter antagônico das relações de classe. (FERNANDES, 1979, p. 23)

A outra atividade diretamente relacionada ao ESP no município foi uma audiência pública em 2017. Marcada para o dia 24 de novembro, a sessão foi extremamente tumultuada e encerrada antes do fim.

Segundo a recepção da Câmara e a assessoria de alguns vereadores da época, a sessão não foi registrada em ata, pois os ânimos ficaram muito exaltados¹¹⁰. Dessa forma,

¹⁰⁸ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Perguntas frequentes:** O programa não tira a autoridade do professor em sala de aula? Disponível em: <https://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em 20 jan. 2021.

¹⁰⁹ FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 34.

¹¹⁰ A busca por registros oficiais da Câmara sobre a audiência pública foi realizada primeiramente no site da casa. Nenhuma menção. Em seguida, foi realizado contato com a Câmara por telefone. Na recepção não souberam me informar como ter acesso ao documento e me sugeriram entrar em contato com alguns vereadores da época. O contato foi extremamente difícil, apenas um retornou dizendo que a sessão não foi registrada por conta das manifestações contrárias ao Escola sem Partido. Solicitei um documento oficial,

somente as postagens e algumas matérias de veículos de comunicação serviram de base para esta pesquisa.

O ESP contou com a presença de dois atores, anunciados como palestrantes: o articulador ideológico e prático, Miguel Nagib, e um operador, o vereador do município de Niterói, Carlos Jordy. Junto a eles vários grupos que se caracterizam como conservadores e contra o marxismo nas escolas levantavam cartazes com o dizeres da ordem: “Meu filho minhas regras”.

Contra o ESP, o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação – Núcleo de Duque de Caxias (SEPE – Caxias) conseguiu mobilizar um número satisfatório de professores, que ocuparam as galerias. Segundo Filipo Tardim (2017), a única voz de oposição que teve vez foi da Promotora Dra. Elayne, que após sua fala se retirou, pois, os defensores do projeto não debatiam com dados e sim com as próprias convicções.

Nessa direção, também apontam Jessilyn Gomes da Silva e Gleika Marques da Silva (2019, p. 4099), pois sustentam que

[...] na audiência pública em Duque de Caxias. Foi dito por um dos defensores do projeto que o Ensino de Geopolítica nas escolas é voltado ao incentivo do ódio contra nação norte-americana, tendo em mente que o mesmo disse que sua professora de Geografia parecia comemorar o atentado terrorista em 11 de Setembro de 2001 contra as Torres Gêmeas. Além disso, o orador argumentou que os alunos estão cansados de desse ensino de geopolítica. No entanto, na nossa pesquisa, os alunos apresentaram o conteúdo que mais preferem estudar em Geografia e definiram que eram os conteúdos relacionados à Geopolítica [...]. (SILVA e SILVA, 2019, p. 4099)

A precariedade nos registros percebidos na pesquisa é um dos fatores que alimenta a construção das próprias convicções sobre os fatos, sem nenhum tipo de documento que comprove tal afirmação, não passando de uma evidência anedótica, pois

[...] se tudo está arquivado, se tudo é vigiado, anotado, julgado, a história como criação não é mais possível: é então substituída pelo arquivo transformado em saber absoluto, espelho de si. Mas se nada está arquivado, se tudo está apagado ou destruído, a história tende para a fantasia ou o delírio, para a soberania delirante do eu, ou seja, para um arquivo reinventado que funciona como dogma. (ROUDINESCO, 2006, p. 9)

O ato foi convocado pela vereadora Deisi do Marcelo do Seu Dino, do Partido Trabalhista Cristão (PTC), atualmente, Agir.

mesmo que de punho próprio, para comprovar a informação, mas me foi negado. Os contatos ocorreram em março de 2021.

O Marcelo do Seu Dino, ex-vereador e ex-candidato a vice-prefeito na chapa do Áureo, também estava presente e fez memória de um grupo de Estudos que **aconteceu em 2015 na E. M. Barro Branco, com a presença do Dep. Federal Jean Wyllys, para tratar da questão de gênero e diversidade.** Naquele ano a Câmara retirou do PME toda a referência a gênero, numa das sessões mais vergonhosas que eu tinha visto até então, mas não adiantou de nada, pois os PCNs e o STF garantem que a discussão ocorra. Ele reclamou que era o único vereador presente e não foi chamado para compor a mesa, mas na época ele teve direito à fala. (TARDIM, 2017)

A vereadora continua se destacando no município quando o assunto é o Escola sem Partido. Em junho de 2022, o projeto de Lei n.º 4160¹¹¹, de autoria de Deisi, foi encaminhado ao prefeito Wilson Reis (MDB) para viabilizar um estudo no sentido de implementar o Programa Escola sem Partido no ensino do município.

FIGURA 16: Atores operacionais e intelectuais do Escola sem Partido em Duque de Caxias



Fonte: FACEBOOK, 2017.

Presentes na imagem, da esquerda para direita, a “ativista” Sara Winter, o vereador de Niterói Carlos Jordy, David Loureiro, que se apresenta como coordenador nacional do Movimento na Contramão, a vereadora de Duque de Caxias Deisi do Seu Dino e o corifeu do Escola sem Partido, Miguel Nagib.

¹¹¹ Não foi encontrado esse projeto de lei na íntegra nos sites da prefeitura e da Câmara Municipal de Duque de Caxias. A única menção ao projeto é uma notícia vinculado ao site da Câmara Municipal, em que a parlamentar Deise envia o projeto para a avaliação do prefeito. **CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. Parlamentares da Câmara Municipal de Duque de Caxias encaminham demandas ao Poder Executivo.** 07 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=23699>. Acesso em: 10 set. 2022.

FIGURA 17: Interior da Câmara de Duque de Caxias no dia da Audiência Pública



Fonte: TARDIM, 2017.

A proposta da vereadora em 2022 explicita como o inconstitucional e partidário Escola sem Partido ainda é pauta recorrente daqueles que querem manter sua base política sobre o conservadorismo para atender à demanda do capital na educação.

Isto posto, entende-se que, sobre os preceitos do ESP, “o conhecimento escolar é reduzido ao que é pragmático e ao que leva o indivíduo a se adaptar e não a buscar mudanças em seu meio” (MALANCHEN, 2014, p. 37). Ou seja, a escola reproduz a dominação burguesa, prima pela manutenção do status quo e pela formação de um homem unilateral, voltada apenas ao mercado de trabalho, atendendo à lógica capitalista de formar cidadãos limitados e sem conhecimento histórico.

A defesa da família através da reunião extraordinária para retirada de qualquer debate sobre gênero do Plano Municipal de Educação e o ataque à participação de Jean Wyllys, então Deputado Federal, em um debate sobre o mesmo tema na Escola Municipal Barro Branco, é a aparência da questão, enquanto a essência, além de ter um caráter eleitoral, busca garantir

[...] a lógica do capital de destruir a integridade de todos os valores de uso e impor o valor de troca a toda produção de valor. Isto, por seu lado, significa que a lógica cultural do capitalismo consiste em produzir uma cultura uniforme de puro consumo, de puro fetichismo da mercadoria. (AHMAD, 1999, p. 118)

Essas situações são expressões de como no capitalismo dependente existe quase que uma impossibilidade de uma educação democrática, pois

[...] ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia. Assim, o que “é bom” para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações de valor menos que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social. A noção de “democracia burguesa” sofre uma redefinição, que é dissimulada no plano dos mores, mas se impõe como uma realidade prática inexorável, pela qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa. (FERNANDES, 2006, p. 340)

Portanto, não é do interesse do ESP o entendimento e questionamento de um processo que possa importunar a classe dominante. Para isso, a escola pretendida pelos seus apologistas objetiva a promoção da ignorância através do desconhecimento histórico para a formação de ajustados, inúteis e inofensivos aos padrões e às regras estabelecidos pela burguesia ao longo do tempo.

Em Duque de Caxias, observa-se uma agenda política conservadora, em que os fundamentos do ESP norteiam boa parte de seus legisladores, pois, mesmo inconstitucional há dois anos, o projeto ainda é evocado na Câmara do município.

Por outro lado, as atuações organizadas, articuladas e em diálogo entre docentes e população, na direção das três lutas (política, econômica e teórica) não foram importantes somente para conquistas, mas também estão sendo fundamentais para conter o desmonte do plano de carreira, garantir o funcionamento dos centros de memória e resistir aos encaminhamentos do professor empreendedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas primeiras linhas desta dissertação, apresentei as causas que me levaram a escolher o curso de História na graduação e o tema para essa pesquisa, o Escola sem Partido. Dessarte, pretendo também iniciar a etapa de conclusão expressando minhas preocupações com os desdobramentos do Escola sem Partido e, em seguida, uma breve análise dos capítulos respondendo os problemas que foram levantados no decorrer da pesquisa.

Visto que, mesmo sendo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em 2020, o ESP é uma realidade nas instituições de educação do país. Lecionar em um ambiente proposto por seus correligionários não é tarefa fácil, pois a possibilidade de ser exposto, a qualquer momento, em uma rede social ou através de um processo administrativo aterroriza, o que é intencional.

Toda essa problemática se dá por levar conhecimento ao discente, por refletir sobre as desigualdades, por debater diferentes ideias políticas e até assumir um compromisso político para com as classes populares. A suposta doutrinação classificada como ato criminoso, que o ESP tanto diz combater, não está no papel desse professor cidadão, que assume uma postura crítica frente às desigualdades postas pelo capitalismo, mas está com aqueles que defendem uma formação anticientífica para as classes populares, visando ao seu adestramento e conformação com a realidade.

Por isso, essa pesquisa buscou responder quais pressupostos o Escola sem Partido apresenta como um dos agentes dos interesses do capital na educação pública em geral e especificamente em Duque de Caxias, pois sua prática e essência conservadora tendem a reproduzir e potencializar o capitalismo.

Ao longo do primeiro capítulo, apresentou-se o agitado cenário político e econômico em que o Escola sem Partido foi sendo construído, suas semelhanças com a concepção de educação na Ditadura Civil-Militar e como, mesmo com a redemocratização e a promulgação de uma Constituição, em 1988, não foi suficiente para sepultar esse período da História do país.

Uma das principais pautas levantadas nas manifestações de 2013 foi a corrupção, amplamente utilizada pela oposição de Dilma Rousseff, que, mesmo sendo protagonista de muitos escândalos, conseguiu orquestrar um golpe jurídico-midiático-parlamentar na presidenta do PT.

Simultaneamente, com a crise do capitalismo, existia a necessidade de a burguesia intensificar as políticas neoliberais, mas o projeto proposto pelo PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer, denominado de “Uma Ponte para o Futuro”, foi negado pela presidenta.

O projeto traçava caminhos para a implantação de políticas como privatizações, abertura comercial e uma reforma trabalhista, sendo apontadas como medidas fundamentais para o desenvolvimento do país. Pode-se afirmar que sua recusa deu alicerce econômico para o Golpe, confirmado pelo próprio Temer posteriormente.

É nesse clima de instabilidade que grupos favoráveis ao Golpe ganharam muita popularidade em redes sociais na internet com postagens agressivas, reacionárias, mentirosas (fake news) e por uma aparente defesa dos valores cristãos, da família e do país contra o comunismo.

Um desses grupos foi o Escola sem Partido, que possui estrutura e conjuntura que atende a uma concepção burguesa de educação cujas bases são as temáticas morais e anticientíficas, assim como na Ditadura Civil- Militar (1964-1985).

Permanências desse regime de exceção, após 1985, possibilitaram a ação da lógica do capital e o avanço de concepções conservadoras na educação, como o Escola sem Partido que, ao longo do trabalho, revelou-se que sua essência é alinhar a educação ao aparato produtivo. Para isso é necessário promover uma educação anticientífica.

O que permite afirmar que o Escola sem Partido é uma reedição e atualização dos princípios educacionais tornados políticas da Ditadura são as reformas na educação realizadas nesse período, que tinham como prioridades a manutenção da estrutura socioeconômica e seus agentes consideravam qualquer oposição como comunista e subversiva. Além disso, outro ponto de encontro é a precariedade intencional da formação, que agudiza seu caráter antagônico à ciência, mais uma face da sua essência.

A primeira etapa desse trabalho trata ainda da virada conservadora nos anos 2000. Em várias partes do mundo, políticos de extrema-direita ascenderam, de maneira que a burguesia passou a defender com mais intensidade seus interesses neoliberais. Para atender aos seus objetivos, esses governos implementam uma série de “reformas” trabalhistas, da previdência e na educação, por exemplo.

No Brasil, as reformas neoliberais na educação promoveram extinção de matérias e disciplinas do currículo, além de um projeto de lei 2170/2019¹¹², que estabelecia

¹¹² BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei N° 2170, 05 de abril de 2019**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir

disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, Empreendedorismo e Matemática financeira.

As duas primeiras disciplinas foram preteridas com justificativas de adequação ao ideal de segurança nacional e questões morais, enquanto as duas últimas marcam a inserção das escolas no mercado de acordo com a pedagogia das competências. Com isso, ocorre, portanto, uma formação para aceitação, conformismo e naturalização do homem ao ambiente de desigualdade, bem similar ao que norteava as políticas públicas de educação na Ditadura.

O capítulo dois apresenta o Escola sem Partido, programa criado em 2004, dizendo-se comprometido com o objetivo de combater a doutrinação ideológica partidária promovida por professores de esquerda nas instituições de ensino de todo país. Seu aparente criador e difusor foi o advogado paulista Miguel Nagib, articulista de um aparelho privado de hegemonia, que se destaca pela defesa dos avanços de políticas conservadoras e neoliberais no país, o Instituto Millenium.

Esse aspecto deixa claro a essência de classe burguesa do Escola sem Partido e o seu interesse em operacionalizar, colocar em prática uma educação para adaptação à realidade capitalista. Logo, seu discurso de neutralidade é uma aparência, para intensificar a implantação do pensamento liberal na educação.

O Escola sem Partido só alcançou popularidade em 2011, na esteira do “Escola sem Homofobia”. A partir de então, seus agentes assumiram uma aparente postura de defesa da família e dos valores cristãos. Nesse momento, as ações do programa saíram das redes sociais e passaram a atuar no campo legislativo, em políticas públicas da educação e no cerceamento ao trabalho do professor.

Projetos de leis surgiram em todo o país. Na página oficial da organização, foi disponibilizado um modelo para que parlamentares entrassem com a proposta nas casas legislativas. O Escola sem Partido tornou-se uma excelente peça publicitária eleitoral para candidatos conservadores, beneficiando, inclusive, a família Bolsonaro.

Outros fatores instrumentalizaram e instrumentalizam posteriormente o Escola sem Partido na educação do país, como a Base Nacional Comum Curricular, Novo Ensino

empreendedorismo, matemática financeira, educação moral e cívica e organização social e política do Brasil - OSPB no rol dos temas transversais obrigatórios da educação básica. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7939635&ts=1594034157379&disposition=inline>. Acesso em: 30 abr. 2021.

Médio, a militarização de escolas, o *homeschooling* e o próprio governo Bolsonaro¹¹³, pois o Escola sem Partido, assim como esses instrumentos, promove o boicote das classes populares a uma educação emancipadora.

Já em relação aos professores, é importante dizer o Escola sem Partido promove críticas e perseguição somente contra aqueles que não atendem aos seus anseios de manutenção de status quo, logo o professor que debate temas sensíveis à realidade, deve ser censurado.

O último capítulo tratou da representatividade do Escola sem Partido na Câmara Legislativa de Duque de Caxias, a partir de dois pontos, que são as ações diretas do Escola sem Partido. Pode-se destacar a Reunião Extraordinária de 2015, que impediu o debate de gênero no Plano Municipal de Educação e a audiência pública em 2017, que agentes do Escola sem Partido propuseram a agenda do programa, como também o Projeto de Lei 4160/2022, da vereadora Deise do Seu Dino, que não foi aprovado.

O segundo ponto é a Lei 2856/2017¹¹⁴, implementada após a reforma trabalhista, que promoveu o desmonte da carreira dos profissionais da educação do município, saqueando conquistas garantidas ainda no período da Ditadura no Brasil.

Os dois pontos reforçam a lógica de um projeto burguês para educação, tanto na tentativa de promover uma educação para formar inofensivos, quanto na desmoralização do professor, não só intelectual, mas também econômica.

É importante ressaltar que esta pesquisa não é conclusiva sobre o tema. Durante o trabalho, vários eixos para novas abordagens foram surgindo, como políticos que entraram com proposta de lei com a temática do Escola sem Partido e adquiriram ações de empresas ligadas ao setor educacional; o comportamento dos candidatos eleitos que assumiram, em campanha, o compromisso público com o Escola sem Partido e o aprofundamento das implicações no currículo escolar.

¹¹³ Não conseguiu se reeleger no pleito de 2022, para o Executivo Nacional. Nessa eleição, Luís Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito para seu 3º mandato.

¹¹⁴ DUQUE DE CAXIAS. Câmara Municipal de Duque de Caxias. **Lei nº 2.856, de 14 de agosto de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 1.024, de 11 de janeiro de 1991; altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 1.070, de 19 de setembro de 1991; altera dispositivos da Lei nº 1.329, de 15 de julho de 1997; altera dispositivos da Lei nº 1.606, de 28 de dezembro de 2001; altera dispositivos da Lei nº 1.652, de 29 de agosto de 2002; altera e acrescenta dispositivo da Lei nº 1.506, de 14 de janeiro de 2000 e revoga a Lei nº 85, de 26 de maio de 1976. Duque de Caxias, 2017. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=17880>. Acesso em: 17 ago. 2022.

Diante do exposto nesta dissertação, observa-se que o Escola sem Partido é essencialmente um projeto que busca garantir a ideologia burguesa, seja a partir da censura e desqualificação do professor, seja por instrumentos como a BNCC.

Desse modo, é fundamental promover o debate sobre o assunto, deixar claro as deficiências que o Escola sem Partido promove na aprendizagem, combater e punir os envolvidos com fake news e sempre afirmar que as propostas desse movimento são inconstitucionais.

Deve-se tirar seus idealizadores da zona de conforto, da posição de partidários e defensores de valores éticos e morais e revelar sua essência anticientífica e criminosa ao propor uma educação que impede qualquer tipo reflexão e questionamento sobre a realidade.

Para isso, é necessária uma formação comprometida com uma educação emancipadora, em que o docente seja valorizado ao assumir uma postura de cidadão, uma vigilância severa com qualquer posicionamento favorável à concepção de educação defendida pelo Escola sem Partido.

REFERÊNCIAS

_____. NO INDOCTRINATION. <https://www.noindoctrination.org>. Endereço eletrônico indisponível desde 2016

‘BRASILEIRO viajando é canibal’, diz ministro da educação a revista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/brasileiro-viajando-e-canibal-diz-ministro-da-educacao-a-revista.shtml>. Acesso em: 05 mar. 2019.

AHMAD, Aijaz. Pós-Modernismo e Movimentos Populares: Problemas de classe e cultura. *In*: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (Orgs.). **Em Defesa da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ALAGOAS. Assembleia Legislativa de Alagoas. **Projeto de lei ordinária nº 69 de 2015**. Institui, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino o Programa "Escola Livre". Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/materia/64>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ALAGOAS. Assembleia Legislativa de Alagoas. **Lei Ordinária nº 7.800, de 05 de maio de 2016**. Institui, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino o Programa "Escola Livre". Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/norma/1195>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola "Sem" Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense**. 1. ed. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

AMARAL, Roberto. A. **A serpente sem casca: Da 'crise' à Frente Popular**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/12/Roberto-Amaral-A-serpente-sem-casca-Da-crise-%C3%A0-Frente-Brasil-Popular-2016.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2022.

AMARO, Tania. Duque de Caxias: de distrito a município. *In*: **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias: Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano XVIII, nº 18, dezembro de 2019.

ANDRADE, Marluce Souza de. **O sindicato dos professores como espaço de formação**. Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/33971/33971.PDF>. Acesso em: 17 jan. 2023.

ANNUNCIATO, Pedro. Menor do que parece: Desde 2014, apenas 18 projetos de lei entraram em vigor. Entenda. **Nova Escola**. 311. ed. 13 de abril de 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11636/escola-sem-partido-menor-do-que-parece>. Acesso em: 16 jun. 2021.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**, São Paulo: Brasiliense, 1982.

- APPLE, Michael W. “ENDIREITAR” A EDUCAÇÃO: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 1, pp.55-78, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2002/vol2/no1/4.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARAUJO, Viviane da Silva. Não se meta com meus filhos: gênero, família e discurso conservador na crise democrática latino-americana. **REVISTA TRANSVERSOS**, v. 1, p. 86-106, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/50331>. Acesso em: 09 ago. 2021.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- AYERBE, Luís Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Unesp, 2004.
- BAND JORNALISMO. **Bolsonaro diz que será preciso fazer escolha**. Youtube, 06 de agosto de 2019. 1min. 32s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mcX8DtHGTv4>. Acesso em: 20 set. 2021.
- BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. **Conferência Mundial de Educação para todos - um novo consenso para universalização da educação básica**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação de Humanidades, - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/gilcilene_de_oliveira_damasceno_barao-ME.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.
- BARÃO, G. O. D.; SIMÕES, N. de A.. Professores e sindicato na construção do Plano Municipal de Duque de Caxias: protagonistas deste processo. **CADERNOS DE PESQUISA: PENSAMENTO EDUCACIONAL**, v. 6, p. 178-198, 2011. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/418>. Acesso em: 17 jan. 2023.
- BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno; SARTORI, Leandro. O Plano Nacional de Educação e a implementação do princípio da gestão democrática: possibilidades e contradições. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n. 33, 2016. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/455/1290>. Acesso em: 07 mar. 2021.
- BARROS, José D’Assunção. **Teoria e Formação do Historiador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão - SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Patrick/Downloads/15006-Texto%20do%20artigo-43573-1-10-20201225%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Patrick/Downloads/15006-Texto%20do%20artigo-43573-1-10-20201225%20(2).pdf). Acesso em: 01 set. 2021.

BIMBATI, Ana Paula. Bia Kicis cria disputa para aprovar homeschooling e pode afetar 40 milhões. **UOL**. Educação. São Paulo, 09 de junho de 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/06/09/bia-kicis-disputa-aprovar-educacao-domiciliar-afetar-40-milhoes-alunos.htm>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BIMBATI, Ana Paula. Homeschooling: Kicis avança, mas governo deve priorizar projeto de Canziani. **UOL**. Educação. São Paulo, 10 de junho de 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/06/10/ccj-aval-projeto-homeschooling-bia-kicis-bolsonaristas-psl.htm>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 3179 de 08 de fevereiro de 2012**. Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=963755&filename=PL+3179/2012. Acesso em: 01 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7180, de 24 de fevereiro de 2014**. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filename=PL+7180/2014. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7181, de 24 de fevereiro de 2014**. Dispõe sobre a fixação de parâmetros curriculares nacionais em lei com vigência decenal. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230838&filename=PL+7181/2014. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 867, de 26 de março de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2731, de 20 de agosto de 2015**. Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node09meagi35gv8ifeq8v3zac1sa11648416.node0?codteor=1374936&filename=PL+2731/2015. Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3261 de 08 de outubro de 2015.** Autoriza o ensino domiciliar na educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio para os menores de 18 (dezoito) anos, altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2017117>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 10185 de 09 de maio de 2018.** Altera a Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2174364>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2401 de 17 de abril de 2019.** Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198615>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3159 de 28 de maio de 2019.** Adiciona o § 6º ao art. 5º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer que a educação domiciliar não poderá substituir a frequência à escola. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2205161>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3262 de 03 de junho de 2019.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir o parágrafo único no seu art. 246, a fim de prever que a educação domiciliar (homeschooling) não configura crime de abandono intelectual. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2206168>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5852 de 05 de novembro de 2019.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para permitir o ensino da educação básica por meio de tutores autônomos. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228282>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6188 de 27 de novembro de 2019.** Acrescenta parágrafos ao art. 58 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação domiciliar para educandos que se inserem na modalidade de educação especial. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2230887>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 5 jan. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto; Seção I Da Educação, Art. 205. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto; Seção I Da Educação, Art. 206. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_206_.asp. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto; Seção I Da Educação, Art. 213. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_213_.asp. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 101, de 3 de julho de 2019a.** Acrescenta § 3º ao art. 42 da Constituição Federal para estender aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o direito à acumulação de cargos públicos prevista no art. 37, inciso XVI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc101.htm. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Brasília, nov. 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Brasília, ago. 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 12 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.614, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 12 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 08 out. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Primeiro e Segundo Ciclos do ensino fundamental - História e Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 193, de 03 de maio de 2016**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3410752&ts=1545350833160&disposition=inline>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. 3ª reimpressão. Brasília: 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2170, 05 de abril de 2019**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir empreendedorismo, matemática financeira, educação moral e cívica e organização social e política do Brasil - OSPB no rol dos temas transversais obrigatórios da educação básica. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7939635&ts=1594034157379&disposition=inline>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.580 Alagoas. Direito Constitucional. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Programa Escola Livre. Lei Estadual. Vícios formais (de competência e de iniciativa) e afronta ao pluralismo de ideias. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. Brasília, 24 de agosto de 2020. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1132985901/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-5580-al-4003569-9020161000000/inteiro-teor-1132985902>. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais 2014. Milton Rangel. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2014/680/RJ/190000000017/bens>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais 2018. Milton Rangel. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/RJ/190000609020/bens>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BERCIVICI, Gilberto. A Questão Agrária na Era Vargas (1930- 1964). **História do Direito: RHD**. Curitiba, v.1, n.1, p. 183-226, jul. – dez. 2020.

BERGAMO, Mônica. Líder do grupo Mães pelo Escola Sem Partido é nomeada a cargo na cultura: Indicação de Gislaíne Targa dá continuidade à guinada conservadora na pasta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/01/lider-do-grupo-maes-pelo-escola-sem-partido-e-nomeada-a-cargo-na-cultura.shtml>. Acesso em: 18 jun. de 2021.

BOITO JR., Armando. A burguesia no Governo Lula. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.1, n.21, 2005, p.52-76. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo120artigo3.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

BOITO JR, Armando. **Armando Boito Jr: Lava Jato, classe média e burocracia de Estado**. Vermelho, 4 de outubro de 2016. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2016/10/14/armando-boito-jr-lava-jato-classe-media-e-burocracia-de-estado/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BOITO JR. Armando. A corrupção como Ideologia. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.44, p.9-19, 2017. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2017_10_01_17_43_21.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

BOITO JÚNIOR, A. **Reforma e Crise Política no Brasil: Os conflitos de classe no governo PT**. Campinas, SP: UNICAMP/ São Paulo, UNES, 2018.

BOLSONARO, Jair. **Live de toda quinta-feira com o Presidente Jair Bolsonaro – 20/08/2020**. Publicado pelo canal Jair Bolsonaro. Youtube, 20 de agosto de 2020. 23min. 25 s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1sWkcMxBIO4>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BONIS, Gabriel. 'Escola sem Partido': como o ensino também virou polêmica na Alemanha. **BBC News Brasil**, Berlim, 17 de nov. de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46188434>. Acesso em: 20 mai. 2021.

BORTONI, Larissa. Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo. **Rádio Senado**. Brasília, 17 de mai. de 2018. Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/05/16/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BOTO, Carlota. “Homeschooling”: a prática de educar em casa. **Jornal da USP**. Artigo. São Paulo, 16 de março de 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/homeschooling-a-pratica-de-educar-em-casa/>. Acesso em: 26 fev. 2022.

CAESAR, Gabriela. Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Câmara dos Deputados, partido a partido. **G1**. Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2018.

CALGARO, Fernanda. Comissão da Escola Sem Partido encerra trabalhos sem votar parecer; projeto será arquivado. Projeto proíbe que professores manifestem posicionamentos políticos ou ideológicos e que discutam questões de gênero em sala de aula. Foi a 12ª reunião convocada para votar o parecer. **G1**. Brasília, 12 de nov. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/12/11/comissao-da-escola-sem-partido-encerra-trabalhos-sem-votar-parecer-projeto-sera-arquivado.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Parlamentares da Câmara Municipal de Duque de Caxias encaminham demandas ao Poder Executivo**. 07 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=23699>. Acesso em: 10 set. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Revista Pilares da História**. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474. Acesso em: 25 mai. 2021.

CAMPOS, Rui Ribeiro; O golpe nas ciências humanas: 1964 e Estudos Sociais. **Geografia** (Rio Claro), Rio Claro, SP, v. 27, n.3, p. 29-70, 2002. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1910/5251>. Acesso em: fev. – mar. 2022.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Souza. **O município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar (1964-1985)**. Dissertação (Mestre em História - Sociedade e Política). Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp056114.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CARVALHO, Pedro. Ações de empresas privadas de educação disparam após cortes do MEC. **Revista Veja**. São Paulo, 13 de maio de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/acoes-de-empresas-privadas-de-educacao-disparam-apos-cortes-do-mec/>. Acesso em: 25 mai. 2019.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTI, Bernardo Margulies; VENERIO, CARLOS MAGNO SPRICIGO. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**, v. 54, p. 139-162, 2017. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

CIAVATTA, Maria. Apresentação: resistindo aos dogmas do autoritarismo. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola "Sem" Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

COLOMBO, Luiza Rabelo. **A frente liberal-ultraconservadora no Brasil – reflexões sobre e para além do “movimento” escola sem partido**. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018. Disponível em: <https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/jspui/5438>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CORRÊA, Elisa F.; MACEDO, Marcelo Hernandez. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. **Estudos Sociedade e Agricultura**, outubro 2007, vol. 15 no. 2, p. 368-392. ISSN 1413-0580. Disponível em: <http://relinkare.org/ZePureza-e-a%20reforma-agraria-no-rio-pre64.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

COUTO, Marlen. Magno Malta retira de tramitação no Senado projeto do Escola Sem Partido: Proposta seria debatida nesta terça-feira e poderia ser votada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **O Globo**. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/magno-malta-retira-de-tramitacao-no-senado-projeto-do-escola-sem-partido-22092617>. Acesso em: 22 out. 2018.

DABUL, Lígia. **Um tanto da história de Xerém: análise social e eclesial**. In Unidade e prática da fé: pastoral ecumênica da terra em Xerém. Cadernos do CEDI, 17. Rio de Janeiro: CEDI. Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, 1987.

DIAS, Graziany Penna. Empreendedorismo: uma “nova” noção para a (com) formação humana, nos interesses do capital. In: VI Seminário REDESTRADO, 2006, Rio de Janeiro. **Regulação Educacional e Trabalho Docente**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://estrado.fae.ufmg.br/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/empreendedorismo.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

CASTRO, Matheus Rufino. CAPITALISMO DEPENDENTE, CONSERVADORISMO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS ATAQUES REACIONÁRIOS À EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Revista Trabalho Necessário**, maio – agosto de 20149, v.17, nº 33, p. 298-320. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.17i33.p29379>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Chocante: os sem-terrinha. Doutrinação de inocentes crianças pelo MST**. Blog do auto. 30 de nov. de 2013. In: Escola sem Partido. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/chocante-os-sem-terrinha-doutrinacao-de-inocentes-criancas-pelo-mst/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

DANTAS, Gilson; TONELO, Iuri. (Org.). **O método em Karl Marx**. 1. ed. São Paulo: Edições ISKRA, 2016.

David, Fátima Bitencourt. Vozes de professoras: a história da educação recente em Duque de Caxias (1997-2002). In: Fátima Bitencourt David; Márcia Montilio Rufino; Márcia Soares de Alvarenga. (Org.). **Professoras pensam a Cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: HP Comunicação Editora, 2011.

DIÁRIO CENTRO DO MUNDO TV (DCMTV). **Dilma fala sobre o telefonema de Putin alertando sobre o golpe**. Youtube, 26 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DpoMnQYDOZ4>. Acesso em: 20 dez. 2022.

DUQUE DE CAXIAS. Câmara Municipal de Duque de Caxias. **Lei nº 85, de 26 de maio de 1976**. Institui gratificação. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/legis/lei/eyJpdiI6Ino5SINjODB5bk5rTjZ3TzZJd3AwY1E9PSIsInZhbHVlIjoiSnFzaHpReUZvOWNVWjFFQkw1S2Rldz09IiwibWFjIjoiMDAwNTc4OTNkMWQxNTQ2MjU0ZmIxMjg0Zjg0ZDZlYTNINzYyMWQ2NTRhODhhN2RlMzhiNjE0YzJmZGY3NzU4ZCJ9>. Acesso em: 10 set. 2022.

DUQUE DE CAXIAS. Câmara Municipal de Duque de Caxias. **Lei nº 1.024, de 11 de janeiro de 1991**. Institui a favor dos funcionários municipais, o Auxílio Transporte e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.cmdc.rj.gov.br/legis/lei/eyJpdjI6ImxEUGlIaXhcL1JWdVpCditRenRVWVdBPT0iLCJ2YWx1ZSI6ImxoUFdRWtU0V0t1NUMrSGZubXNPWIE9PSIsIm1hYyI6IjJmYmI3NTYwODExOWM4NDEyYzgxOWJhZWQ3ZmU2YTJiYWRIOTZjODI1ZVVjODY3YjcwNTcxMjViNDVhZDg1OGMifQ==>. Acesso em: 10 set. 2022.

DUQUE DE CAXIAS. Câmara Municipal de Duque de Caxias. **Lei nº 1.070, de 19 de setembro de 1991**. Institui o plano de carreira dos profissionais de educação do município, e dá ou trás providências. Disponível em:

<https://www.cmdc.rj.gov.br/legis/lei/eyJpdjI6Ikw2bExIN0REaldEeHVnQ29XbnR2OFE9PSIsInZhbnVlIjojVkJSXlOYit1QlZrdlBwM25KWDJQUT09IiwibWFjIjojZTRjYWYwYTlmMGE2YmNhZGM1NTQxNzk1NDE0OWZhOWRjYzdmZDkwMWEzMzQzYTc0ODE3ODAyNGY0NDVhZjVhZkNkNCJ9>. Acesso em: 10 set. 2022.

DUQUE DE CAXIAS. Câmara Municipal de Duque de Caxias. **Lei nº 1.329, de 15 de julho de 1997**. Institui a gratificação de “Difícilimo Acesso”, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=9390>. Acesso em: 10 set. 2022.

DUQUE DE CAXIAS. Câmara Municipal de Duque de Caxias. **Lei nº 1.506, de 14 de janeiro de 2000**. Institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Duque de Caxias e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=1758>. Acesso em: 10 set. 2022.

DUQUE DE CAXIAS. Câmara Municipal de Duque de Caxias. **Lei nº 1.652, de 29 de agosto de 2002**. Institui “Dupla Jornada” para Professor Especialista e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=8535>. Acesso em: 10 set. 2022.

DUQUE DE CAXIAS. Câmara Municipal de Duque de Caxias. Ata da 4ª. Reunião Extraordinária. **Emenda Supressiva ao item 15.3.5 Educação, Gênero e Saúde, do Projeto de Lei nº. 016/GP/2015, capeado pela Mensagem nº. 018/GP/2015, que trata da adequação do Plano Municipal de Educação**. Realizada em 24 de junho de 2015. (Impresso)

DUQUE DE CAXIAS. Câmara Municipal de Duque de Caxias. **Lei nº 2.856, de 14 de agosto de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 1.024, de 11 de janeiro de 1991; altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 1.070, de 19 de setembro de 1991; altera dispositivos da Lei nº 1.329, de 15 de julho de 1997; altera dispositivos da Lei nº 1.606, de 28 de dezembro de 2001; altera dispositivos da Lei nº 1.652, de 29 de agosto de 2002; altera e acrescenta dispositivo da Lei nº 1.506, de 14 de janeiro de 2000 e revoga a Lei nº 85, de 26 de maio de 1976. Duque de Caxias, 2017. Disponível em:

<https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=17880>. Acesso em: 17 ago. 2022.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, v. 1, p. 265-293, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XHZSCstQ7SFCNnM7qZmHds/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 mar. 2022.

ENGELS, Friedrich. **As Guerras Camponesas na Alemanha**. 1874. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/guerras/index.htm>. Acesso em: 08 out. 2022

ENGUIITA, Mariano Fernández. **A Face Oculta da Escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Anteprojetos**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/anteprojeto/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Apresenta o Movimento Escola sem Partido**. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 30 de out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Escola sem Partido**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 30 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Escola sem Partido.org**. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 30 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Planeje sua Denúncia**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/planeje-sua-denuncia/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Perguntas frequentes: O programa não tira a autoridade do professor em sala de aula?** Disponível em: <https://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em 20 jan. 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Barra de busca**: material didático. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/?s=material+did%C3%A1tico>. Acesso em: 25 jun. 2021

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Quem somos? Apresentação**. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **O que pode acontecer com o professor que desobedece os deveres previstos no cartaz?** Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em 20 jan. 2021.

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Professor: a profissão que pode mudar um país. *In*: EVANGELISTA, Olinda. **O que revelam os Slogans na política educacional**. 1. ed. Araraquara, SP, Junqueira e Marin, 2014.

FACEBOOK. **Movimento na Contramão. Foi um Sucesso!**. 27 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/page/500753800288982/search/?q=DUQUE%20DE%20CAFIAS>. Acesso em: 05 mai. 2019.

FACEBOOK. **GOELA ABAIXO**. 12 de fevereiro de 2020. <https://www.facebook.com/photo?fbid=257329398586097&set=g.575105119590603>. Acesso em 05 out. 2020.

FACEBOOK: **Professores Contra o Escola Sem Partido**. Disponível em: <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/>. Acesso em 17 jun. 2021.

FACEBOOK. Escola sem Partido. **À exemplo de que muitas vezes ocorrem com as vítimas de sequestros prolongados, as vítimas da doutrinação também desenvolvem um forte sentimento de afeto em relação aos seus “capttores”**. 08 de abr. [s.d.]. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/protos/a.498441666973496/1639533146197670/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. **“GESTÃO MILITAR” DA ESCOLA PÚBLICA EM GOIÁS: UM ESTUDO DE CASO DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS EM APARECIDA DE GOIÂNIA**. Orientadora: Profa. Dra. Míriam Fábria Alves. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9043/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Neusa%20Sousa%20R%C3%A7%C3%A7%C3%A7%20Ferreira%20-%202018.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1976.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre A “TEORIA DO AUTORITARISMO”**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução cubana**. São Paulo: Queros, 1979a.

FERNANDES, Florestan. **Brasil, em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, Florestan. **Que Tipo de República?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez & Editores Associados, 1989.

FERNANDES, Florestan. A Constituição como projeto político. **Tempo Social**; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 1989a, p. 47- 56.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes**. Brasília: INEP, 1991. (Memória Viva da Educação Brasileira).

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: Reforma ou Revolução?** 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1995.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

- FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo Expressão Popular, 2014.
- FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 1, p.310-324, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/33436/19395>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- FLAMARION, Ciro S. Cardoso. **Uma Introdução à História**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 33, p. 379-404, 2012.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: Nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Tecnologia. In: Isabel Pereira Brasil e Júlio César França Lima. (Org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2009, v. 1. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/25955/2/Livro%20EPSJV%20008871.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola "Sem" Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Org.) **Escola sem Partido ou a Escola da Mordaca e do Partido único a Serviço do Capital**. 1. ed. Uberlândia: Navegando, 2019.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Geraldo Bulhões Barros. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geraldo-bulhoes-barros>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- GAIOLI, Yheda Maria de Lanes. **Essência e aparência: uma análise do caráter fetichista das mercadorias**. 2017. 32f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de ciências humanas e sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca (SP) 2017. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/dissertacao-yheda.pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOIÁS. **Lei n. 18.967, de 22 de julho de 2015**. Dispõe sobre a transformação das unidades de ensino que especifica em Colégios Militares e dá outras providências. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/93361/lei-18967. Acesso em: 25 fev. 2022.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Para entender O Capital: livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013.

GUERRA, Alexandre; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de; MELLO, Guilherme Santos; ROCHA, Igor; JAKOBSEN, Kjeld Aagaard; VITAGLIANO, Luís Fernando; TOLEDO, Matheus Tancredo; RIBEIRO, Pedro Simon Camarão Telles; SILVA, Ronnie Aldrin; SILVA, Rose; BOKANY, Vilma Luiza; NOZAKI, Willian. **Brasil 2016: recessão e golpe**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/brasil-2016-recessao-e-golpe/>. Acesso em: 16 mai. 2022.

HELENO, Carolina Ramos. **Contribuição à crítica da Base Nacional Comum Curricular – a máscara do conformismo na educação do Banco Mundial**. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/600>. Acesso em: 03 fev. 2022.

HOBSBAWM, Eric. **O nosso século: entrevista a Antonio Polito**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

HOBSBAWM, Eric. Manifesto para a renovação da história. Texto apresentado no Colóquio da *Academia Britânica sobre Historiografia Marxista*, 13 de novembro de 2004. **Marxismo21.org**. Disponível em: <https://marxismo21.org/eric-hobsbawm-1917-2012-um-espírito-indomito/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

Holanda, Francisca Helena de Oliveira; FRERES, Helena; GONÇALVES, Laurinete Paiva. A Pedagogia das Competências e a Formação do Professor: Breves Considerações. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, fortaleza, 28 fev. 2009. Disponível em: http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/helenas_e_laurinete.pdf. Acesso em: 23 dez. 2022.

IASI, Mauro Luís. De onde vem o conservadorismo?. **Blog da Boitempo**, 15 de abril de 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>. Acesso em: 20 mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em: 17 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/37/0?tipo=ranking>. Acesso em: 17 dez. 2022.

INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (IELA). A importância da teoria para a luta política. **Pensamento Crítico, Teoria**, 23 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/a-importancia-da-teoria-para-a-luta-politica/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

INSTITUTO REÚNA. São Paulo, “s.d.”. **Instituto Reúna**. Disponível em: <https://www.institutoreuna.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

JACOMELI, Maria Regina Martins; BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno; SARTORI, L. A política de educação integral no Brasil e suas relações com as diretrizes da conferência de Jomtien. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 32-57, 2018. DOI: 10.24065/2237-9460.2018v8n3ID638. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/638>. Acesso em: 15 nov. 2022.

JAMESON, Frederic. Cinco teses sobre o marxismo atualmente existente. *In*: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (Orgs.). **Em Defesa da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

JOSÉ, Orley. **De olho no livro didático: políticas educacionais e ocorrências de doutrinação nos materiais didáticos, literários e pedagógicos**. Disponível em: <https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KROTON. **Perfil corporativo: sobre a Kroton educação**. 2020. Disponível em: <https://www.kroton.com.br/>. Acesso em: 20 set. 2021.

LAFARGUE, Paul. Porque Crê em Deus a Burguesia. **Marxist.org** (La Revue Scientifique), de 19 de novembro de 1904. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lafargue/1906/deus/cap01.htm>. Acesso em: 19 dez. 2022.

LANZENDORFER, Joy. **Bohemian**, 16 de janeiro de 2003. Disponível em: www.bohemian.com/northbay/noindoctrinationorg/Content?oid=2178716. Acesso em: 01 jan. 2022.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIRA, Alexandre T. N. As bases da Reforma Universitária da Ditadura Militar no Brasil. *In*: XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 2012, São Gonçalo. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio**, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408_ARQUIVO_As_basesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

LIMA, Kátia. Políticas públicas no Brasil de hoje: uma ponte para qual futuro?. *In*: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017, São Luís - Maranhão. **Anais da VIII JOINPP**, 2017. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/politicaspUBLICASNOBRASILDEH_01eumaponteparaqualfuturo.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LOPES, S.A.; COUTINHO, L. C. S. A Pedagogia no Brasil e as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica. **Filosofia e Educação**, Campinas, SP, v. 12, p. 687-720, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8659020>. Acesso em: 03 mar. 2021

LOAYZA, Graciela Tiburcio. Líder del grupo «Con mis hijos no te metas», Christian Rosas, asesor en la sombra de un poderoso minero. **Resumen Latinoamericano**, 30 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2020/10/30/peru-lider-de-con-mis-hijos-no-te-metas-christian-rosas-asesor-en-la-sombra-de-un-poderoso-minero/>. Acesso em: 31 jan. 2022

LUCIANO GOMES, Jéssica. A nova extrema-direita alemã: possíveis desafios para a Alemanha e para a União Europeia. **INTERAÇÃO**, v. 7, p. 72-93, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/72-93>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MACEDO, Aline; SEARA, Berenice. Justiça suspende obras de condomínio construído por deputado federal. **Extra**, 26 de abril de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/justica-suspende-obras-de-condominio-construido-por-deputado-federal-24392654.html>. Acesso em: 25 mai. 2021.

MACIEL, David. Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 5, p. 195–210, 2009. Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/David_Maciel.pdf. Acesso em: 13 nov. 2022.

MACHADO, Kátia. **Por trás do Escola sem Partido**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 04 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/por-tras-do-escola-sem-partido>. Acesso em: 01 fev. 2022.

MALANCHEN, J. Políticas Curriculares Nacionais - A reforma sob a égide do Pós-modernismo e do Relativismo Cultural. *In*: MALANCHEN, J. **A Pedagogia Histórico-Crítica e o Currículo**: para além do multiculturalismo das políticas curriculares nacionais. Araraquara, SP: UNESP, 2014. p. 24 - 59.

MARTINS, Marcos Francisco. “Escola sem Partido”: um partido contra o direito de aprendizagem. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem Partido ou a Escola da Mordaca e do Partido único a Serviço do Capital**. 1. ed. Uberlândia: Navegando, 2019. p. 97-130.

MARTINS, André Silva, & Castro, Luiger Franco de. (2021). A concepção de trabalho educativo do Sebrae: assimilar a docência para difundir o empreendedorismo. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, 13(1), 152–179. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43737>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MAPA DE PRESIDENTE: quem ganhou em cada estado no 2º turno: Veja o mapa dos resultados do segundo turno: em quais estados ganhou o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) e quais tiveram maioria de votos para Fernando Haddad (PT). **Gazeta do Povo**. 28 de outubro de 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/mapa-eleitoral-de-presidente-por-estados-2turno/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

MARX, Karl. **Luta de Classes e Luta Política**. 1847. Marxist.org. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/04/luta-class-luta-polit.htm>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MEC pede para que escolas filmem alunos cantando o hino nacional: A carta foi enviada para escolas públicas e particulares do país. Entenda o caso. **Veja São Paulo**, São Paulo, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/mec-hino-nacional-filmar/>. Acesso em: 10 mai. 2019.

MG2. 77 deputados estaduais são eleitos para compor Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **G1**. Belo Horizonte, 08 out. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/videos/t/mgtv-2-edicao/v/77-deputados-estaduais-sao-eleitos-para-compor-assembleia-legislativa-de-minas-gerais/7073849/>. Acesso: 15 nov. 2018.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul./set, 1993. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?lang=pt&format=pdf>.
 Acesso em: 26 jun. 2021.

MISKULIN, S. C. A Revolução Cubana: conquistas e desafios na História das Américas. *In*: Carlos Alberto Sampaio Barbosa. (Org.). **As revoluções contemporâneas paradigmáticas**. 1. ed. Maringá: UEM PGH História, 2016, v., p. 168-196.

MOTTA, Célia Maria da. A atualização da crise neoliberal. **Lutas Sociais** (PUCSP), v. 21-22, p. 09-22, 2009. Disponível em:
http://www4.pucsp.br/neils/downloads/1_celia.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

MOTTA, Tarcísio. **Bate-papo sobre o Sepe Caxias com Rose Cipriano e a Coletiva Periférica**. Youtube, 25 de setembro de 2022. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=S9ikAcfxpkA>. Acesso em: 10 out. 2022.

MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar**. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordaca, 2020. Disponível em:
<https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2021/01/relatoc81rio-6-anos-de-projetos-de-censura-frente-nacional-escola-sem-mordacca7a.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2021.

MOVIMENTO PELA BASE. [S.l.], “s.d.”. **Movimento Pela Base**. Disponível em:
<https://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

NAGIB, Miguel. **Sobre Nós: quem somos**. Escola sem Partido.org. 13 de nov. 2014. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/sobre-nos/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **O Regime militar brasileiro: 1964-1985**. 4. ed. São Paulo: Atual, 2009.

NASCIMENTO, Isaele Iuana Dantas. **ELA NÃO APANHA PORQUE GOSTA: uma análise do ciclo de violência doméstica contra a mulher através da síndrome de estocolmo, tendo por último ato o cometimento do feminicídio**. 2019. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13810/1/21508708.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2021.

NETTO, Mário Borges; LUCENA, Carlos. Lênin - A educação para fins políticos e a política como ferramenta educativa. *In*: MORAES, Leandro Eliel Pereira. **Educação e Revolução: A Pedagogia Socialista Soviética**. São Paulo: Escola Latino-americana de História e Política (ELAHP), 2021.

NEVES, L. M. W. Prefácio. *In*: EVANGELISTA, Olinda. **O que revelam os Slogans na política educacional**. 1. ed. Araraquara, SP, Junqueira e Marin, 2014.

NOVA IGUAÇU. Câmara Municipal de Nova Iguaçu. **Lei Complementar nº 4.576, de 15 de fevereiro de 2016**. Veda a distribuição, exposição e divulgação de material didático contendo orientações sobre a diversidade sexual nos estabelecimentos de Ensino da rede pública de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu, 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/nova-iguacu/lei-ordinaria/2016/457/4576/lei-ordinaria-n-4576-2016-veda-a-distribuicao-exposicao-e-divulgacao-de-material-didatico-contendo-orientacoes-sobre-a-diversidade-sexual-nos-estabelecimentos-de-ensino-da-rede-publica-de-nova-iguacu>. Acesso em: 17 jun. 2021.

O GLOBO. MEC vai cortar verba de universidades que tiverem 'baixo desempenho' e fizerem 'balbúrdia'. **O Globo**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/mec-vai-cortar-verba-de-universidades-que-tiverem-baixo-desempenho-fizerem-balburdia-23631766>. Acesso em: 20 mai. 2019.

ORSO, Paulino José. Escola “sem” Partido ou um partido a serviço da burguesia?. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem Partido ou a Escola da Mordaca e do Partido único a Serviço do Capital**. 1. ed. Uberlândia: Navegando, 2019. p. 131 - 162.

PALOMO, Elvira. Orbán reforça domínio da ultradireita na Hungria com reforma que inclui gestão das universidades. **El País**, Madri/Budapeste. 27 de abril de 2021. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-04-27/orban-reforca-dominio-da-ultradireita-na-hungria-com-reforma-que-inclui-gestao-das-universidades.html>. Acesso em: 20 set. 2021.

PASARRELLI, Hugo. 'Ideia de universidade para todos não existe', diz ministro da Educação. **Valor Econômico**. Brasília, 28 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2021

PAULO, Guilherme. Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Assembleia Legislativa de SP, partido a partido. **G1**. São Paulo, 08 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/assembleia-legislativa-de-sp-tera-55-de-deputados-novos.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2018.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça (2018). MARX, ENGELS E A CRÍTICA DA RELIGIÃO – Inventário e notas para um debate necessário –. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, 10(1), 95–129. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v10i1.26424>. Acesso em: 19 dez. 2022.

PENIDO, Ana; JANOT, Mariana; RODRIGUES, Jorge. Os militares e o golpe de 2016. **A Terra é Redonda**. [S.l.] 02 de abril d 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/os-militares-e-o-golpe-de-2016/>. Acesso em: 20 mai. 2022

PENNA, Fernando Araujo. O ódio aos professores. In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, P. E. I. **A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, v. I, 2016. p. 93 - 100.

PENNA, Fernando Araujo. O Escola Sem Partido Como Chave de Leitura do Fenômeno Educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola "Sem" Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

PENNA, Fernando Araujo; SALLES, Diogo da Costa. A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: Altemar da Costa Muniz; Tito Barros Leal. (Org.). **Arquivos, documentos e ensino de História - desafios contemporâneos**. 1. ed. Fortaleza: EDUECE, 2017, v., p. 13-38.

PRESTES, Anita Leocádia. O historiador perante a História oficial. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina – PR, v. 01, p. 91-96, 2010.

PRESTES, Anita. Anita Prestes: Existe ameaça fascista no Brasil?. **Blog da Boitempo**, 18 de outubro de 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/18/anita-prestes-existe-ameaca-fascista-no-brasil/>. Acesso em: 03 mai. 2022.

PRESTES, Anita Leocádia. Ameaça fascista no Brasil atual?. **Marxismo 21**. Rio de Janeiro, outubro de 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Anita-Prestes.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2022.

PRIOLLI, Evaldo. Mercantilização da Educação, a reforma trabalhista e os professores: o que vem por aí?. In: Krawczyk, Nora; Lombardi, José Caludinei. (Org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. 1. ed. Uberlândia: Navegando, 2018, v. 1, p. 101-111. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-golpe-2016>. Acesso em: 01 set. 2022.

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. **Vigiando os projetos de lei**. Disponível em: <https://profscontraesp.org/vigiando-os-projetos-de-lei/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. **Vigiando os Projetos de Lei: Panorama do “Escola sem Partido” no Legislativo Brasileiro**. Disponível em: <https://profscontraesp.org/vigiando-os-projetos-de-lei/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado-Patrão e a luta operária: o caso FNM**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

REDAÇÃO GLOBO RURAL. Conflitos no campo bateram recorde em 2020, aponta levantamento Comissão Pastoral da Terra aponta que "desmonte" da regularização fundiária e mudanças na lei agravam violência. Indígenas responderam por 25% das mortes. **Globo Rural**. 31 de maio de 2021. Política. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2021/05/conflitos-no-campo-bateram-recorde-em-2020-aponta-levantamento.html>. Acesso em: 28 jul. 2021.

REIS, Toni. Gênero e LGTFOBIA na Educação. *In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA*, P. E. I. **A ideologia do Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 117 - 124.

REZENDE, Dannyel Bruno Herculano. A ORIGEM E CONCEPÇÃO DA IDEOLOGIA NO PENSAMENTO DE KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS: OS SENTIDOS DO CONCEITO N' A IDEOLOGIA ALEMÃ. *In: III Encontro Internacional de Jovens Investigadores - Edição Brasil*, 2017, Fortaleza - CE. Anais JOIN. Campina Grande - PB: Realize Eventos Editora, 2017. v. 1. p. 1-11. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/49461>. Acesso em: 2022.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Projeto de Lei nº 2974, de 15 de maio de 2014**. Cria, no âmbito do sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro, o “Programa Escola Sem Partido”. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument>. Acesso em: 04 out. 2020.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Projeto de Lei nº 823, de 03 de setembro de 2015**. Institui, no âmbito no sistema educacional de ensino, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/eb1ea658e79837fc83257eba006992a1?OpenDocument>. Acesso em: 05 abr. 2021.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Projeto de Lei nº 1615, de 18 de março de 2016**. Dispõe sobre a proibição de lecionamento de qualquer temática relacionada a ideologia de gênero no âmbito educacional do Estado do Rio de Janeiro e traz outras considerações. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/c9e0ca33ab2b2e8783257dd50061d17e/78ca3ffe81657e0983257f7f004d09d8?OpenDocument>. Acesso em: 05 abr. 2021.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. **Lei nº 9277, de 18 de maio de 2021**. Dispõe sobre as garantias constitucionais no ambiente escolar das redes de ensino pública e privada do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/4a51805790bd3c5c032586db0060a8df?OpenDocument>. Acesso em: 17 jun. 2021.

RIO DE JANEIRO. Câmara dos Vereadores. **Projeto de Lei nº 1082, de 11 de agosto de 2011**. Veda a distribuição, exposição e divulgação de material didático contendo orientação sobre diversidade sexual nos estabelecimentos de ensino fundamental e de educação infantil da rede pública municipal da cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/6c6d179bf13ca763832578e900474607?OpenDocument>. Acesso em: 16 jun. 2021.

RIO DE JANEIRO. Câmara dos Vereadores. **Projeto de Lei nº 867, de 20 de junho de 2014**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/5573ae961660b4cd83257ceb006bc7d4?OpenDocument>. Acesso em: 10 mai. 2018.

RIO DE JANEIRO. **Resolução SEEDUC Nº 6035 de 28 de janeiro de 2022**. Fixa diretrizes para implantação das matrizes curriculares para a Educação Básica nas unidades escolares da rede pública e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ano XLVIII, nº 23, Parte I, 04 de fevereiro de 2022. Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?k=579E5019-0AAPA-40BE-B9CD-41639AB75B74. Acesso em: 10 mar. 2022.

ROMANO, Rogério Tadeu. O ensino domiciliar é inconstitucional. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 26, n. 6436, 13 fev. 2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/88373>. Acesso em: 26 fev. 2022.

RODRIGUES, Jorge; JANOT, Mariana. Documentos de Defesa e Autonomia Política: entraves para o controle civil. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v. 29, n. 2, jul. 2021. ISSN 0104-7094. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica/hoje/article/view/248701>. Acesso em: 21 mai. 2022.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da presidenta Dilma Rousseff após o a votação no Senado de seu impeachment**. Brasília, 31 de agosto de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>. Acesso em: 17 ago. 2022.

RUI, José Carlos. Um debate político: o universal, o particular e o individual. **Partido Comunista do Brasil**. 20 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://pcdob.org.br/noticias/um-debate-politico-o-universal-o-particular-e-o-individual/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SALA, Mauro. **Competências socioemocionais e a ideologia burguesa na escola**. Esquerda Diário. Educação. Campinas, 3 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Competencias-socioemocionais-e-a-ideologia-burguesa-na-escola>. Acesso em: 23 dez. 2022.

SALDAÑA, Paulo. **MEC estende corte de 30% de verbas a todas universidades federais**. Folha de São Paulo. São Paulo, 30 de abril de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/mec-estende-corte-de-30-de-verbas-a-todas-universidades-federais.shtml>. Acesso em: 22 mai. 2019.

SALGADO, Daniel. Livro citado por Bolsonaro no Jornal Nacional não foi distribuído em escola. **G1**, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/livro-citado-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-nao-foi-distribuido-em-escola-23021610>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SANTOS, Leonardo Soares dos. Laços em Movimento: **As Ligações dos Posseiros do Sertão Carioca com outros Movimentos Sociais (1945 – 1964)**. I Colóquio sobre Questão Agrária, no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/33/leonardo_santos_33.pdf. Acesso em: 10 abr. 2017.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*: FERRETTI, Celso João (et al.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do Regime Militar. **Cadernos CEDES**, v. 28, p. 291-312, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil: História e Teoria**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012a.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados; 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013a.

SAVIANI, Dermeval. **História do Tempo e Tempo da História: estudos de historiografia e história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Aprender a aprender: um slogan para a ignorância. Entrevista com Demerval Saviani**. Entrevista concedida a Fundação Astrojildo Pereira, [S.l.], 08 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/02/08/aprender-a-aprender-um-slogan-para-a-ignorancia-entrevista-com-demerval-saviani/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SAVAIANI, Dermeval. EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento-Revista de Educação**, v. 3, p. 54-84, 08 de setembro de 2016a. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575/18710>. Acesso em: 03 fev. 2022.

SAVIANI, Dermeval. Dermeval Saviani: "Escola sem Partido": o que isso significa? **Vermelho**, 08 de setembro de 2017. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2017/09/08/dermerval-saviani-escola-sem-partido-o-que-isso-significa/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SAVIANI, Demerval. O golpe parlamentar e seus impactos na educação brasileira: A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. *In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA Lurdes (Orgs.). A crise da democracia brasileira*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. *Roteiro, [S. l.]*, v. 45, p. 1–18, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.21512. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512>. Acesso em: 26 abr. 2022.

SCHMITT, Lara Stresser. **Sequestro de meninas e Síndrome de Estocolmo**: cativo, trauma e tradução. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=388950. Acesso em: 30 mai. 2021.

SCHREIBER, Mariana. Como movimentos similares ao Escola sem Partido se espalham por outros países. **BBC News Brasil**, Brasília, 13 de jul. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44787632>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SHIRER, William L. **Ascensão e queda do Terceiro Reich**: triunfo e consolidação (1933 - 1939). Rio de Janeiro: Agir, 2008. Tradução de: Pedro Pomar.

SHIROMA, Eneida; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis (SC), v.23, n.2, jul/dez, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769/8999>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SHIROMA, Eneida; SANTOS, Fabiano Antônio dos. Slogan para a construção do sistema ativo. *In: EVANGELISTA, Olinda. O que revelam os Slogans na política educacional*. 1. ed. Araraquara, SP, Junqueira e Marin, 2014.

SILVA, Jessilym Gomes da; SILVA, Gleika Marques da. Escola sem partido ou partido do mercado?. **14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias**. Universidade Estadual de Campinas, 29 de junho a 4 de julho de 2019. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3224/3089>. Acesso em: 04 set. 2022.

SILVEIRA, Zuleide S. Onda conservadora: o emergente movimento Escola sem Partido. *In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). Escola sem Partido ou a Escola da Mordaza e do Partido único a Serviço do Capital*. 1. ed. Uberlândia: Navegando, 2019. p. 17-48.

SILVEIRA, Zuleide S. Crises do capital, educação e (des)medidas conjunturais: uma análise sob a lentes de Antonio Gramsci. **ENFIL Revista Encontros com a Filosofia**, Niterói, n. 12, p, 154-176, 2020. Disponível em <https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/46448>. Acesso em: 08 fev. 2021.

SILVEIRA, Zuleide S. Os rumos da educação em questão: das “hegemonias às avessas” à crise de hegemonia. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.12, n.1, p. 326 – 336, abril de 2020a. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/34757/21839>. Acesso em: 08 fev. 2021.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-1139/a-cidade-estilhada--reestruturacao-economica-e-emancipacoes-municipais-na-baixada-fluminense>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SINGER, André Vitor. Classes e ideologias cruzadas. Brasil, junho de 2013. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 97, p. 23-40, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n97/03.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

SISTEMA AVE MARIA HOMESCHOOL. **Instituto Ave Maria Homeschool**. Ribeirão Preto, SP. Disponível em: <https://www.homeschoolavemaria.com.br/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SKIDMORE. Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Francisco Alex Pereira. **A PERCEPÇÃO DE DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA SOBRE O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO**. 2019. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19430/1/FranciscoAlexPereiraSoares_Dissert.pdf. Acesso em: 9 ago. 2021.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.26, p.360-377, São Paulo. Maio/agosto, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GqXmyVz6Ws4v9dqnfdbgXNC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SOUZA, MarluCIA Santos de. **Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias**. APPH-CLIO. Duque de Caxias, 2014.

SOUZA, Rafael de Freitas; OLIVEIRA, Tiago Fávero. A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola "Sem" Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

SOUZA, Márcio Rodrigo de Araújo; MENEZES, Monique. Programa Universidade Para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 609-633, julho/setembro2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/8NDKkxVz6rg4pwZxdz6zPQK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 2021.

STABILE, Carol A. Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas do abismo. *In*: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (Orgs.). **Em Defesa da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

STÉDILE, Miguel E. Apresentação. *In*: KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

TARDIM, Filipo. Audiência Pública sobre Escola Sem Partido em Caxias – uma aberração. **Lurdinha**, 29 de novembro de 2017. Disponível em: <https://lurdinha.org/site/6898-2/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

TARDIM, Filipo. O QUE MUDOU NA VIDA FUNCIONAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO APÓS A APROVAÇÃO DO PACOTE DE MALDADES DE W.REIS (LEIS 2855 E 2856 DE 14 DE AGOSTO DE 2017). **Sindicato dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – Duque de Caxias (Site)**. Duque de Caxias, 21 de setembro de 2017a. Disponível em: <https://sepecaxias.org.br/o-que-mudou-na-vida-funcional-dos-profissionais-da-educacao-apos-a-aprovacao-do-pacote-de-maldades-de-w-reis-leis-2855-e-2856-de-14-de-agosto-de-2017/>. Acesso em: 10 set. 2022.

TATIANE, 3º SGT. **Estado com maior número de Colégios Militares do Brasil, Goiás é primeiro lugar no IDEB**. Polícia Militar do Estado de Goiás. 16 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/noticias/estado-com-maior-numero-de-colegios-militares-do-brasil-goias-e-primeiro-lugar-no-ideb>. Acesso em: 25 jan. 2022.

TEMER, Michel. “E lá se vão cinco anos!”. **Fundação Ulysses Guimarães**. São Paulo, 12 de maio de 2021. Disponível em: <https://fundacaoulysses.org.br/artigo-e-la-se-vaocinco-anos/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

TENENTE, Luíza. Milton Ribeiro: veja 6 frases do ministro da Educação e entenda por que elas foram questionadas. **G1**. [s.l.] 23 de agosto de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/23/milton-ribeiro-veja-frases-do-ministro-da-educacao-e-entenda-por-que-elas-foram-questionadas.ghtml>. Acesso em: 04 fev. 2022.

TEODORO, Plínio. Villas-Bôas e Etchegoyen tiveram encontro secreto com Temer um ano antes do golpe. **Fórum**. [S.l.] 13 de outubro de 2020. Política. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2020/10/13/villas-bas-etchegoyen-tiveram-encontro-secreto-com-temer-um-ano-antes-do-golpe-84062.html>. Acesso em: 19 mai. 2022.

THE INTERCEPT BRASIL. **Impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou 'Ponte para o futuro', diz Temer.** Youtube, 22 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pP2IGTZOS4M>. Acesso em: 15 nov. 2022.

THEODOSIO. Bruno Miller. Essência e aparência da crise em Marx: lei da queda tendencial da taxa de lucro e desmedida. **XXII Encontro Nacional de Economia Política (Congresso)**. 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC79/mc793.pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

TOLEDO, Caio Navarro. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 – 2004.

TORRES, Michelangelo Marques. Alcances e limites do sindicalismo: contribuições críticas de Friedrich Engels e Karl Marx. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, v. 12, n. 3, p. 280-295, dezembro de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v12i3.39065>. Acesso em: 19 dez. 2022

TUDE, João Martins; MILANI, Carlos Sanchez. A Política Externa Brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o Governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 56, núm. 1, 2013, p. 85-103. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35827889005>. Acesso em: 09 ago. 2021.

TWITTER. BOLSONARO, Eduardo. **Escola sem partido é um tema mais importante do que economia!**. 14 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://twitter.com/bolsonarosp/status/831650880034324483>. Acesso em: 21 jan. 2021.

TWITTER. Escola sem Partido. **Vítimas da síndrome de Estocolmo, os aluninhos do colégio Anchieta, em Nova Friburgo, estão tentando demonstrar que esses cartazes de propaganda ideológica e política não têm nada a ver com propaganda ideológica e política.** 31 de out. de 2019. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1189742680798052352> Acesso em: 30 mai. 2021

TWITTER. **Ao declarar a inconstitucionalidade de leis q proíbem ideologia de gênero no ensino fundamental, STF pode acabar levando pais a fazer justiça c/as próprias mãos p/defender a integridade psíquica e moral dos seus filhos e o direito sagrado de educá-los. Professores que se cuidem.** 20 de abr. de 2020. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1254168786699255812?s=20>. Acesso em: 09 ago. 2021.

TWITTER. **Escola sem Partido. Pergunte ao seu candidato – quer tenha sido eleito, quer não -, se ele ainda apoia o Escola sem Partido e o que vem fazendo em prol dessa causa tão importante para a educação, para a liberdade, para as famílias e para a democracia.** 14 de maio de 2020a. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1260770731778023431/photo/1>. Acesso em: 05 ago. 2020b.

TWITTER. **Professor militante tem mais medo de gravador do que vampiro da luz do sol.** 23 de julho de 2020b. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1286280347932557312>. Acesso em: 10 abr. 2021.

TWITTER. **STF quer enterrar de vez o Escola Sem Partido. Esqueceram que o ESP agora é um conceito.** 31 de julho de 2020c. Disponível em: <https://twitter.com/gislainetarga/status/1289245577482350592>. Acesso em: 17 jun. 2021.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** 1. ed. São Paulo: Editora Scipione, 2004.

VEIGA, I. P. A. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.* In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 29. ed. Campinas: Papyrus, 2012, v., p. 11-52.

VENTURA, Manuel. STF condena deputado Washington Reis a sete anos de prisão em regime semiaberto. **O Globo**, 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/stf-condena-deputado-washington-reis-sete-anos-de-prisao-em-regime-semiaberto-20642140>. Acesso em: 10 mar. 2017.

WEINBERG, Mônica. Madraçais do MST. **Revista Veja.** São Paulo, 08 de set. de 2004. Disponível em: http://veja.abril.com.br/080904/p_046.html. In: Escola sem Partido. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/madraçais-do-mst/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda “pós-moderna”? WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (Orgs.). **Em Defesa da História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WRIGHT, Luann. Academic Freedom in the Classroom: When "Freedom" Becomes "License". **American Educational Research Association**, 2004. Disponível em: <http://www.leaderu.com/university/acadlicense.html>. Acesso em: 31 jan. 2022.

XIMENES, S. B.; STUCHI, C. G.; MOREIRA, M. A. M. A militarização das escolas públicas sob o enfoque dos três direitos: constitucional, educacional e administrativo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, p. 612-632, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/96483>. Acesso em: 24 jan. 2022.

ZEMA, Romeu. **Proposta de Governo.** Site do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/MG/130000600702>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ANEXO A - Quadro Projetos de Lei/Lei – Escola sem Partido no Rio de Janeiro¹¹⁵

Estado/Município	Esfera	Projeto	Ano	Autor Partido	Caráter do Projeto
Rio de Janeiro	Municipal	1082	2011	Carlos Bolsonaro/PP	Antigênero
Rio de Janeiro	Estadual	2974	2014	Flávio Bolsonaro / PP	Escola sem Partido
Rio de Janeiro	Municipal	867	2014	Carlos Bolsonaro/PP	Escola sem Partido
Rio de Janeiro	Municipal	823	2015	Milton Rangel/DEM	Escola sem Partido
Volta Redonda	Municipal	54	2015	Paulinho do Raio X/PSD	Antigênero
Rio de Janeiro	Estadual	1615	2016	Milton Rangel/PSD ¹¹⁶	Antigênero
Nova Iguaçu	Municipal	4576	2016	Denílson Ambrósio/PSB	Antigênero
Rio de Janeiro	Municipal	1818	2016	Dr. Jorge Manaia/PSD	Antigênero
Barra Mansa	Municipal	2377	2017	Jorge Abel Mariano/PRB	Antigênero
Nilópolis	Municipal	34	2017	Jorge Eloy/AVANTE	Escola sem Partido
Niterói	Municipal	49	2017	Carlos Jordy/PSL	Escola sem Partido
São João de Meriti	Municipal	-	2017	Rony Ferraz/PHS	Escola sem Partido
Vassouras	Municipal	777	2017	Sandrino Delgado/PRB	Escola sem Partido
Volta Redonda	Municipal	159	2017	Fábio Buchecha/ PTB Paulinho do Raio X/MDB	Escola sem Partido
Armação dos Búzios	Municipal	1367 ¹¹⁷	2017	Joice Lúcia Costa dos Santos/PP	Infância sem Pornografia
Rio de Janeiro	Estadual	4492	2018	Fábio Silva/DEM	Escola sem Partido

Fonte: O autor, 2022.

¹¹⁵ PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. **Vigiando os Projetos de Lei: Panorama do “Escola sem Partido” no Legislativo Brasileiro.** Disponível em: <https://profscontraoesp.org/vigiando-os-projetos-de-lei/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

¹¹⁶ Além de Milton Rangel, Samuel Malafaia; Dr. Deodalto; Tia Ju; Flavio Bolsonaro; Carlos Macedo; Filipe Soares; Edson Albertassi; Márcio Pacheco; Fabio Silva; Rosenverg Reis, são proponentes desse projeto.

¹¹⁷ Lei em Vigor.